



CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

PROGRAMA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA
DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS.

Flávio Márcio Cerqueira do Sacramento

DE PARDO INFAME A HERÓI NEGRO: o mestre alfaiate João de Deus do Nascimento.

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para obtenção do grau de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.

Orientador: Prof. Dr. Walter da Silva Fraga Filho.

Co-orientador: Prof. Dr. Leandro Antônio de Almeida.

Cachoeira
2016

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

S123d Sacramento, Flávio Márcio Cerqueira do
De pardo infame a herói negro: o mestre alfaiate João de Deus do Nascimento / Flávio Márcio Cerqueira do Sacramento. – Cachoeira, 2016.
150 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Walter da Silva Fraga Filho.
Coorientador: Prof. Dr. Leandro Antônio de Almeida.
Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016.

1. Brasil - História - Conjuração dos Alfaiates, 1798. 2.
Nascimento, João de Deus do, 1771-1799. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. II. Título.

CDD: 981.42

Às minhas heroínas,

Hilda Gomes de Cerqueira (in memoria) e Honilda de Cerqueira Santana (in memória).

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei a escrita do texto dissertativo fiquei na dúvida se escrevia em primeira pessoa (eu) ou em terceira pessoa (nós) e acabei constatando que não escrevi sozinho. As opiniões, as sugestões, as leituras, os pontos de vistas diferentes, os silêncios e os descartes de textos, fazem parte da escrita e mostram as visões dos outros envolvidos nessa construção textual. Então fui me convencendo que o “nós” é o ideal. E realmente é verdade!

Quantas vezes eu ocupei a minha esposa, comentando sobre João de Deus do Nascimento, às vezes vibrando com os achados e o desenvolvimento da escrita, às vezes decepcionado com a dificuldade de encontrar documentos e argumentos para desenvolver o texto, mas sempre tendo ela como minha fiel ouvinte, dando sugestões preciosas, com o seu olhar de arte educadora. Isso foi fundamental para desenhar e costurar minha escrita. Como negar que ela, que não é historiadora, me ajudou muito nessa construção. Por isso estou realmente convencido que o “nós” venceu o “eu”. Foram várias mãos que construíram esse estudo. Assim agradeço a todos que me ajudaram nessa trajetória.

Agradeço a minha esposa, Ana Paula dos Santos Nascimento, que suportou minha ausência, foi paciente e grande torcedora nessa caminhada. Aos meus diretores, Manoel Menezes e Firmina Viterbo, respectivamente do Colégio Estadual Professora Ana Bernardes e do Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia, que foram sensíveis nessa etapa difícil de estudar e trabalhar, diante da não liberação da licença pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Por outro lado agradeço a Secretaria Municipal de Educação de Salvador pela licença concedida, pois a liberação de 20 horas pelo turno matutino possibilitou minhas idas e vindas com um pouco mais de descanso entre a cidade de Cachoeira e a capital, onde leciono.

Agradeço a parceria da nobre colega e brilhante historiadora, Luciana Lessa Falcão. Ao colega historiador Igor Costa e a todos os colegas professores irmãos que sempre me deram força, especialmente a Alessandra Sampaio, Marcos Peixe, Antônio Freire, Antônio Pinho, Cristiane Santos, Célio, Márcio Edson, Ciran, Iuri, Teresa Souto, Breno, Everaldo e Mônica Fonseca.

Agradeço aos meus amigos de Cachoeira e de Salvador, que me emprestaram seus ouvidos, deram sugestões e cederam materiais importantes para a construção textual.

Agradeço aos professores do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, com a qual tive um grande aprendizado que “tirou a ferrugem” por

estar a algum tempo afastado da Academia e das importantes discussões em nossa área. Especialmente agradeço a esse brilhante time de feras, os professores do programa: Fabrício Lyrio Santos, Antônio Liberac Simões Pires, Antônio Maurício Brito, Juvenal de Carvalho Conceição, Jurema Machado de Andrade Souza, Emanuel Luís Roque Soares, Rita de Cássia Dias Pereira Alves e Cláudio Orlando Costa do Nascimento. A primeira coordenadora do curso Rosy Oliveira e aos funcionários envolvidos direta ou indiretamente com a instituição.

Agradeço a meu co-orientador, Leandro Antônio de Almeida, a quem tive o prazer em aprender e a honra em dividir informações, sendo o professor que fez minhas primeiras orientações e pelo qual sou muito grato.

Agradeço a historiadora Patrícia Valim, que gentilmente participou da minha qualificação, dando preciosas dicas sobre a temática desse estudo, com críticas minuciosas que agregaram muito em qualidade de conteúdos, além de me encorajar a ser mais ousado na minha produção textual.

Agradeço a meu orientador Walter da Silva Fraga Filho, que acreditou na possibilidade de realizar essa dissertação e foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho, com preciosas sugestões e com um grande trabalho de valorização daquilo que estava sendo construído, agindo como um grande orientador, sempre educado e cuidadoso com as palavras, buscando por vezes elevar a minha estima. Obrigado de coração Walter!

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Biblioteca Central, da Biblioteca Nacional, da Secretaria Municipal de Urbanismo de Salvador e a todos os órgãos onde bati na porta em busca de informações.

Agradeço a turma de 2014.1, a primeira e inesquecível turma do mestrado! Vou guardar grandes recordações de vocês: João Paulo, Eliane, Railma, Sueli, Átila, Flávia, Fábio, Andersen, Tina, Railda, Danilo, Agla, Priscilla e Jardelina. Compartilhamos momentos bons e ruins, com risos e lágrimas, com encontros descontraídos e tensos, mas que foram inesquecíveis e de onde aprendi muito. Obrigado!

Obrigado a minha família (na qual incluo a família da minha esposa), obrigado aos meus alunos, obrigado a Deus!

RESUMO

A presente dissertação analisa o sujeito histórico João de Deus do Nascimento, participante do movimento rebelde baiano de 1798, com o objetivo de traçar a trajetória da construção da memória desse personagem que nos fins do século XVIII, foi condenado pelo crime de lesa majestade e atualmente é referenciado como herói negro. Para essa tarefa, vamos descrever a atuação do mestre alfaiate no cenário do evento, nos debruçar nas análises feitas por estudiosos que citaram o personagem nos séculos XIX, XX e XXI e mostrar as ações dos movimentos negros sobre ele, identificando, num primeiro momento, a depreciação e a ocultação e, posteriormente, a exaltação e o seu processo de heroicização.

Palavras chaves: João de Deus do Nascimento; Revolta dos Alfaiates; História da Bahia e heroicização.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the historical João de Deus do Nascimento, end of the rebel movement baiano of 1798, in order to trace the path of construction of the memory of the character in the late 18th century, was sentenced for the crime of lese majesty and is currently referred to as black hero. For this task, we will describe the role of the master tailor in the event scenario, address in analyses by scholars who have cited the character in 19th, 20th and 21st and show the actions of the black movements on it, identifying, at first, the depreciation and the concealment and, subsequently, the exaltation and the heroicização process.

Key words: João de Deus do Nascimento; Revolt of the Tailors; History of Bahia and heroicização.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem do nome da Rua João de Deus, situada no Maciel de Cima/Pelourinho, Salvador-Bahia-----122.

Figura 2: Imagem do busto de João de Deus do Nascimento situada na Praça da Piedade em Salvador-Bahia-----124.

Figura 3: Imagem da placa em homenagem a João de Deus do Nascimento-----126.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCA- Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates.

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia.

DOM- Diário Oficial do Município.

IGHB- Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

IHGB- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

MNU- Movimento Negro Unificado.

RIGHB- Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

RIHGB- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

SUCOM- Secretaria Municipal de Urbanismo.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1- João de Deus do Nascimento de carne e osso: o mestre alfaiate no calor dos acontecimentos	19
As origens e o perfil	19
O mestre alfaiate e cabo de esquadra do 2º Regimento de Milícias dos Homens Pardos---	27
O “pardo infame”	42
Condenação e morte	48
Capítulo 2- João de Deus do Nascimento na visão dos estudiosos	61
Visões da historiografia do século XIX	61
Visões da historiografia do século XX.....	74
Quando os “infames” viram “heróis”.....	98
Capítulo 3- De “Pardo Infame” a “Herói Negro”: o mestre alfaiate na boca do povo--	104
O “bravo guerreiro”.....	104
Outras homenagens.....	120
O “herói negro”.....	128
Considerações Finais	141
Referências Bibliográficas	145

INTRODUÇÃO

“Grande couza he ter dinheiro, como vai aquelle repimpado na sua cadeira, e eu que não tenho dinheiro ando a pe; e acazo haverá tempo que andem a pe todoz, sem serem carregados por criaturas?”¹

João de Deus do Nascimento foi um cachoeirano, pardo, mestre alfaiate e cabo de esquadra do 2º Regimento de Milícias, acusado pelas autoridades do governo e várias testemunhas, que o apontaram como participante ativo no movimento rebelde baiano de 1798². Preso e condenado a morte pelo crime de lesa majestade, teve sua pena executada em 8 de novembro de 1799, na Praça da Piedade, junto aos companheiros, Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas do Amorim Torres e Manoel Faustino dos Santos Lira. Todos enforcados e esquartejados.

O movimento de 1798 veio a público no dia 12 de agosto, quando boletins manuscritos foram encontrados colados em lugares públicos no centro de Salvador, alertando e animando o povo para a chegada do tempo da liberdade, reivindicando o aumento dos soldos dos soldados, com críticas ao governo monárquico lusitano, fazendo alusão à França, a República e a liberdade de comércio³. Esses ideais pousaram em solo baiano, levando o governador da Bahia, d. Fernando José de Portugal e Castro, a tomar medidas para achar os autores dos boletins.

¹ Depoimento de Ricardo Bernardino Guedes, homem branco que depõe no dia 25 de Outubro de 1798, dizendo que João de Deus do Nascimento havia questionado um homem sendo carregado numa cadeira de arruar. Ver: FLEXOR, Maria Helena (Org.). *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates (ADCA)*. Salvador, APEB/Secretaria de Cultura e Turismo, 1998, v. I, p. 345. Utilizaremos a grafia da época.

² Optamos por utilizar o termo “movimento rebelde baiano de 1798” por interpretarmos o evento histórico como um ato de não conformidade, reação, desobediência, contestação e não acomodação dos personagens que se envolveram na trama em busca de um projeto de revolução plural, com indivíduos pardos, pretos e brancos, livres, forros e escravizados, que ousaram rebelar-se contra a opressão da monarquia portuguesa e a melhoria de suas condições de vida, baseados nos princípios franceses de igualdade, liberdade e fraternidade. Ao longo da história, o movimento de 1798, já foi chamado de “Sedição dos Mulatos”, “Inconfidência Baiana”, “Revolta dos Alfaiates”, “Conjuração Baiana”, “Revolta dos Búzios”, entre outras denominações, que revelam às variadas interpretações sobre o evento. Ver: TAVARES, Luís Henrique Dias. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2003, p. 49. Ver: VALIM, Patrícia. *Da Sedição dos Mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2007, p. 12-13.

³ Sobre os boletins manuscritos ver: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*. Ed. Itapuã, Bahia, 1969, p 148-159.

Em 14 de agosto de 1798, foi aberta a primeira devassa para apurar a autoria dos boletins, tendo como chefe o desembargador ouvidor geral do crime, Manoel de Magalhães Pinto Avelar de Barbedo⁴, que passou a convocar as testemunhas para apurar os fatos, prendendo, dois dias depois, o pardo Domingos da Silva Lisboa, acusado de autoria dos manuscritos⁵. Porém, no dia 22 de agosto, novos papéis foram encontrados na Igreja da Lapa e no Convento dos Carmelitas Descalços⁶, levando as autoridades do governo a se voltarem para outro possível autor, o soldado Luís Gonzaga das Virgens, que foi preso em 23 de agosto, acusado pelo desembargador do caso de ter a mesma grafia encontrada nos boletins manuscritos. Posteriormente Domingos da Silva Lisboa foi solto, mas o Luís Gonzaga das Virgens foi condenado à morte⁷.

Após a prisão de Luís Gonzaga das Virgens, os envolvidos no episódio, articularam os rumos do movimento e decidiram marcar uma reunião que seria realizada no Dique do Desterro, no início da noite do dia 25 de agosto de 1798. Essa reunião, ao que parece, seria feita para discutir uma forma de libertar os presos e tomar decisões diante da sonhada revolução. Nesse contexto, João de Deus do Nascimento, aparece como personagem fundamental para o entendimento dos fatos, pois ele convocou para a tal reunião algumas pessoas, como o soldado e ferrador Joaquim José da Veiga e o capitão do Regimento dos Henriques e também cabeleireiro, Joaquim José de Santana, que acabaram sendo os primeiros delatores dos supostos planos dos envolvidos. Eles denunciaram o horário e o local da reunião para as autoridades do governo, que prontamente enviaram o tenente-coronel Alexandre Theotônio de Souza, no intuito de prender os participantes do evento. A presença do tenente-coronel nas imediações do Dique do Desterro pela noite acabou sendo notada, frustrando a reunião que não se concretizou como desejada.

No dia seguinte à reunião, João de Deus do Nascimento foi preso, junto com a sua família e os oficiais alfaiates que se encontravam em sua tenda, iniciando uma segunda devassa, comandada pelo desembargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto, que formalizou as denúncias dos delatores, passou a convocar uma série de testemunhas,

⁴ ADCA, 1998, v. I, p. 31.

⁵ Na casa de Domingos da Silva Lisboa (pardo, miliciano e requerente de causas em Salvador), encontraram livros e manuscritos que foram apreendidos e levados a um exame para comparar as letras do acusado com os boletins manuscritos, tendo os examinadores, concluído naquele momento, que o citado era o autor dos ditos boletins. Ver: TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798: a conspiração dos alfaiates*. Pioneira Editora, 1975, p. 38-39.

⁶ TAVARES, Luís Henrique Dias. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2003, p. 55.

⁷ Sobre Luís Gonzaga das Virgens, ver: TAVARES, 1975, p. 40-47. No estudo mais detalhado sobre o personagem, ver: TAVARES, 2003, p. 55-79.

prendendo, julgando e condenando os supostos envolvidos. Ao final, trinta e três pessoas foram condenadas e quatro delas pagaram com a vida.

A escolha de João de Deus do Nascimento como objeto de pesquisa, se deu por vários fatores. A princípio pela carência de estudos específicos sobre o mestre alfaiate, na qual tentaremos contribuir neste sentido, sobretudo mostrando a riqueza dos depoimentos das duas devassas, onde colhemos inúmeras falas sobre ele, mostrando um homem de forte personalidade, polêmico e questionador, que foi intensamente depreciado pelos depoentes, sobretudo na devassa do desembargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto⁸.

João de Deus do Nascimento era visto por alguns dos depoentes como um homem que tinha como objetivo ser grande um dia, e, ao que parece, um homem que incomodava por contestar e por ter uma vida intensa. Essa é uma história que merece ser contada e analisada, nos fazendo perceber o cotidiano e a teia de relações do final do século XVIII em Salvador, mostrando como as questões sociais, raciais, econômicas, entre outras, podem ser levantadas a partir de uma história de vida.

Poderíamos contar a história do aprendiz de alfaiate Manoel Faustino dos Santos Lira, do soldado Luís Gonzaga das Virgens ou do soldado Lucas Dantas do Amorim Torres, todos com passagens relevantes no movimento de 1798, atuantes e articuladores, com a mesma trajetória de prisões, condenações e morte pelo qual passou o mestre alfaiate. Porém a escolha de João de Deus do Nascimento, dentre eles, vai ganhar um destaque no sentido deste personagem simbolizar a revolta como o indivíduo que carregou a marca, tanto da depreciação quanto da heroicização, ligada a esse evento histórico, chegando ao ponto de associá-lo ao seu nome. Tendo como exemplo o artigo do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que no século XIX, referiu-se ao tema, em tom depreciativo, intitulando de “*A Conjuração de João de Deus: narrativa dos tempos coloniais*”⁹. O termo “*A Conjuração de João de Deus*” foi reproduzido por alguns historiadores no século XX, numa abordagem

⁸ Como vimos, existem estudos sobre Luís Gonzaga das Virgens, desenvolvido por Luís Henrique Dias Tavares. Temos também um estudo sobre Manuel Faustino dos Santos Lira, desenvolvido por Pedro Tomás Pedreira, no livro intitulado *Documentos do Recôncavo: Santo Amaro na Revolução de 1798* (Manuel Faustino dos Santos Lira), publicado em 1971 pela Imprensa Oficial, Santo Amaro-Bahia. A cartilha lançada em 2011, pela Fundação Pedro Calmon, intitulada *Heróis Negros do Brasil. Bahia: 1798, A Revolta dos Búzios*, fala dos “perfis dos heróis”, traçando uma breve história de cada um deles. Ainda não encontramos estudos mais específicos, sobre Lucas Dantas do Amorim Torres e nem sobre João de Deus do Nascimento. Todos esses personagens merecem maiores estudos, porém escolhemos João de Deus, por enxergarmos uma rica história sobre ele contida nas devassas abertas em 1798, pelo tratamento que os estudiosos deram a esse personagem e pelo destaque que é dado a ele pelos movimentos negros baianos.

⁹ PINHEIRO, Joaquim C.F. *A Conjuração de João de Deus: narrativa dos tempos coloniais*. In: Revista Popular, ano segundo, tomo 8, out-dez, Rio de Janeiro, 1860, p. 219-222.

voltada para o reconhecimento do evento¹⁰. Assim, podemos perceber ao longo do estudo que a escolha de João de Deus do Nascimento pela historiografia foi uma das possibilidades de argumentos para explicar o nosso interesse pelo personagem.

No processo de heroicização, especialmente ligado ao movimento negro baiano, João de Deus do Nascimento, também vai simbolizar essa luta para o reconhecimento dos chamados “Heróis da Revolta dos Búzios”, sendo descrito na música do Ilê Aiyê, “A Esperança de Um Povo” composta por Reinaldo Sacramento, como “bravo guerreiro” e “líder negro”. Na cartilha escrita por Maurício Pestana em parceria com Olodum, João de Deus foi descrito como “o maior exemplo dessa liderança jovem e aguerrida” no movimento de 1798¹¹.

No relatório do projeto de lei 5.819- B/2009, que representou uma intensa luta dos movimentos negros na heroicização dos mortos em função do movimento de 1798 na Bahia, o relator, deputado Emiliano José, mostra como a justificativa e a importância do estudo sobre João de Deus do Nascimento está nas demandas do presente. O deputado afirmou que o olhar de hoje mostra que os defeitos apontados pelas classes dominantes contra o mestre alfaiate no passado, chamando-o de insolente, atrevido e altivo, “revelam o revolucionário e devem ser vistos, portanto, a partir do olhar dos oprimidos, como extraordinárias qualidades”¹².

Outra questão importante é a agenda da escravidão no movimento de 1798, ligando o nome de João de Deus do Nascimento no envolvimento de levantes de escravos, colhidos nos depoimentos da devassa do desembargador Costa Pinto. Essa agenda da escravidão vai aparecer como um dos importantes elementos para a condenação dele e para a repulsa do evento histórico em questão, pelas autoridades da época e pela historiografia no século XIX. Por outro lado, essa mesma questão vai voltar à tona como um elemento importante de reconhecimento na luta contra a escravidão, sobretudo a partir da historiografia no século XX, que ligou o nome de João de Deus do Nascimento a agenda do plano de libertação dos cativos, mostrando-se como um dado importante para entendermos a exaltação do mestre

¹⁰ Encontramos o título “A Conjuração de João de Deus: narrativa dos tempos coloniais” na *Revista Popular*, num artigo de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, tomo 8, 1860. Em seguida encontramos o título “A Conjuração de João de Deus” no livro de Austrícliano de Carvalho, *Brasil-Colônia e Brasil-Império*, tomo I, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1926; numa citação de Braz do Amaral, na RIHGB, v. 101, 1927, p.361; no livro de Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, v. III. Imprensa Oficial do Estado, 1931, p. 131 e na RIHGB, v.254, 1954, p.181.

¹¹ PESTANA, Maurício. *Revolta dos Búzios: Uma História de Igualdade no Brasil*. Salvador. Ed. Olodum, 2007, p.14.

¹² O deputado da Bahia, Emiliano José, representante da Comissão de Educação e Cultura, foi o relator da área, descrevendo um trecho citado sobre João de Deus do Nascimento, que se encontra no projeto de lei 5.819-B/2009, p. 4.

alfaiate por parte dos estudiosos e das ações dos movimentos negros, fundamentais para o seu reconhecimento e sua heroicização.

Para reforçarmos a imagem construída sobre João de Deus do Nascimento, ligando-o a agenda da liberdade dos escravizados, veremos alguns depoimentos revelados na devassa do desembargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto.

A denúncia pública feita por um dos delatores de João de Deus do Nascimento, realizada no dia 27 de agosto de 1798, pelo capitão do Regimento Auxiliar dos Homens Pretos, Joaquim José de Santana, acusou o mestre alfaiate dizendo que “[...] o seu barracamento havia de ser nas Fortalezas, e que todos os cativos pardos, e pretos, ficarão libertos, sem que houvesse mais escravo algum, e que os de alguns Engenhos já estavam da parte da rebelião [...]”¹³.

No depoimento de 28 de agosto de 1798, dado por Francisco Gomes de Souza, homem branco, escrivão e deputado da Junta da Administração da Fazenda, ficou evidenciado a acusação específica contra João de Deus do Nascimento de projetar uma rebelião para que fosse “extinta a diferença de cor”¹⁴. Essa é uma agenda da igualdade, mas numa sociedade onde as desigualdades eram marcadas na cor da pele das pessoas, não ter diferenças, significava acabar com a hierarquização baseada na cor.

Um dos depoimentos mais interessantes contra João de Deus do Nascimento foi dado no dia 25 de outubro de 1798, por Ricardo Bernardino Guedes, homem branco, oficial de lavrante de apenas 17 anos. Ele contou uma história que é curiosa e rica para as pretensões do nosso estudo. O depoente disse que presenciou um homem vindo carregado numa cadeira passando pela Guarda de São Bento e ao ver a cena, João de Deus do Nascimento havia dito que “grande cousa he ter dinheiro, como vai aquelle repimpado na sua cadeira, e eu que não tenho dinheiro ando a pe; e acazo haverá tempo que andem a pe todoz, sem serem carregados por criaturas?”¹⁵. Ricardo Bernardino Guedes depõe contra João de Deus do Nascimento e a sua fala nos liga diretamente à acusação do mestre alfaiate na agência da luta contra as desigualdades socioeconômicas e, sobretudo, a questão da liberdade dos cativos. Quando João de Deus do Nascimento questionou se haveria um tempo em que todos andassem sem serem carregados por “criaturas”, não estaria questionando nos termos da época a própria escravidão?

¹³ ADCA, 1998, v. I, p. 289.

¹⁴ ADCA, 1998, v. I, p. 298.

¹⁵ ADCA, 1998, v. I, p. 345.

Os depoimentos dados no dia 21 de novembro de 1798, pelos brancos negociantes, Manoel José de Melo e José da Silva Porto, revelam *que se fez público*, as prisões e as causas do levante, sendo que o primeiro citou João de Deus do Nascimento como um dos líderes, e que os interessados na ação, “aliciavão escravos”¹⁶. Já o segundo não o citou, mas disse que “os interessantes do mesmo levante tinham aliciado, e convidado alguns escravos, a fim destes matarem e roubarem seus senhores”¹⁷.

O pardo Ignácio da Silva Pimentel, soldado e alfaiate que trabalhava com João de Deus do Nascimento, numa tentativa desesperada de se livrar da prisão ou amenizar sua pena, jogou a culpa no mestre alfaiate, em depoimento de 3 de setembro de 1798, onde disse ter sido convidado por ele para entrar num “partido de rebelião [...] chamando os cativos com a voz de liberdade [...]”¹⁸.

O temor quanto à questão da escravidão pelas autoridades fica explícita num pequeno trecho da carta enviada pelo governador, d. Fernando José de Portugal e Castro, ao ministro, d. Rodrigo de Souza Coutinho, em 13 de fevereiro de 1799. Na carta, ainda percebemos que as autoridades tentavam afastar qualquer ligação do movimento de 1798, com os proprietários de terras e escravos.

O que sempre se recebeu nas colônias he a Escravatura, em razão de sua condição e porque he o maior numero de habitantes dellas não sendo tão natural que os homens empregados e estabelecidos que tem bens e propriedades, queirão concorrer para huma conspiração ou attentado de que resultarão péssimas consequências, vendo até expostos a serem assassinados pelos seus próprios escravos¹⁹.

Os depoimentos e as correspondências das autoridades do governo, revelam que o problema da escravidão era um tema preocupante, ao ponto de servir como argumento gravíssimo de denúncia, que colaborou para compor a sentença final de morte a João de Deus do Nascimento. A partir desses depoimentos dados contra o mestre alfaiate, fica a impressão que na construção de sua memória, a luta contra a escravidão esteve no horizonte das possibilidades.

Como vimos, em 1860, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, escreveu um artigo na *Revista Popular*, intitulado “*A Conjuração de João de Deus: narrativa dos tempos coloniais*”, depreciando o mestre alfaiate e ligando a sua ação, junto com Lucas Dantas, com a questão da escravidão, dizendo que:

¹⁶ ADCA, 1998, v. I, p. 363.

¹⁷ ADCA, 1998, v. I, p. 364.

¹⁸ ADCA, 1998, v. I, p. 371.

¹⁹ Ver: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LIX, parte I, 1896, p. 411.

Alliciário João de Deus e Lucas Dantas grande numero de escravos, engodados pela esperança d'alforria, e sob este ponto de vista, cumpre confessar, que bem funestos poderião ser os resultados da planejada revolução²⁰.

O historiador Austricliano de Carvalho publicou em 1927, sua obra, *Brasil Colônia e Brasil Império*, onde dedicou um trecho ao movimento rebelde baiano, no qual intitulou “*Bahia. Conjuração de João de Deus, em 1798*”, descrevendo o evento sem a análise depreciativa e chamando os participantes populares de “proletário doutrinado”, afirmando que em relação à agenda de lutas, “João de Deus, o alfaiate cachoeirano, ia mais longe na sua doutrinação [...]”²¹. Para o autor, entre os planos, “queriam os conspiradores baianos a incorporação á Republica da raça preta libertada [...]”²².

Dentre as várias ações do movimento negro baiano, destacamos o projeto do bloco afro Olodum Mirim, que desfilou no carnaval de 2007 em Salvador, com o tema da *Revolta dos Búzios*, onde cantaram pelas ruas a música “Búzios do Olodum” composta por Marcelo Gentil e Romir Conde Garcia. A música em questão destaca João de Deus do Nascimento em seu refrão e num dos seus trechos faz a referência à luta contra escravidão, citando a participação de ricos, brancos e negros, dizendo que “unidos tramaram um conjuração/ se opuseram a escravidão [...]”²³.

No capítulo 1, pretendemos mostrar a agência de João de Deus do Nascimento no movimento de 1798, analisando os depoimentos contidos nas duas devassas que nos servem como fonte primária para traçarmos o perfil deste mestre alfaiate, seguindo em busca das falas dos seus contemporâneos e de sua própria fala, na tentativa de darmos voz a esse sujeito histórico, onde vamos tirar as implicações, analisando o personagem no calor dos acontecimentos, sobretudo mostrando a sua depreciação no processo. Neste sentido, nos orientamos pelos estudos de Pierre Bourdieu, que mostra um possível caminho para entender esse processo biográfico através do *habitus*²⁴ do indivíduo biografado, mostrando seu cotidiano, suas relações com os outros indivíduos e o olhar atento sobre a construção do

²⁰ PINHEIRO, 1860, p. 220.

²¹ CARVALHO, Austricliano de. *Brasil Colônia e Brasil Império*. Tomo I, Brasil-Colônia, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio Rodrigues e C. 1927, p. 452. O autor intitulou essa parte do seu estudo baseado no título primeiramente dado pelo cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

²² CARVALHO, 1927, p. 453.

²³ Trecho da música “*Búzios do Olodum*”, que compõe o CD duplo “Tambor Cidadão” de 2007, interpretada por Rodrigo de Deus, da Banda Olodum Mirim, com participação de Tonho Matéria.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta M (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 7ª ed.- Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005, p.186.

espaço em que a história de vida está inserida, a *superfície social*²⁵. Giovanni Levi também contribuiu teoricamente para o nosso estudo, e entre seus escritos, o autor disse que Bourdieu acertou em seus estudos ao considerar “que era indispensável reconstruir o contexto, a *superfície social* em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante”²⁶. Incluído na lista de importantes estudiosos que contribuíram para pensarmos na breve biografia do personagem que estudamos, está Carlo Ginzburg, que nos iluminou com a escrita do seu livro *O Queijo e os Vermes*²⁷, mostrando a história de vida do moleiro Menocchio, punido pela inquisição por pensar diferente dos poderosos do século XVI, assim como foi punido, o mestre alfaiate João de Deus do Nascimento, no século XVIII, classificado pelas autoridades como um pardo infame. Sem esquecer dos estudos do historiador João José Reis, sobre o sacerdote africano, Domingos Sodré, que viveu na Bahia oitocentista, sendo este trabalho biográfico, uma fonte de inspiração para também traçarmos nossas primeiras linhas sobre o mestre alfaiate²⁸.

No capítulo 2, vamos buscar na historiografia produzida no Brasil, os escritos e análises que os estudiosos fizeram sobre João de Deus do Nascimento, utilizando esse material, encontrado em livros, jornais e revistas, como fonte na construção política do personagem, onde teceremos nossas implicações, analisando o lugar de fala dos autores nos momentos históricos em que as citações foram escritas. Observando os estudos de Francisco Adolfo Varnhagen, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e José Carlos Ferreira, que contribuíram com a historiografia sobre o tema no século XIX. Além de escritos de Francisco Borges de Barros, Braz do Amaral, Austricliano de Carvalho, Affonso Ruy, Luís Henrique Dias Tavares, Kátia de Queirós Mattoso, Carlos Guilherme Mota, István Jancsó, Ubiratan Castro de Araújo, Maria Beatriz Nizza da Silva, Anna Amélia Vieira Nascimento, Luiz Carlos Villalta e Patrícia Valim, que se debruçaram no século XX e início do século XXI, para traçar suas linhas e análises sobre o movimento de 1798 e seus personagens.

No capítulo 3, finalizamos com a análise do processo da construção de João de Deus do Nascimento como um herói negro, procurando entender a participação do movimento negro baiano na luta por essa causa, onde teremos como fontes, as músicas, os materiais

²⁵ BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta M (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 7ª ed.- Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005, p.190.

²⁶ LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta M (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 7ª ed.- Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005, p.169.

²⁷ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

²⁸ REIS, João José. *Domingos Sodré, um Sacerdote Africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

didáticos, os monumentos e homenagens ao personagem, além das ações políticas, como o projeto de lei nº 5.891-B/2009, de autoria do deputado federal Luiz Alberto Silva dos Santos, que foi sancionado como lei 12.391, de 4 de março de 2011, inscrevendo no “*Livro dos Heróis da Pátria*”, os nomes dos heróis da “Revolta dos Búzios”, “os heróis negros da pátria” onde se inclui o mestre alfaiate²⁹. Procuramos nessa fase da pesquisa, trabalharmos com estudiosos que contribuíram para o entendimento da heroicização de sujeitos históricos no Brasil, tendo uma orientação a partir dos trabalhos de José Murilo de Carvalho e Paulo Miceli. Seguindo com estudiosos que nos ajudaram a entender as ações dos movimentos negros, especialmente ligadas a temática de 1798, iluminadas pelas análises de Petrônio Domingues, Jônatas Conceição, Antônio Godi, Osmundo Pinho, Augusto de Sá Oliveira, entre outros, de onde também colhemos análises referentes às músicas do Ilê Aiyê e do Olodum, sobre o mestre alfaiate, cantadas e decantadas na boca do povo.

Na análise da construção de “lugares de memórias”, não só para João de Deus do Nascimento, mas para os seus companheiros que tiveram o mesmo trágico destino, pensamos na orientação, a partir dos estudos de Pierre Nora e José Ricardo Oriá Fernandes.

É chegada a hora de mostrarmos a agência de sujeitos históricos, outrora renegados e/ou ocultados pela historiografia, que buscaram com sua luta, de alguma forma, promover mudanças na estrutura social de sua época. Sujeitos, como João de Deus do Nascimento, homem de personalidade e atitudes fortes, de carne e osso, de defeitos e qualidades, marcado pela não aceitação do que lhe foi imposto. Daí a riqueza de um personagem que precisa ser revelado de maneira mais explícita para a História, pois a sua vida, os seus feitos e a construção de sua memória, ainda carecem de maiores estudos e é isso que nos propomos a fazer. Seguindo as palavras de Wilson Roberto Mattos,

O passado do povo negro brasileiro tem nos feito apelos incessantes, cabe a nós configurarmos os quadros que podem dar-lhe visibilidade significativa para além do que às narrativas dominantes estabelecem com sua “verdade”. Os nossos mortos não descansarão em paz, enquanto não nos apropriarmos da memória de suas vidas conectando-as às nossas lutas presentes³⁰.

²⁹ BRASIL. LEIS ECT. LEI nº. 12.391, de 4 de março de 2011, que dispõe sobre a inscrição o nome dos heróis da “Revolta dos Búzios” no *Livro dos Heróis da Pátria*.

³⁰ MATTOS, Wilson Roberto. *Valores civilizatórios afro-brasileiros, pesquisas educacionais e currículos escolares*. In: Revista da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.12, nº 19, 2003, p. 231.

1- JOÃO DE DEUS DE CARNE E OSSO: o mestre alfaiate no calor dos acontecimentos.

“Este individuo, cuja vida, comportamento, e carater lhe tinham ganhado entre o publico, o conceito de petulante, altivo, soberbo, o orgulho, como constantemente affirmão as testemunhas [...] da devassa, cuja ideas, e sentimentos forão sempre de huma extraordinária, e incomprehensivel elevação, que se não compadece, nem com as suas insignificantes possessoens, nem com a sua baixa, e ínfima condição [...]”.

D. Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto³¹.

As origens e o perfil

Um dos grandes desafios de nosso estudo foi encontrar a documentação primária sobre João de Deus do Nascimento. Seu batistério, sua certidão de casamento, seu alistamento no 2º Regimento de Milícias de Salvador, seu registro de licença da tenda de alfaiate, o batistério dos seus filhos... Enfim uma busca árdua, mas sem muito sucesso, pois, por diversas vezes, nos esbarramos com a falta da documentação. Sobre a escassez documental de indivíduos das classes subalternas, Carlo Ginzburg, no prefácio da edição italiana do livro “*O Queijo e os Vermes*”, nos informou que:

A escassez de testemunhos sobre o comportamento e atitudes das classes subalternas do passado é com certeza o primeiro desafio- mas não o único- obstáculo contra o qual as pesquisas históricas do gênero se chocam. Porém é uma regra que admite exceções. Este livro conta a história de um moleiro friulano – Domenico Scandella, conhecido como Menocchio – queimado por ordem do Santo Ofício, depois de uma vida transcorrida em total anonimato. A documentação dos dois processos abertos contra ele, distantes quinze anos um do outro, nos dá um quadro rico de suas ideias e sentimentos, fantasias e aspirações. Outros documentos nos fornecem indicações sobre suas atividades econômicas, sobre a vida de seus filhos. Temos também algumas páginas escritas por ele mesmo e uma lista parcial de suas leituras (sabia ler e escrever). Gostaríamos, é claro, de saber muitas outras coisas sobre Menocchio.

³¹ ADCA, 1998, v. II, p. 1127-1128. Essa frase faz parte do termo de conclusão da devassa, num texto do dia 18 de outubro de 1799, onde o desembargador Costa Pinto, fala sobre João de Deus do Nascimento.

Mas o que temos em mãos já nos permite reconstruir um fragmento do que se costuma denominar “cultura das classes subalternas” ou ainda “cultura popular”³².

Nos orientando pelo trabalho de Ginzburg, ficamos com o exercício de sermos guiados pelas fontes disponíveis, utilizando os “*Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates*”, na busca de informações preciosas para respondermos as questões sobre nosso personagem, citado em duas devassas, onde se buscavam os envolvidos na autoria dos boletins manuscritos espalhados pelo centro de Salvador e os envolvidos na preparação do movimento rebelde baiano de 1798, sendo este último, bastante rico em informações, nos ajudando a entender brevemente o cotidiano, o comportamento e as atitudes de João de Deus do Nascimento, que assim como Mennochio, foi julgado e condenado a morte. Apesar dos diferentes contextos, foram indivíduos oriundos das classes populares, punidos pelos poderosos do seu tempo. Como nos orienta Giovanni Levi, “o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia, por esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado”³³.

O que sabemos sobre a data de nascimento de João de Deus do Nascimento, está referenciado no depoimento dado ao desembargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto, no dia 10 de setembro de 1798, onde o mestre alfaiate revelou que era natural da Vila da Cachoeira, tendo a idade de 27 para 28 anos, sendo filho legítimo do branco José de Araújo e da parda forra Francisca Maria da Conceição³⁴. Por essa informação calculamos que João de Deus do Nascimento tenha nascido por volta de 1771, sem podermos precisar o dia e o mês em que ele nasceu na antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, no Recôncavo baiano.

Outra questão importante é o fato de João de Deus do Nascimento ter declarado ser filho legítimo de um pai branco e a mãe parda forra. Em toda documentação analisada, não encontramos nenhum caso igual ao dele. Quando achamos os filhos de relação entre brancos e pardos, sempre eram filhos naturais. Isso nos chamou a atenção, pois, se João de Deus do Nascimento era realmente filho legítimo, seus pais foram casados, afrontando e superando um grave problema da época, que era legitimação da união entre pessoas de diferentes tonalidades de cor da pele.

³² GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 16.

³³ LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta M (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 7ª ed.- Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005, p.176.

³⁴ ADCA, 1998, v. I, p. 449. Não encontramos a localidade onde residiam os pais de João de Deus, dentro da Vila de Cachoeira.

A descrição física que temos de João de Deus do Nascimento nos é fornecida na sua fase adulta, quando ele se encontrava preso na cadeia pública, a partir de um termo de prisão, datada de 23 de fevereiro de 1799, onde o escrivão João Luís de Abreu o descrevia como:

Homem pardo claro de ordinária estatura, cheio de corpo tem a cabeça redonda, e examinando-a lhe não achei coroa, ou sinal dela, e sim o cabelo que he preto, crescido por igual, tem orelhas pequenas, rosto comprido, testa alta, olhos pretos, e pequenos, naris afilado, boca pequena, e barba serrada³⁵.

A condição de João de Deus do Nascimento como pardo pode ter sido um fator na sua inserção no ofício de alfaiate. Para entender melhor essa questão e lançar outras, recorreremos a Stuart B. Schwartz que nos apontou um censo parcial de seis paróquias da zona rural baiana, realizado em 1788, mostrando uma tabela referente às paróquias de Purificação e Rio Fundo, com a estrutura ocupacional segundo a cor, indicando que os pardos eram predominantes nos ofícios de artesãos, sendo os ofícios de carpinteiros, sapateiros e alfaiates, os que mais se destacavam na presença de pardos. O autor nos diz que:

Os resultados desse censo indicam que, em fins do século XVIII, a clássica divisão por cores nos engenhos já emergia: brancos como proprietários e administradores, negros escravos, em maioria nos campos, e pardos predominantemente no setor intermediário dos trabalhadores especializados e artesãos³⁶.

O estudo de Schwartz é extremamente valioso se percebermos que a localidade onde foi realizado o censo de 1788, está situada no Recôncavo, na região da atual cidade de Santo Amaro da Purificação, vizinha a Cachoeira. Chamamos a atenção para o fato de João de Deus do Nascimento supostamente ter aprendido o ofício de alfaiate na própria Vila de Cachoeira, onde possivelmente os pardos predominavam na atuação desse ofício mecânico que ele vai se tornar mestre. Na época do censo, João de Deus do Nascimento estava com 17 anos e não seria absurdo pensarmos que ele já estivesse na fase do aprendizado de algum ofício e por se tornar um mestre é provável que tenha aprendido desde cedo à profissão.

De acordo com os depoimentos dos Autos, percebemos que existia uma uniformização no modelo da pergunta para identificar o depoente, passando pelo nome, naturalidade, filiação, cor, estado civil, endereço, profissão e idade. Porém uma coisa nos chamou a atenção no item cor, referente à classificação de João de Deus. Geralmente, ele é citado nos Autos como pardo alfaiate, ligando sua cor ao ofício, e na historiografia, ele é caracterizado como pardo alfaiate e/ou pardo livre, denominação que também aparece nos Autos, ligando sua cor

³⁵ ADCA, 1998, v. II, p. 1072.

³⁶ SCHWARTZ, 1988, p. 278.

a condição de liberdade. Mas, em três momentos, encontramos a denominação, *pardo forro*, referindo-se a João de Deus: o primeiro no depoimento de sua esposa³⁷, depois no seu próprio depoimento³⁸ e por último na acareação do sargento Joaquim Antônio da Silva³⁹ com o mestre alfaiate.

Essa classificação de pardo forro ligaria João de Deus à condição de ter nascido escravo. Apesar de sua mãe ter sido forra, será que ele, sendo filho legítimo de um branco, seria escravizado? Será que sua mãe era escrava quando ele nasceu? Será que o escrivão João Luís de Abreu escreveu errado? Ou de repente escreveu errado para depreciar o mestre alfaiate na condição de ter nascido escravo? Por que esse termo *pardo forro* aparece nos termos de abertura dos depoimentos da esposa e do próprio João de Deus do Nascimento? Por que, tempos depois, a documentação traz o termo *pardo livre*⁴⁰ para classificá-lo?

Todas as questões acima poderiam ser respondidas se fosse justificado o erro do escrivão, mas não foi. Por outro lado não temos indícios que João de Deus do Nascimento era um pardo forro, a não ser um depoimento dado por Lucas Dantas, em 22 de novembro de 1798, que diz ter ouvido o mestre alfaiate falar, após ser convidado por ele para o levante: “Eu sou muito capaz para todo, já sei a matéria sobre que vossés tratão, sou homem que já me considero perdido, carregado de querelas, tenho gasto seiscentos mil reis com livramento, estou vendo hir ate Angola [...]”⁴¹. Ora, se João de Deus do Nascimento já gastou 600 mil reis com livramento, seria ligado à compra de sua alforria? O termo “querela” está ligado à queixa crime e o mestre alfaiate havia se envolvido numa briga com o pardo Valério da Silva Ribeiro em 1794, ferindo-o no rosto com uma faca⁴². Por isso ele deveria estar sofrendo algum processo e pagando caro pelo ato, ao ponto de se considerar um “homem perdido”, prevendo a punição de ir para Angola. Sendo assim, essa questão do livramento não tinha ligação direta com a escravidão e sim com a prisão por lesões corporais, onde segundo depoimentos, João de Deus do Nascimento havia tirado uma carta de seguro pela culpa no episódio⁴³.

³⁷ ADCA, 1998, v. I, p. 399. Esse depoimento foi dado por Luiza Francisca de Araújo, esposa de João de Deus do Nascimento, no dia 31 de agosto de 1798 e se encontra na resposta dada por ela.

³⁸ ADCA, 1998, v. I, p. 445. A denominação, pardo forro, aparece duas vezes nos escritos oficiais das autoridades, não foi João de Deus do Nascimento que falou.

³⁹ ADCA, 1998, v. I, p. 511. Essa acareação foi realizada no dia 2 de novembro de 1798.

⁴⁰ ADCA, 1998, p. 939. O termo pardo livre aparece na relação dos réus presos com data de 23 de fevereiro de 1799.

⁴¹ ADCA, 1998, v. I, p. 606.

⁴² ADCA, 1998, v. II, p. 937.

⁴³ Ver depoimento de Francisco Xavier de Almeida. ADCA, 1998, v. I, p. 318.

Outro desafio interessante diz respeito à mudança de João de Deus para Salvador. Provavelmente ele saiu da Vila de Cachoeira solteiro e na Cidade da Bahia conheceu sua futura esposa, Luiza Francisca de Araújo, que era nascida na Freguesia do Paço. Não sabemos ao certo quando ele chegou a capital, mas Gonçalo Gonçalves, pardo e alfaiate, em depoimento dado em 11 de setembro de 1798, disse “que houvera oito anos teve amizade com João de Deus do Nascimento por causa de um divertimento de pássaros, logo que o dito chegou da Vila de Cachoeira [...]”⁴⁴.

Por esse depoimento de Gonçalo Gonçalves percebemos que João de Deus do Nascimento chegou a Salvador por volta de 1790, sendo essa data reforçada pelo depoimento de sua esposa, Luiza Francisca de Araújo, que declarou, em 31 de agosto de 1798, “que tem cinco filhos, o mais velho tem idade de oito anos [...]”⁴⁵. Onde podemos sugerir que ele chegou realmente por volta de 1790, tornando-se pai de família, ocasião que coincide com o nascimento de seu primeiro filho, provavelmente, Antônio Joaquim⁴⁶.

Conhecemos pouco sobre a sua família, o nome e o sexo dos filhos, a rotina dentro de casa, o temperamento e o relacionamento com a esposa. Enfim, por vezes, as fontes não nos permitem avançar neste sentido. Já sabemos, por exemplo, que João de Deus do Nascimento tinha um filho chamado Antônio Joaquim e que seu filho mais velho tinha 8 anos e “aprendia a ler na escola de Fulano da Motta de tras da Capella de Nossa Senhora da Ajuda e agora esta escrevendo por cima da letra branca e ainda não aprende a contar [...]”⁴⁷. Não sabemos se o filho mais velho que estudava era o mesmo Antônio Joaquim, mas pelo menos podemos deduzir que era um menino.

Luiza Francisca de Araújo era natural de Salvador, oriunda da Freguesia do Paço, filha natural de um pai branco e uma mãe parda forra, tendo declarado que tinha trinta anos, portanto mais velha que João de Deus do Nascimento. Ela se declarou analfabeta, dizendo que o marido sabia ler e escrever, mas tinha o curioso hábito de pedir ao soldado e oficial de alfaiate, Ignácio da Silva Pimentel, que escrevesse para ele. Revelou que estava sempre no interior da casa, aonde não ia pessoa alguma da tenda. Quando alguém precisava de água para beber, por exemplo, batia-se na porta e ela mandava trazer, ou seja, não tinha acesso ao estabelecimento frequentado por homens⁴⁸. Ela também revelou a rotina do marido dizendo

⁴⁴ ADCA, 1998, v. I, p. 556.

⁴⁵ ADCA, 1998, v. I, p. 401.

⁴⁶ ADCA, 1998, v. I, p.466. João de Deus do Nascimento citou o nome de um dos seus filhos no depoimento de 13 de setembro de 1798.

⁴⁷ ADCA, 1998, v. I, p. 401. Ver o depoimento de Luiza Francisca de Araújo, dado em 31 de agosto de 1798.

⁴⁸ ADCA, 1998, v. I, p. 400.

que ele tinha o costume de sempre sair à noite, principalmente nas noites de luar⁴⁹. Mas, pelo visto, ele saía sozinho, provavelmente indo encontrar os conhecidos para conversas sobre o projeto revoltoso ou mesmo indo ao encontro de sua amante, Ana Romana Lopes do Nascimento.

Antônio Bento Serqueira⁵⁰, dono de um botequim defronte a Misericórdia, disse que João de Deus e Lucas Dantas frequentava muitas vezes o seu estabelecimento. José Antônio dos Santos⁵¹, também dono de um botequim, disse que o mestre alfaiate frequentava o seu bar, tinha o hábito de beber ponche e, pelo depoente, deixava a conta para pagar depois, de modo que, após a prisão, João de Deus do Nascimento estava devendo a ele 800 réis, dívida que pelo visto não foi paga.

Além de frequentar uns botecos, João de Deus do Nascimento frequentava outros lugares animados, como falou o depoente Nicolau Andrade⁵², que disse ter visto ele em uma casa de dança, junto a Ordem Terceira de São Francisco. Não sabemos como o mestre alfaiate se vestia para frequentar esses lugares à noite, provavelmente por ser alfaiate fazia suas próprias roupas. Porém dois depoimentos falam justamente das vestes dele durante o dia, o que não podemos afirmar que era da sua rotina, mas no mínimo merece destaque.

O procurador Francisco Xavier de Almeida falou que numa manhã, João de Deus do Nascimento, trazia “calçados huns chinelins com bico muito comprido, e a entrada muito baixa, e calçoens tão apertados, que vinha muito descomposto”, o que fez o depoente estranhar, despertando prontamente a resposta do mestre alfaiate que havia lhe dito, “calle a boca, este trajar he Francez, muito em breve verá Vossa mercê tudo francez; fia-Se Vossa mercê, e os mais em feixar as portas de suas cazas, dentro haverá quem as abra”, o que o fez retrucar dizendo “Eu sou Portugues, e jamais serei Francez, vâ-se com os diabos”, se retirando enquanto João de Deus ficou rindo⁵³. Já o comerciante Manoel Cardoso Marques, disse que conhece João de Deus do Nascimento por “hir algumas vezes a sua loja, e pelo traje ridículo, e abandalhado, de que uzava [...]”⁵⁴. Ao que parece, o mestre alfaiate vestiu literalmente as roupas da revolução.

Roupas a parte, o mestre alfaiate esteve presente no batizado da filha de Lucas Dantas, jantava com o tenente José Gomes e frequentava a casa deles, mostrando ser uma pessoa

⁴⁹ ADCA, 1998, v. I, p. 402.

⁵⁰ ADCA, 1998, v. I, p.332.

⁵¹ ADCA, 1998, v. I, p.349.

⁵² ADCA, 1998, v. II, p.802.

⁵³ ADCA, 1998, v. I, p. 318.

⁵⁴ ADCA, 1998, v. I, p. 336

conhecida e sociável, porém com vários desafetos ⁵⁵. Alguns desses desafetos revelaram coisas da vida pessoal dele, como o seu envolvimento amoroso com uma parda costureira de 17 anos, chamada Ana Romana Lopes do Nascimento, insinuado por ele ⁵⁶ e confirmado por ela ⁵⁷. Contudo não há relatos que a sua esposa soubesse deste caso.

Ana Romana Lopes do Nascimento deu seu depoimento no dia 19 de setembro de 1798, na devassa do desembargador Costa Pinto, onde foi descrita como “mulher parda forra, solteira e moradora na rua direita de Nossa Senhora da Ajuda, em casa do padre João Lopes da Silva, de quem foi escrava, vivia de costuras, tem idade de dezasete annos”⁵⁸. Ela revelou que conheceu João de Deus do Nascimento pelos fins de setembro de 1797 e que ele tirou-a da casa do padre, alugando para ela uma casa na Saúde, onde morou por cerca de três ou quatro meses. Portanto, percebemos que o relacionamento extraconjugal do mestre alfaiate havia ganhado seriedade, pois ao que parece, ele assumiu o compromisso com Ana Romana, provavelmente custeando o aluguel e o sustento da casa. Porém a relação, após o enlace mais sério, passou a ser conturbada.

Ana Romana Lopes do Nascimento alegou que o relacionamento na casa alugada não durou muito tempo, porque o mestre alfaiate havia lhe espancado, sendo um dos motivos para ela voltar para casa do padre João Lopes da Silva, onde revelou que, depois disso, não mais falou e nem viu João de Deus do Nascimento. Ela completou dizendo que “[...] além de espanca-la, ella largou a casa, onde vivia muito só”⁵⁹. Percebemos que Ana Romana não colocou apenas o problema do ato de violência supostamente feita por João de Deus do Nascimento, ela também alegou estar se sentido só na casa alugada.

Quanto à questão do envolvimento no movimento de 1798, Ana Romana, não vai acusar o ex-amante, pois ela diz que nada sabia e que quando ele ia até a casa alugada, sempre ia só. Enxergamos essa possibilidade da ausência dele devido ao envolvimento nas reuniões com Lucas Dantas, por exemplo.

Percebemos que João de Deus do Nascimento usou um alibi para despistar o seu envolvimento e a sua presença na reunião do Dique do Desterro, dizendo que na noite de sábado, dia 25 de agosto de 1798, foi para casa da mulata Ana. Seria a sua parda amásia? Pelo que deduzimos, eles já haviam terminado o envolvimento e ela revelou que havia tempo que

⁵⁵ ADCA, 1998, v. I, p.518 e 528. Nessas páginas temos, respectivamente, a confirmação da presença de João de Deus no batizado da filha de Lucas Dantas e o jantar com o tenente Gomes.

⁵⁶ ADCA, 1998, v. I, p.451.

⁵⁷ ADCA, 1998, v. I, p.324-325

⁵⁸ ADCA, 1998, v. I, p.324.

⁵⁹ ADCA, 1998, v. I, p.325

não falava com ele, nem sequer o via. Ao que parece, o mestre alfaiate procurou se esquivar das acusações, mas infelizmente não deu mais detalhe sobre sua vida extraconjugal. Enfim, esse era João de Deus do Nascimento, um homem de carne e osso, de personalidade forte, polêmico, que frequentava os botequins, casas de danças e casas dos conhecidos, tinha atitude em se vestir, gostava das noites de luar e gostava de mulheres. Mas muita gente não gostava dele.

O mestre alfaiate e cabo de esquadra do 2º Regimento de Milícias dos Homens Pardos.

A referência de endereço de João de Deus em Salvador é a sua tenda⁶⁰ ou loja de alfaiate, situada na Rua Direita do Palácio, onde trabalhava e residia junto com a esposa e os cinco filhos. Essa localização da tenda estava de acordo com os espaços pré-estabelecidos pela Câmara Municipal para os oficiais mecânicos organizarem seus estabelecimentos. Por isso, a moradia na Rua Direita do Palácio, não deve ter sido simplesmente uma escolha do mestre alfaiate e sim uma determinação dos camaristas.

Avanete Pereira Sousa⁶¹ afirmou que “[...] aos oficiais era vedado instalarem suas tendas onde lhe conviessem, pois cabia à Câmara, enquanto responsável pela organização do espaço social urbano, determinar a rua qual deveriam ser fixadas [...]”⁶². Sendo assim ficavam “[...] os alfaiates, celeiros e sapateiros na rua que vem das Portas de São Bento, até as Portas do Carmo, seguindo por detrás de N. S. da Ajuda e do Tijolo”⁶³.

De acordo com os estudos de Avanete Pereira Sousa e Maria Helena Ochi Flexor,

Os oficiais mecânicos em Salvador guiavam-se pelas mesmas normas estabelecidas no Livro de Regimentos dos Oficiais Mecânicos de Lisboa, de 1572, reformado, em 1771, pelo Marquês de Pombal. Nele, baseavam-se as posturas camarárias quanto à prática do ofício em aspectos que iam da eleição de representantes, junto às corporações de ofício, às condições gerais de trabalho. Ao oficial mecânico apto a inserir-se no mercado de trabalho, o que significava ter se submetido ao exame e aprovação do juiz e escrivão de seu ofício, era necessária a aquisição de licença junto à Câmara. De resto, o oficial deveria, ainda, pagar uma taxa de 600 reis para retirar da Câmara a lista de preços de seus produtos ou serviços, a qual era estabelecida pelos camaristas, através de posturas. Só então poderia exercer o seu ofício⁶⁴.

Isso demonstra, que não era tão simples assim exercer um ofício, e pior ainda, abrir um estabelecimento, pois tinha custos e regras, o que não deveria ter sido nada fácil para o pai de família, João de Deus do Nascimento, que a cada ano via mais filhos chegando, levando-o a demonstrar sinais de insatisfação com as difíceis condições de vida de um alfaiate e com as desigualdades socioeconômicas da época.

⁶⁰ O Auto de sequestro feito nos bens achados na casa em que morava João de Deus do Nascimento, em 19 de setembro de 1798, descreve todo material encontrado na tenda: mesa, cadeiras, caixas, tesouras, diversos tipos de botões, calças para homens e crianças, roupas de militares, coletes, casacas, jalecos, cangas, retalhos e panos de vários tipos e cores, escovas, pentes e até uma estampa de N. S. da Piedade. Ver, ADCA, 1998, p.1229-1230.

⁶¹ SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no Século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

⁶² SOUSA, 2012, p. 245.

⁶³ FLEXOR, Maria Helena O. *Os Oficiais Mecânicos na Cidade de Salvador*. Prefeitura Municipal de Salvador; Departamento de Cultura; Museu da Cidade, 1974, p. 35.

⁶⁴ SOUSA, 2012, p. 245.

O pardo cachoeirano, Manoel Pereira Severio, que trabalhou com João de Deus do Nascimento, informou que o mestre “tinha tantas esperanças de melhoras de ventura que dizia muitas vezes breve me hei de ver livre de officiaes de alfaiate, a quem não se pode aturar, por andarem sempre necessitados; e hei de ser hum grande homem”⁶⁵. Essa fala é muito importante para percebermos as condições em que viviam os alfaiates e a expectativa de João de Deus em um dia livrar-se da vida difícil de alfaiate.

No depoimento de Manoel Faustino dos Santos Lira, foi dito que João de Deus do Nascimento não fugiu, na véspera da prisão, porque “não tinha mais que 80 reis em dinheiro”⁶⁶. Quando foi preso o mestre alfaiate estava trabalhando em sua tenda na manhã do domingo, dia 26 de agosto de 1798, “cozendo os calçoens”⁶⁷ que o tenente José Gomes de Oliveira Borges havia encomendado. Não sabemos as reais razões dele não ter fugido com a família, mas não podemos negar que a falta de dinheiro pode ser um importante fator, pois as condições sociais dos alfaiates não eram as melhores.

Para Avanete Sousa,

[...] De concreto pode-se dizer que o grupo social integrado por oficiais mecânicos estava à margem da sociedade da rede das hierarquias de poder na qual se estruturava a sociedade baiana colonial, cujos prestigiados e abandonados provinham da riqueza material dos senhores de terras e escravos, da burocracia estatal e religiosa e dos grandes comerciantes contratadores. Mas, por certo, numa sociedade cujo topo era constituído por senhores de terras, burocratas e clérigos, composições legitimadas e reverenciadas, e o polo subalterno integrado por escravos, cujos trabalhos e *status* jurídico eram considerados degradantes, os estatutos de artífice e homem livre configuravam um quadro intermediário, visto que esses atributos não se enquadravam em uma posição totalmente desqualificada⁶⁸.

Avanete Sousa seguiu dizendo que os oficiais mecânicos sofriam restrições, mas portavam algum prestígio na sociedade colonial baiana. Porém o *status* não vinha do poder material, a importância desse grupo estava no plano “simbólico e cultural”⁶⁹. Isso nos ajuda a analisar, o prestígio que João de Deus do Nascimento tinha como mestre alfaiate, pois além de ensinar o ofício a jovens aprendizes livres, forros, escravos e até a um branco, ele era o alfaiate dos militares e fazia serviços para a elite da época.

O aprendiz de alfaiate, João de Nação Benguela⁷⁰, escravo de Dona Maria Jozefa de Sousa, viúva do governador da Fortaleza da Ribeira, foi um dos que aprenderam o ofício com

⁶⁵ ADCA, 1998, v. I, p. 339.

⁶⁶ ADCA, 1998, v. II, p. 681.

⁶⁷ Ver depoimento do crioulo forro Manoel Pereira de Santa Thereza, ADCA, 1998, v. I, p. 531.

⁶⁸ SOUSA, 2012, p. 249-250.

⁶⁹ SOUSA, 2012, p. 250.

⁷⁰ ADCA, 1998, v. I, p. 337.

João de Deus do Nascimento, mostrando que os proprietários de escravizados lhe confiavam essa tarefa. A demonstração que o mestre trabalhou para a elite, ficou explícita quando ele foi convidado para fazer o vestido da noiva de Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão, dona Joaquina, filha do Secretário de Estado e Governo do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque, ambos, proprietários de terras e escravizados, representantes da elite baiana⁷¹.

Além de fazer obras para a elite baiana, João de Deus do Nascimento era o alfaiate dos militares, fazia e/ou concertava roupas para oficiais, sargentos, soldados e milicianos. Nos depoimentos do sargento Joaquim Antônio da Silva⁷² e do tenente José Gomes de Oliveira Borges⁷³, que moravam numa residência, situada ao pé da Capela de Nossa Senhora da Ajuda, vizinho a João de Deus do Nascimento, ambos disseram que o mestre alfaiate frequentava a casa deles para tirar medidas, provar as roupas, fazer vestir depois de prontas e receber o dinheiro do serviço, alegando que ele sempre atrasava a entrega dos pedidos.

Pelos constantes atrasos na entrega das roupas, o tenente José Gomes de Oliveira Borges, contou que na manhã da prisão João de Deus do Nascimento, ele havia mandado um crioulo forro buscar as encomendas, nos revelando as obras que o mestre alfaiate fazia, confirmadas no depoimento de Manoel Pereira de Santa Thereza, que disse ter ido a mando do tenente buscar “dous calcoens, hum par de ganga e outro de fustão”⁷⁴. Nos sequestros dos bens de João de Deus do Nascimento, entre as diversas peças da alfaiataria, foi encontrado “hum buldie de Soldado com bainha para baoneta [...]”⁷⁵, demonstrando que ele e os oficiais de alfaiates que trabalhavam em sua tenda, prestavam serviços aos soldados.

Apesar de parecer ser requisitado e ter prestígio, algumas pessoas reclamavam dos serviços de João de Deus do Nascimento, como vimos, na questão da demora da entrega das obras, encomendadas pelo tenente Borges. Outra reclamação vem do alfaiate branco, João Fernandes de Vasconcelos⁷⁶. O pernambucano alegou que o mestre alfaiate não pagava os serviços que lhe pedia para fazer, contando que da última vez, João de Deus do Nascimento lhe pediu para cozer um chambre, mas não pagou o serviço e por isso ele não lhe fez mais nenhuma obra.

⁷¹ A fala do vestido de noiva encomendado a João de Deus está ligada ao depoimento de Fortunato da Veiga, pardo forro e carpinteiro, que trabalhava para José Pires de Carvalho e Albuquerque. Fortunato diz, em seu depoimento, dia 4 de outubro de 1798, que conhecia João de Deus a cerca de dois anos (1796) por causa dessa encomenda do vestido para filha do seu patrão. Ver: ADCA, 1998, v. I, p. 471 e ADCA, 1998, v. II, p. 762.

⁷² ADCA, 1998, v. I, p. 504.

⁷³ ADCA, 1998, v. I, p. 514.

⁷⁴ ADCA, 1998, v. I, p. 530.

⁷⁵ ADCA, 1998, v. II, p. 1229.

⁷⁶ ADCA, 1998, v. II, p. 838.

As reclamações seguem no depoimento dado por Antônio Bento Serqueira, um homem branco que era dono de um botequim que João de Deus do Nascimento e Lucas Dantas do Amorim Torres frequentavam, situado defronte da Misericórdia. Antônio Bento Serqueira relatou “que ouviu dizer a pessoa que se não lembra, que levando o dito João de Deus uma obra do officio de alfaiate, a certo homem, e não a achando a seu contento, lhe dicara que ele João de Deos não se apurava no seu officio, ao que ele respondeo,= Que não nascera para alfaiate, e aspirava a couza maior”⁷⁷.

Não sabemos quem foi à pessoa que criticou a obra de João de Deus do Nascimento, o mandando melhorar no officio, nem tão pouco se isso realmente aconteceu, mas a resposta dele foi própria de um homem de personalidade forte, que trabalhava para sustentar sua família e não aceitava críticas.

Essa personalidade forte de João de Deus do Nascimento, revelada em vários depoimentos nos Autos, ganhou mais uma fala, quando o tenente Hermógenes de Aguillar Pantoja, requisitou o mestre alfaiate para um serviço, mas parece que o oficial não andava mais tanto estimulado com ele e disse que foi “porque em certa occazião duvidou ir corta-lhes humas pantalonas ao Corpo da Guarda de São Bento, dirigindo lhe uma resposta insolente, o que testemunhou o furriel Francisco de Paula Tourinho”⁷⁸.

Três coisas são importantes serem destacadas: primeiro é o fato de João de Deus do Nascimento ser requisitado para serviços entre os militares. Segundo, refere-se ao depoimento do tenente, que se verdadeiro, reclamou e tentou criar uma imagem negativa de João de Deus, quando diz que o mestre deu uma resposta insolente a ele por ter duvidado dos seus serviços. Porque duvidou? Qual a resposta insolente dada por João de Deus? Ninguém sabe, pelo menos não aparece na documentação analisada. E o terceiro destaque vai para personalidade forte do mestre alfaiate, que incomodou o tenente Hermógenes de Aguillar Pantoja. Onde percebemos aqui a construção da imagem bem recorrente aos pardos como insolentes e altivos.

Outros que falaram muito da personalidade de João de Deus do Nascimento foram os aprendizes e oficiais que trabalharam com ele, como o branco, Antônio Ignácio Ramos, o escravo preto Vicente, os pardos forros Manoel Faustino, Manoel do Nascimento e José do Sacramento e os pardos livres Manoel Pereira Severio e Ignácio da Silva Pimentel. Eles revelaram casos que merecem algumas linhas.

⁷⁷ ADCA, 1998, v. I, p. 332.

⁷⁸ ADCA, 1998, v. II, p. 850. Quanto à testemunha, Francisco de Paula Tourinho, não localizamos nenhuma referência sobre essa resposta insolente dada por João de Deus ao tenente Hermógenes Aguillar.

Vamos começar por Antônio Ignácio Ramos, homem branco, solteiro, que morava no Gravatá, na Freguesia de Santa Anna e tinha 24 anos de idade. O oficial alfaiate, que representava um caso incomum, de homem branco trabalhando para um mestre pardo, depõe depreciando João de Deus do Nascimento, dizendo que o mestre menosprezava os homens brancos, relatando que “chegando alguás vezes a porta da mesma loja pessoas circunstanciadas, assim como o tenente coronel Caetano Mauricio Machado, por cauza de obras, que la tinhão retardadas, o dito João de Deos não se levantava, do assento, em que estava, e muitas vezes sem estar trabalhando, e falava assim assentado as mesmas pessoas [...]”⁷⁹. Aqui a imagem do pardo não se submete ou se curva à presença de pessoas brancas.

Antônio Ignácio Ramos, que trabalhou por cerca de dois meses na tenda de João de Deus do Nascimento, provavelmente entre junho e julho de 1798, traz informações preciosas sobre vários aspectos, mostrando como “pessoas circunstanciadas” (brancos), faziam parte da clientela do mestre alfaiate, incluindo militares de alta patente, como o tenente coronel Machado. Além de reforçar os atrasos das entregas das encomendadas a João de Deus, onde podemos sugerir que esses atrasos estejam ligados à grande quantidade de pedidos, e/ou, ao envolvimento do mestre alfaiate nos planos da revolta, levando-o, ao não cumprimento dos prazos na entrega das obras. Por fim a resistência em não se submeter a práticas e etiquetas de mando, vai lhe custar caro na construção da sua imagem negativa perante o desembargador Costa Pinto.

O escravo Vicente é outro caso interessante a ser registrado e analisado. Ele era africano da Costa da Mina, solteiro, tinha 30 anos, aprendia o ofício de alfaiate com João de Deus do Nascimento e pertencia ao tabelião Bernardino de Sena e Araújo⁸⁰. O mestre alfaiate pagava por semana duas patacas ao seu proprietário pelo aluguel do escravizado. Vicente revelou no seu depoimento que, devido ao pagamento, o mestre alfaiate tinha “todo o domínio nelle [...]”⁸¹. Por que João de Deus do Nascimento pagava por um escravo de aluguel? Seria uma contradição o mestre alfaiate pagar por um escravo de aluguel na época, já que estava sendo acusado em alguns depoimentos de defender a liberdade dos cativos? Pelo aluguel de Vicente, o mestre alfaiate pode ser considerado um escravista? O fato de usar um escravo de aluguel significa que João de Deus do Nascimento concordava com a escravidão? São questões importantes para entendermos a dinâmica das relações sociais e raciais dentro desse contexto, mas nos inclinamos a pensar que não havia contradição entre o uso dos serviços de

⁷⁹ ADCA, 1998, v. I, p. 328. Depoimento dado em 19 de setembro de 1798.

⁸⁰ ADCA, 1998, v. I, p. 392-393. Depoimento dado em 29 de agosto de 1798.

⁸¹ ADCA, 1998, v. I, p. 396.

um escravo de aluguel e a luta antiescravista feita pela mesma pessoa nos fins do século XVIII. Talvez, se Vicente fosse livre, as duas patacas pelos seus serviços seriam pagas a ele e não ao seu proprietário, Bernardino de Senna e Araújo.

Numa sociedade onde a escravidão era legalizada, qualquer um que tivesse condições desejava possuir escravos ou tinha alguma vinculação com a escravidão. No caso do mestre alfaiate, ele não tinha posses suficientes para ter escravos, mas pagava pelo serviço de Vicente que pertencia a outro proprietário. O mestre utilizava os serviços do escravizado, para ajudar a fazer e levar as obras da alfaiataria. Além disso, os escravizados de ganho eram utilizados para levar e trazer recados. Por isso, Vicente foi encarregado de levar recados a outros envolvidos no dia da reunião marcada e seguir João de Deus do Nascimento rumo ao Campo do Dique do Desterro. Em certa parte do seu primeiro depoimento, Vicente falou que trabalhou no dia da reunião no dique até às cinco horas da tarde na tenda do mestre alfaiate, mas na saída, João de Deus do Nascimento havia lhe dito que às seis horas eles iriam até certa parte e dado o horário “pertendeo elle declarante sahir, e o dito João de Deos o deteve”⁸². Seria essa uma demonstração do domínio de João de Deus ao escravizado de aluguel, Vicente?

As tarefas de Vicente eram funções próprias de um escravo de ganho. Levar recados do levante e acompanhar João de Deus do Nascimento ao Dique pode ter sido fruto do engajamento de Vicente, mas ele nunca se entregaria. Mas será que João de Deus realmente tinha todo domínio sobre Vicente?

O próprio Vicente falou que o “[...] seo Senhor não permitia que estivesse de noite tarde na rua [...]”⁸³ e por essa razão ele pediu a João de Deus do Nascimento para se retirar da área do Dique, pois já passava das oito horas, tendo seu pedido atendido. A questão de dizer que João de Deus o dominava estaria ligada a tentativa de Vicente provar inocência, livrando sua participação no caso, usando o argumento de fazer tudo que o mestre mandou? Pode ser que sim, mas pode ser que não.

Vicente trabalhava com João de Deus na época da prisão do mestre, relatando que tinha o seu lugar certo na tenda, sentando-se em uma das portas da rua, afastado do interior da loja. Além disso, ele falou que o mestre “publicamente dizia, que aborrecia negros”⁸⁴. Por que o escravo Vicente diz que os negros aborreciam João de Deus do Nascimento? O mestre alfaiate tratava mal o preto Vicente? Será que por ser africano e escravo, ele era mal tratado

⁸² ADCA, 1998, v. I, p. 394.

⁸³ ADCA, 1998, v. I, p. 394.

⁸⁴ ADCA, 1998, v. I, p. 397.

por João de Deus? O termo “negro” aqui foi colocado no sentido da cor ou no sentido da condição escrava?

Não temos nenhum outro depoimento que trate deste assunto, pois até os que depreciaram João de Deus, não falaram que ele desprezava os negros/escravizados de sua época. Se o mestre alfaiate falava isso publicamente, por que ninguém relatou algo parecido? Será que Vicente ficou com raiva por ter sido preso e falou isso, insinuando que o mestre alfaiate não era próximo e não gostava dele? São questões que fogem à nossa análise, pois, pelo que sabemos, alguns depoimentos mostram, em tom condenatório e depreciativo, que João de Deus do Nascimento, como vimos, estava ligado à agenda da liberdade dos cativos. Então mais parece que quando falava em “negros” tivesse o sentido de escravizado.

Por outro lado as questões ficam mais intrigantes, quando Vicente relatou que ficou por fora dos planos, não ouvindo e nem participando das conversas preparatórias para a reunião no Dique, deixando pistas no seu depoimento, de que não foi convidado a participar do possível levante, dizendo que:

E subindo o dito Joaquim Joze ao alto do campo do dique, porque descobrio hum vulto, disse a elle declarante, que assobiasse, o que fez, dando huns assobios, e então apparecerão o dito João de Deus, o dito ferrador Joaquim Joze da Veiga, o Soldado Ignacio da Silva Pimentel, e Joze do Sacramento, e se incorporarão com o dito Capitão de Henrique Dias, e estiveram fallando porem elle declarante esteve mais apartado, e assentado, e não pode ouvir o que dizião: e passado pouco espaço de tempo sahirão do lugar em que estavam, que era ao pê da estrada, que segue para fonte das pedras, e vierão para o lugar detras do muro das Freiras do Desterro, onde há hum botequim e ahi se assentarão, e tambem elle declarante, porem a distancia ao pe da cerca da viúva do Alcaide João Baptista Ferrara; e porque ouviu dar oito horas se retirou elle declarante para caza do seo senhor⁸⁵.

O fato de Vicente ter ficado apartado das conversas nas imediações do Dique do Desterro e não ter sido convencido a participar da reunião e dos planos desta, tem a ver com a sua condição de africano? Pode ser que Vicente não passasse confiança ao seu mestre alfaiate. Ou pode ser que por ele insistir que deveria voltar às oito horas para casa do seu senhor, como assim o fez, foi previamente excluído da reunião. Não descartamos o fato de o mestre alfaiate ter realmente tido problemas de relacionamento com Vicente por ele ser africano.

Ao que parece Vicente não gozava da afetividade e confiança entre os participantes do evento relatado. Pelo menos, entre os aprendizes e oficiais que trabalhavam com João de Deus, não percebemos laços de amizade com ele, e como já vimos, o escravizado africano sentava-se na porta da rua, afastado do interior da alfaiataria, o que pode demonstrar sua

⁸⁵ ADCA, 1998, v. I, p. 396.

exclusão já a partir daí, pois ele não compartilhava das conversas ou dos laços de amizade que possivelmente poderiam ser construídos naquele local de trabalho. Na sua defesa, o advogado José Barbosa de Oliveira, disse que Vicente desconhecia os planos do movimento rebelde de 1798 “por ser hum preto Rustico, escravo e ignorante, que por isso não era chamado para couza alguma [...]”⁸⁶. Mostrando assim, que provavelmente existia algum elo na exclusão de Vicente pela sua condição de escravizado africano, descrito pelo advogado num tom depreciativo. Pelo menos na relação entre Vicente e João de Deus não podemos cravar que ele o maltratava, mas tudo indica que o mestre alfaiate o excluía⁸⁷.

Manoel Faustino dos Santos Lira também era aprendiz de alfaiate e trabalhava com João de Deus do Nascimento, mas não percebemos na leitura dos depoimentos nos Autos, sinais de uma grande amizade entre eles. Nascido na Vila de Santo Amaro, com idade de 17 anos incompletos em 1798, o jovem aprendiz era muito ligado a Lucas Dantas do Amorim Torres e foi citado por ambos, como o responsável por convidar o mestre alfaiate dizendo, “aqui está um bom para nossa empresa”⁸⁸, fato que Faustino negou. Ainda sobre o convite feito por Manoel Faustino a João de Deus do Nascimento, o mestre alfaiate afirmou no seu depoimento que Lira havia dito sobre a tal empresa, ao que parece em tom de brincadeira, “que era huma devoção a Santa Anna”⁸⁹, fato que João de Deus disse ter aceitado o convite. Dias depois o mestre alfaiate se reuniu na casa de Lucas Dantas, onde lá estava Manoel Faustino dos Santos Lira, que entre risos havia falado: “elle he capaz [...]; Nos, o temos contemplado em hum certo numero, para huma revolução”⁹⁰, revelando a João de Deus a verdadeira intenção do convite, explicado mais a fundo por Lucas Dantas do Amorim Torres.

Manoel do Nascimento⁹¹, soldado do Quarto Regimento de Milícias, oficial de alfaiate, natural da Vila de Cachoeira, com idade de 27 anos, dizia conhecer João de Deus muito bem, por ter trabalhado muitas vezes na loja do mestre, inclusive no dia da prisão deste, na qual ele também foi preso.

João de Deus do Nascimento e Manuel do Nascimento tinha o mesmo sobrenome, nasceram na Vila de Cachoeira, tinha a mesma idade, os pais tinham nomes e sobrenomes parecidos, não descartando a possibilidade de serem primos. O pai de João de Deus era o branco José de Araújo e o pai de Manoel do Nascimento era o pardo Narciso de Araújo,

⁸⁶ ADCA, 1998, v. II, p. 1014.

⁸⁷ Ver: TAVARES, 2003, p. 116-118.

⁸⁸ ADCA, 1998, v. I, p. 452 e 605.

⁸⁹ ADCA, 1998, v. I, p. 452.

⁹⁰ ADCA, 1998, v. I, p. 452.

⁹¹ ADCA, 1998, v. I, p. 489.

ambos falecidos na época dos respectivos depoimentos. A mãe de João de Deus era a parda forra Francisca Maria e a mãe de Manoel era a crioula forra Felícia Francisca. Será que a questão da cor, afasta a possibilidade de um parentesco entre esses cachoeiranos alfaiates e milicianos? Mas há famílias de pardos em que um pode ser qualificado de branco e outro de pardo, reforçando a possibilidade de parentesco entre eles.

Apesar desse enigma do parentesco, Manoel do Nascimento disse que João de Deus “[...] pouco lugar dava a ele, para formar juízo algum a seu respeito”⁹². Mostrando, pelo menos, no seu depoimento, que eles não eram tão próximos, o que pode ser apenas estratégia para escapar da punição.

José do Sacramento, natural da Freguesia da Vitória em Salvador, alfaiate de 23 para 24 anos, deu seu depoimento no dia 1º de outubro de 1798, quando se encontrava preso. Ele trabalhou por mais de um ano e meio com João de Deus do Nascimento, desde o final de 1796 até maio de 1798, quando alegou que deixou a tenda do mestre alfaiate para trabalhar em sua casa por conta própria, mas ao que parece a relação com João de Deus continuou.

Em alguns depoimentos dos aprendizes de alfaiates já citados, como Antônio Ignácio Ramos e Manoel Pereira Severio, percebemos que José do Sacramento era amigo particular de João de Deus. Apesar de amigos, José do Sacramento se irritou com o mestre alfaiate pelo fato dele ter lhe convidado a uma “função [...] para dar e levar muita pancada”, na qual Sacramento diz ter recusado e dito “que isto erão couzas de bêbados e loucos”. O mestre com sua famosa personalidade forte disse a José do Sacramento “que sempre o tinha conhecido de gênio affeminado; e havia de ser o primeiro, que lhe desse o pago”⁹³, irritando o amigo que sem esperar mais nada se retirou para casa. É importante dizer que esse relato só foi visto no depoimento de José do Sacramento e, por isso, não sabemos se realmente João de Deus disse que o amigo tinha um gênio afeminado.

Outro cachoeirano, oficial de alfaiate, que trabalhou com João de Deus do Nascimento, foi Manoel Pereira Severio, de 21 anos. Ele falou muito mal do mestre dizendo que trabalhou por cerca de cinco a seis meses e por isso o conhece “[...] de péssima conduta, espirito intigrante, e mao, e com muita elevação, o que bem conhecião as pessoas que tratavão com ele e o experimentava os officiais, que hião trabalhar na sua loja, que por isso, logo dela sahião, e se se conservava algum era a fim de poder cobrar o que o mesmo João de Deos lhe ficava devendo de resto [...]”⁹⁴.

⁹² ADCA, 1998, v. I, p. 491.

⁹³ ADCA, 1998, v. II, p.718.

⁹⁴ ADCA, 1998, v. I, p. 339.

O soldado e alfaiate Ignácio da Silva Pimentel, natural da Vila de Jacobina, com idade de 24 anos, também nos revelou uma passagem interessante sobre João de Deus do Nascimento. Ele disse ter trabalhado na tenda por várias vezes, porém não se mostrou nem um pouco amigo do mestre alfaiate, falando no seu depoimento dado em 29 de agosto de 1798, ter escrito num papel, a mando de João de Deus do Nascimento, umas somas, reduções e soldos dos militares, que foi apreendido e se suspeitava de ter ligação, por exemplo, com os soldos que os militares receberiam após a vitória revolucionária⁹⁵.

Pimentel disse que João de Deus do Nascimento tinha “pouco juízo”⁹⁶ e o impressionante é que ele foi apontado como um homem de confiança dele, pois o mestre lhe pedia várias vezes para ele escrever algumas coisas, como nos mostrou o depoimento do branco aprendiz de alfaiate, Antônio Ignácio Ramos, que disse ter presenciado Ignácio Pimentel escrever a João de Deus, o que este lhe ordenava, “como cartas, roes de obras que fazia, e ainda versos, como quadras [...]”⁹⁷. Por que Ignácio Pimentel era o escrivão de João de Deus? Não sabemos, pois o mestre alfaiate não era analfabeto e segue mais esse mistério.

Enfim, todos falavam mal de João de Deus como uma forma de se desvincularem de novas ideias e projetos de rebeldia.

Além de alfaiate, João de Deus do Nascimento exercia também o posto de cabo de esquadra do 2º Regimento de Milícias dos Homens Pardos, caracterizando-se como um elemento que reunia a base mais atuante no movimento de 1798: pardo, alfaiate e “militar”. Porém não encontramos muitas referências sobre o desempenho da atividade de miliciano exercida por João de Deus, talvez alguém que serviu ou servia com ele na época, as suas reivindicações quanto às condições precárias dos militares, mas nada relativo à rotina da vida de um cabo de esquadra de milícia.

Quando os bens de João de Deus foram aprisionados, encontraram entre esses “huma farda de Regimento Auxiliar de pano azul, forrada de setim amarelo, com uso e huma espada velha e partida”⁹⁸, provavelmente, era o seu fardamento e o seu armamento.

Luís dos Santos Vilhena, cronista da época, falou sobre a guarnição militar na Bahia do século XVIII, em sua carta para o amigo Amador Veríssimo de Alteya, relatando sobre as milícias, tecendo elogios aos milicianos e mostrando a rotina deles, que ficavam de folga nos

⁹⁵ ADCA, 1998, v. I, p. 367-368.

⁹⁶ ADCA, 1998, v. I, p. 369.

⁹⁷ ADCA, 1998, v. I, p. 329.

⁹⁸ ADCA, 1998, v. II, p. 1229.

dias da semana, exercendo seu ofício, como João de Deus assim fazia na sua alfaiataria, e nos domingos se ocupando dos assuntos militares.

Já eu te disse a qualidade da gente de que se compõe cada um dos corpos de milícias; todos os oficiais e soldados de cada um, se fardam à sua custa e se asseiam tão bem, ou melhor, que os de linha; toda semana se emprega cada um no ofício de sua profissão, e sendo para todos de descanso os domingos, para eles são os dias de maior trabalho, por que todos são obrigados a ir no campo fazer exercício, donde recolhem ao anoitecer, tendo saída pelas três para quatro horas da tarde e todos se acham suficientemente exercitados no manejo, e marchas que indiscretamente os estafam os oficiais de tropa de linha, encarregados do exército [...]. O certo porém é que nestes corpos de milicianos é que deve esperar-se a defesa da cidade⁹⁹.

Apesar de Vilhena tecer algum elogio aos milicianos, acabou demonstrando a difícil tarefa de ser um membro dessa corporação, ao escrever que “[...] sendo os destas obrigados a fardar-se à sua custa logo que assentão praça”¹⁰⁰. Quem gostaria de trabalhar tendo que pagar seu fardamento e não receber o soldo? É evidente que os milicianos não estavam satisfeitos com a sua condição, apesar de não trabalharem regularmente, somaram essa insatisfação com os soldados das tropas regulares que recebiam soldos ínfimos para sobrevivência, questão que aparece explícita nos boletins manuscritos e em alguns depoimentos nos Autos.

O aumento do soldo parece ter sido uma das fortes bandeiras defendidas por João de Deus do Nascimento, que tinha sua fonte de renda na alfaiataria, mas devia perceber e ouvir as angústias dos soldados milicianos e regulares, muitos dos quais convivia. Segundo o depoimento de Manoel Feliz de Jesus, vizinho defronte a João de Deus, que não falava com ele e até fugia, disse que “não podia deixar de lhe ouvir dizer publicamente, e em vozes altas, que era insollencia perceber hum Soldado cincoenta reis por dia de soldo, e hum Conego da Sé seiscentos e quarenta reis [...]”¹⁰¹. Essa reivindicação do soldo aparece em sete boletins manuscritos, dos onze encontrados e preservados, que foram colados em 12 de agosto de 1798, indicando o valor de 200 reis ou dois tostões por dia para cada soldado¹⁰². A comparação com o cônego da Sé mostra também a insatisfação para os privilégios que gozavam os membros do clero.

Na casa de João de Deus foi apreendido um papel, encontrado num baú, numa busca feita pelo tenente coronel Alexandre Theotônio de Souza, na ocasião da prisão do mestre

⁹⁹ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador. Ed. Itapuã – Coleção Baiana. v. 02, 1969, p. 260-261.

¹⁰⁰ VILHENA, Luís dos Santos. *Cartas de Vilhena. Notícias soteropolitanas e brasílicas*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1922, p.46.

¹⁰¹ ADCA, 1998, v. I, p. 349.

¹⁰² MATTOSO, 1969, p. 148-159. Ver os boletins manuscritos, nº 2, 4, 5, 7, 8, 9 e 10.

alfaiate. Esse papel, que foi escrito por Ignácio da Silva Pimentel a mando do mestre alfaiate, falava justamente de um regulamento dos soldos dos militares.

O desembargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto procurou na devassa, desvendar os cálculos dos salários que apareciam no dito papel, assim como a finalidade desses cálculos, numa busca ferrenha de ligar os escritos ao projeto de levante, que em caso de vitória, poderia ter naquelas somas, os futuros soldos dos participantes do “Partido da Liberdade” no novo “Governo Democrático”. Vejamos abaixo os itens escritos:

Importa o soldo de um soldado.....	38\$400
6.000 Soldados a.....	58\$400.....350:400\$000
300 Cabos de Esquadra.....	876\$000.....262:800\$000
60 Furriéis.....	120\$000.....7:200\$000
60 Sargentos	180\$000.....10:800\$000
60 Capitães	828\$600.....49:716\$000
6 Majores	1:015\$700.....6:094\$200
6 Tenentes Coroneis.....	960\$000.....5:760\$000
6 Coroneis.....	1:460\$000.....8:760\$000
40 Deputados.....	2:336\$000.....093:440\$000
1000 Soldados.....	175\$200.....175:200\$000 ¹⁰³ .

O responsável por escrever as informações contidas no papel, o soldado e alfaiate Ignácio da Silva Pimentel, depõe confirmando tê-lo escrito dentro da tenda, a mando de João de Deus do Nascimento “havera três meses” ¹⁰⁴. O que calculamos entre o final de maio e início de junho de 1798, fato que vários aprendizes dizem ter visto ¹⁰⁵. Porém Ignácio da Silva Pimentel disse que sempre ignorou o fim a que se destinara aquele cálculo, mas sempre suspeitou que os fins não fossem bons, insinuando que João de Deus tinha pouco juízo e os cálculos estariam ligados a uma comparação que o mestre alfaiate tinha feito com as tropas pagas da Inglaterra.

Numa pergunta feita pelo desembargador Costa Pinto para apurar melhor essa teima, João de Deus respondeu que:

[...] a teima consistia da parte do tal Inglez, que a sua Nação despendia quatro milhoens no pagamento das Tropas, e da parte dele declarante em duvidar, por lhe parecer excessiva semelhante somma, e por isso as parcelas, que se achão no dito regulamento são as correspondentes as quantidades dos soldos, e ao numero de Militares, que o dito Official lhe indicou, fazendo-se ver por ele quanto falta para referida somma, o que bastou para o seo convencimento ¹⁰⁶.

¹⁰³ ADCA, 1998, v. I, p. 280.

¹⁰⁴ ADCA, 1998, v. I, p. 368-369.

¹⁰⁵ Os aprendizes de alfaiates, Antônio Ignácio Ramos e o preto Vicente, confirmam o fato, mas dizem que não sabem o que estava escrito no papel, já Manoel Pereira Severio, afirmou ter visto João de Deus ditar para Ignácio Pimentel, os números de soldados e oficiais e seus respectivos soldos, para este fazer as somas e reduções, porém não lembrando nomes de pessoas listadas nesse papel.

¹⁰⁶ ADCA, 1998, v. I, p. 465.

Verdade ou não, João de Deus do Nascimento, deu uma brilhante saída para justificar o regulamento dos soldos dos militares, contida no papel de sua autoria, insistindo no tira-teima com o oficial inglês. Porém o desembargador Costa Pinto, tentou colocá-lo num beco sem saída, indagando por qual razão foi incluído os quarenta deputados, já que nada tem a ver com os soldos militares. O cabo de esquadra miliciano respondeu “que se incorporou esse artigo, para ver se com elle se prefazia a conta dos quatro milhões”¹⁰⁷. Possivelmente, João de Deus, deve ter feito cálculos e mais cálculos projetando com esses soldos descritos, os ideais revolucionários. O certo é que a nova ordem que se almejava instalar na Bahia tinha como base responder as necessidades das milícias atraindo-as para o lado rebelde.

Além da importância na reivindicação de melhores soldos, a questão da cor é extremamente importante para entendermos como a área militar revelou hierarquizações a partir desse item na Bahia nos fins do século XVIII. As tropas regulares tinham seus oficiais brancos, vetando as possibilidades de pardos e pretos ascenderem à carreira militar nesses Regimentos de Linha. Já as tropas auxiliares ou Regimentos de Milícias, tinha a divisão bem estabelecida marcada na cor da pele, como por exemplo, o 2º e o 4º Regimento de Milícias dos Homens Pardos, assim como 3º Regimento de Milícias dos Homens Pretos, o chamado Regimento dos Henriques¹⁰⁸.

A hierarquização baseada na cor carregava de tensões as relações pessoais e profissionais da Bahia no século XVIII. O tenente do Regimento pago da Artilharia, José Gomes de Oliveira Borges, que por várias vezes foi visto junto com João de Deus do Nascimento, disse na sua acareação com ele, “que nunca o acompanhou, que é hum pardo”¹⁰⁹. Significa que, por ele ser branco, não deveria andar com pardos.

Vilhena chamou a atenção para as tensões que afloraram quando brancos passaram a ser indicados ou nomeados para comandarem as milícias de pardos ou pretos, dando como exemplo o que aconteceu no 4º Regimento Auxiliar de Artilharia dos Homens Pardos, quando “um tenente branco da tropa de linha foi promovido a sargento-mor, assumindo o comando desse regimento, gerando descontentamento dos pardos que queriam ser comandados por seus

¹⁰⁷ ADCA, 1998, v. I, p. 465.

¹⁰⁸ Ver: MOTA, Célio Souza. *A Face Parda da “Conspiração dos Alfaiates”: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII*. Dissertação de Mestrado, Feira de Santana-Ba, UEFS, 2010.

¹⁰⁹ ADCA, 1998, v. I, p. 528.

pares”¹¹⁰. Ainda sobre esse episódio de nomeação de brancos para o comando de milicianos pardos, Vilhena alertou sobre a possibilidade de:

[...] vir alguma consequência não esperada, logo que eles se considerem em sumo desprezo, por se lhe dar um comandante que não seja da sua qualidade, e que este seja um sargento mor, quando os Henriques, com quem eles não querem comparar-se, ficam com seu coronel preto¹¹¹.

Podemos perceber que os brancos não aceitavam os pardos no comando, mas em determinado momento aceitaram comandá-los, o que desagradava os pardos. Já os pardos não queriam se comparar aos pretos, julgando-se superiores a estes. Essa questão problemática de nomeação de brancos para o comando dos pardos, retratada por Vilhena, se encaixa com a passagem nos Autos, onde João de Deus do Nascimento conversou com o capitão negro dos Henriques, Joaquim José de Santana, que acabou denunciando o cabo de esquadra às autoridades. Na denúncia pública de 27 de agosto de 1798, o capitão do Regimento Auxiliar dos Homens Pretos, disse que dois dias antes, João de Deus chegou à sua loja de cabeleireiro, por volta de uma hora da tarde, puxando conversa sobre o andamento do seu Regimento, no qual respondeu que,

[...] ia bem, apesar de muito trabalho, que lhe causava a aplicação as manobras do mesmo Regimento, vendo-se obrigado pelos desejos, que tinha, de ser completo oficial, e de servir com satisfação, a frequentar por repetidas vezes os quartéis dos Regimentos de Linha, para aperfeiçoar-se em tudo quanto pertence as funções militares, e que mesmo tempo sentia sua desolação, por ouvir dizer que se nomeava hum Sargento Mor branco, para o seo Regimento, e que sendo isto verdade, dizistiria sem duvida das suas maiores aplicações, Ao que lhe replicara o dito João de Deus, com o seguinte = Que continuasse na mesma aplicação; porque poderia ser Coronel do Segundo Regimento de Tropa de Linha [...] ¹¹².

O capitão dos Henriques revelou nessa conversa, sua insatisfação com uma possível mudança de comando, com a nomeação de um branco para o Regimento Auxiliar dos Pretos, onde falou que, caso isso acontecesse, desistiria de uma maior aplicação às funções militares. Foi nessa brecha de insatisfação, que o cabo de esquadra miliciano, vai propor uma aliança com o capitão negro para reforçar, com homens e armas, o possível desdobramento do movimento de 1798, que possibilitaria este, galgar a patente de coronel do Segundo Regimento de Tropa de Linha, em caso de vitória.

Não podemos afirmar que pretos e pardos tiveram grandes tensões quanto à questão da cor, não se uniam, mas o problema não estava com eles, quem queria ocupar o comando das

¹¹⁰ VILHENA, 1922, p. 253.

¹¹¹ VILHENA, 1922, p. 253-254.

¹¹² ADCA, 1998, v. I, p.288-289.

milícias destes, eram os brancos, esses é que causavam a insatisfação. Se a fala do capitão Joaquim José de Santana foi verdadeira, João de Deus do Nascimento queria por fim a essa tensão, tendo como exemplo, o projeto de alianças que ele vai propor entre pardos e pretos para o alcance dos objetivos do movimento rebelde, romper essa divisão e uni-los no novo projeto de poder.

O “pardo infame”

Por várias razões, João de Deus do Nascimento acumulou inimigos em sua época e esses desafetos do mestre alfaiate não perderam tempo em denunciá-lo e depreciá-lo as autoridades do governo. E muito dessa inimizade foi construída por quem queria descolar-se da sua figura para salvar a pele ou para não ser incluído no rol dos envolvidos na revolta. Para exemplificar vamos descrever o que dizem seus contemporâneos nos depoimentos colhidos nas duas devassas sobre o movimento de 1798, com o intuito de perceber as inúmeras falas daqueles que aproveitaram a ocasião para descontar a raiva, o ressentimento e o desprezo pelas atitudes do mestre alfaiate.

Como sabemos o movimento rebelde de 1798, passou dos planos das ideias para a ação, quando foram publicados os boletins manuscritos pelas ruas de Salvador, inicialmente em 12 de agosto do citado ano. Quatro dias depois foi preso o pardo Domingos da Silva Lisboa, acusado da autoria dos papéis colados no centro da cidade. Mas, surgiram outros boletins, que levaram à prisão do soldado pardo Luís Gonzaga das Virgens. Por incrível que pareça, João de Deus do Nascimento, que não chegou a ser investigado pela autoria desses papéis, teve seu nome citado na devassa realizada pelo desembargador ouvidor geral do crime, Manoel de Magalhães Pinto Avellar de Barbedo, responsável pela investigação.

O branco, Caetano Alberto, armeiro do Segundo Regimento, depõe em 10 de setembro de 1798, sobre a autoria dos papéis, dizendo que “não vio, nem sabe quem foi seu autor, e unicamente ouviu dizer fora hum alfaiate chamado João de Deos, depois que este se prendeo”¹¹³. O pardo Francisco Xavier de Almeida, que vivia de “agenciar cauzas”, disse que “ouvio dizer que hum soldado chamado Luís Gonzaga e hum alfaiate chamado João de Deos tinham sido os Autores dos sobreditos papeis [...]”¹¹⁴.

Mesmo que as testemunhas não tenham certeza de quem foi à autoria dos boletins manuscritos, o simples fato de citar João de Deus do Nascimento, já o envolveu na investigação, porém não foi essa devassa que condenou o mestre alfaiate. A sua condenação vai ser construída na devassa do desembargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto, onde colhemos vários depoimentos que depreciam o mestre alfaiate, construindo uma imagem negativa deste, fundamental para sua sentença final. Vejamos alguns exemplos.

¹¹³ ADCA, 1998, v. I, p. 49.

¹¹⁴ ADCA, 1998, v. I, p. 56.

Dom Carlos Balthazar da Silveira, branco, coronel do Regimento pago de Artilharia, no seu depoimento do dia 28 de agosto de 1798, declarou que,

[...] o dito João de Deos se tinha com efeito o proposto a levantar huma rebelião nesta Cidade saqueando-a e roubando-a, de cujo projecto era muito capas o dito João de Deos, pois elle testemunha o conhece há muito tempo, e o achou sempre de hum carather insolente, atrevido e despejado, pronto para toda a acção má, tendo praticado bastantes desordens, como foi a de um ferimento que fez no rosto de um pardo, de dia, publicamente, na Rua de Nossa Senhora da Ajuda e com huma faca, e outra com o Alferes do Segundo Regimento Joze Gabriel Daltro, além de outras muitas são notórias [...] ¹¹⁵.

Vejam que “insolente” e “atrevido” era como as pessoas brancas geralmente qualificavam os homens pardos.

O procurador de causas, Francisco Xavier de Almeida, branco, casado, com 57 anos de idade, em seu segundo depoimento, detalhou o episódio do ferimento que João de Deus do Nascimento havia feito no pardo Valério da Silva Ribeiro, onde disse que ele andava constantemente armado com uma faca, ligando o mestre alfaiate à autoria do movimento de 1798, falando do caso com a parda amásia e o depreciando, dizendo que era de “mau gênio”. Foi esse mesmo Francisco Xavier que insinuou que João de Deus seria o autor dos boletins manuscritos.

[...] o conhecimento que tem do dito João de Deos provem de lhe ter tirado uma carga de seguro, pela culpa de hum ferimento feito de dia publicamente na travessa que vai de Nossa Senhora da Ajuda para detrás da cadea, no rosto a Valerio da Silva com faca, da qual sempre fes frequente uso, com publicidade de noite, e de dia, e tanto assim que he notório, que o Alferes Joze Gabriel Daltro o fes prender em certa noite com a mesma faca, a porta de uma parda amasia do mesmo João de Deos, o qual é de mau gênio, e bem capas de intentar o levantamento, que se pretendia fazer nesta mesma Cidade [...] ¹¹⁶.

A questão da faca apareceu também na denúncia pública feita pelo capitão dos Henriques, Joaquim José de Santana, afirmando que João de Deus do Nascimento havia lhe dito sobre os planos do movimento de 1798, onde “[...] não erão precisos Ministros para a Governança dos povos, e por isso devião ser logo mortos a faca [...]” ¹¹⁷.

Essa imagem negativa, ligando João de Deus a um projeto violento de tomada do poder, ganhou mais força perante o desembargador Costa Pinto, quando este ouviu o

¹¹⁵ ADCA, 1998, v. I, p. 297.

¹¹⁶ ADCA, 1998, v. I, p. 318.

¹¹⁷ ADCA, 1998, v. I, p. 289.

depoimento da amante do mestre alfaiate, a parda Ana Romana Lopes do Nascimento¹¹⁸, que, como vimos, o acusou de tê-la espancado.

Francisco Gomes de Souza, branco, escrivão e deputado da Junta da Administração de Salvador, casado e com 43 anos, disse que Joaquim José de Santana, fora procurá-lo em sua casa para lhe comunicar que,

[...] um pardo desta Cidade “que depois soube ser João de Deus [...], o andava aliciando, para efeito de entrar, com a sua pessoa, e companhia em uma rebelião, que projetava levantar nesta Cidade, com saque, roubo de todo seu precioso, e assassinato de todas as pessoas públicas, desde o Excelentíssimo Governador, Magistrado, e as mais ficando reduzido o continente a um Governo Democrático, extinta a diferença de cor [...]”¹¹⁹.

Por essa fala vê-se que a extinção das diferenças de cor era um dos objetivos dos rebeldes.

As denúncias feitas pelo ferrador Joaquim Jose da Veiga¹²⁰ e pelo capitão Joaquim José de Santana, ambos convidados por João de Deus do Nascimento para a reunião no campo do Dique, onde seriam discutidos os rumos do levante, construíram uma imagem negativa do mestre alfaiate, diretamente ligada à questão da violência, falando em armamentos, saques e assassinatos de pessoas públicas, arquitetados, segundo eles, pelo mestre alfaiate.

Essa ligação do levante com atos de violência, onde citaram o nome de João de Deus do Nascimento, apareceu em vários depoimentos contidos nos Autos, como vimos nos depoimentos de d. Carlos Balthazar da Silveira, Joaquim José de Santana e Francisco Gomes de Souza. Além disso, as falas mostram o protagonismo de João de Deus no levante e no aliciamento de pessoas no movimento de rebeldia e tomada do poder.

O tenente coronel Alexandre Theotônio de Souza, que o prendeu, disse que “[...] o dito João de Deus se propunha levantar huma rebelião nesta Cidade, para efeito de reduzir o Continente do Brazil a hum Governo Democratico [...]”¹²¹ e segue falando da rebelião, de saque e roubos que nela estava planejado, “de cuja empresa era bem capaz o dito João de Deus, segundo o conhecimento que do mesmo tem elle testemunha, por hum caráter animozo insolente, e atrevido de que he dotado, sem respeitar a Religião nem as Leis, atrevendo-se a insultar com desaforo de pessoas de consideração [...]”¹²².

¹¹⁸ ADCA, 1998, v. I, p.324-325.

¹¹⁹ ADCA, 1998, v. I, p.298

¹²⁰ ADCA, 1998, v. I, p.287. Nessa denúncia feita no dia 27 de agosto de 1798, Joaquim José da Veiga disse que João de Deus lhe falou a respeito de armamentos que seriam usados no levante.

¹²¹ ADCA, 1998, v. I, p. 299.

¹²² ADCA, 1998, v. I, p. 301.

Francisco Vicente Viana, branco, casado, que foi ouvidor e tinha 44 anos, também acusou João de Deus, relatando que ouvira Joaquim José de Santana dizer que havia sido procurado pelo mestre alfaiate para entrar numa revolução, contando-lhe logo a maneira por que se havia de proceder, que era atacando o governador, assassinando todas as pessoas públicas, e fazendo um inteiro saque na Cidade e finalizou seu depoimento dizendo que ouvia dizer constantemente que “João de Deos he de hum carácter insolente e desavergonhado, bem capaz de entrar nesta diabólica empresa [...]”¹²³.

Manoel Francisco de Oliveira, branco, casado, vivia de fazendas secas, de idade de 44 anos disse “que sabe por ser público, e notoriamente sabido, que nesta Cidade projetam uns poucos mulatos fazerem um levantamento, a fim de reduzirem essa Capitania a um Governo Democrático, e que os cabeças desta ação eram João de Deos, Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens [...]”¹²⁴.

O branco, capitão do Regimento Auxiliar, Pedro Alveloz Espinola, também falou da questão dos saques e assassinatos, dizendo ser bem notório “que erão os cabeças e chefes João de Deos, Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas”¹²⁵.

Além desses, os brancos, Ciriaco Antônio Pinto¹²⁶ e Gaspar dos Santos Bonate¹²⁷ também citaram João de Deus do Nascimento entre os líderes do movimento de 1798, dizendo que sabiam disso por ser público e notório. Não podemos afirmar quem eram os líderes do movimento, mas afirmamos que o mestre alfaiate foi apontado pelos depoentes como capaz de afrontar e aliciar simpatizantes para o lado rebelde.

O escrivão Francisco Gomes de Souza, por exemplo, seguiu depreciando João de Deus do Nascimento, dizendo que “sabe que é um pardo muito petulante, altivo e insolente, capaz de empreender qualquer projeto mau, e ruinoso, tanto ao particular como ao público, costumado a desordens, e a praticar insultos, ainda com pessoas de maior graduação”¹²⁸. Gente de “consideração” ou de “maior graduação” era a forma como a elite branca se nomeava e expressava sua posição na escala social onde eles buscavam o topo.

O oficial de alfaiate Antônio Ignácio Ramos, que era branco e já havia trabalhado com o mestre alfaiate, disse “conhecer o João de Deos de péssima conduta, atrevido,

¹²³ ADCA, 1998, v. I, p.305.

¹²⁴ ADCA, 1998, v. I, p.316.

¹²⁵ ADCA, 1998, v. I, p.321.

¹²⁶ ADCA, 1998, v. I, p.336.

¹²⁷ ADCA, 1998, v. I, p.345.

¹²⁸ ADCA, 1998, v. I, p.298.

menosprezando os homens brancos [...]” e seguiu afirmando que ouvira ele dizer que “havia de ser nesta terra um homem muito grande”¹²⁹.

O pardo Antônio Joaquim de Oliveira, procurador de causas nos auditórios, falou que João de Deus do Nascimento era bem capaz de entrar na conjuração pelo seu caráter e comportamento, mas o ponto alto do seu depoimento foi um relato que ocorrera em 2 de julho de 1798, mostrando a afronta dele, por causa da cadeira de arruar, revelando a atitude do mestre alfaiate perante a desigualdade racial de sua época.

[...] vindo elle testemunha em uma cadeira de arruar; por cauza da chuva, parando os pretos na porta da loja do dito João de Deus, onde arrearão a cadeira a tempo que o mesmo João de Deos se recolhia de fora para a loja, disse a elle testemunha= Vossa Merce não tem medo ao tempo, e porque he rico, não tem quer moilhar os pes, =, do que respondeu elle testemunha= São Merces do Ceo= e ele tornou= Está feito, tempo virá, em que possa ser, que eu ande de cadeira, e vossa mercê de pe= ao que nada respondeo elle testemunha [...]¹³⁰.

O branco Manoel Cardoso Marques, disse que João de Deus do Nascimento “mostrava ser um homem de pouca consideração”¹³¹. A construção da imagem negativa do mestre alfaiate era tão explícita que a mentira aparecia em alguns depoimentos, como foi o caso do branco Francisco José de Almeida, dizendo “que era público se achara na caza dele humas Bandeiras, com letreiros applicados a liberdade, e vinte e cinco archotes, com que pretendião atear fogo nesta Cidade [...]”¹³². Na revista que se fez na casa de João de Deus não foi encontrado nenhum desses itens citados por Francisco José.

Até em relação à religião, criaram uma imagem negativa de João de Deus do Nascimento, como foi o caso do depoimento do seu vizinho, o pardo Manoel Feliz de Jesus, dizendo que ele tinha “hum espirito soberbo e ate falta de Religião apelidando Maria Santissima por menina, que ella era Senhora para os outros, e não para elle [...]”¹³³. O mestre alfaiate ainda havia se envolvido num episódio em que ele preparou um coelho que foi consumido na casa do tenente José Gomes em plena sexta-feira santa, afrontando a tradição católica contrária ao consumo de carne vermelha neste dia de referência a paixão de Cristo. Em seu depoimento João de Deus disse que:

em certa manhã, levando elle declarante um coelho preparado, a caza do dito Tenente para almoçarem, depois que o comerão, se lembrou hum dos que ali estão ser um dia proibido comer carne; dizendo- Se não era pecado o comer carne em

¹²⁹ ADCA, 1998, v. I, p.328.

¹³⁰ ADCA, 1998, v. I, p.333.

¹³¹ ADCA, 1998, v. I, p.336.

¹³² ADCA, 1998, v. I, p.349.

¹³³ ADCA, 1998, v. I, p.349.

Semelhante dia; respondo outro, que não brincassem com isso, porque já em certo tempo houve um rol de pessoas intituladas desabusadas, por comerem carne, em dias, nos quais era proibido, e se pertendeo tirar huma devassa, ou com efeito se tirará [...] ¹³⁴.

Podemos ver o quanto João de Deus do Nascimento incomodou. Sendo os depoimentos dos Autos contra ele, a amostra fiel da depreciação de um sujeito perante as autoridades do governo, falando até de fatos de sua vida particular para compor uma imagem polêmica e negativa do mestre alfaiate, que pesariam na análise e na conclusão das devassas. O certo era que esses depoimentos apontavam João de Deus como um dos líderes de um movimento que pretendia abalar as bases de uma sociedade marcada pela hierarquização das pessoas a partir da cor da pele. Questionar essa hierarquia aos olhos dos brancos aparecia como insolência e desprezo.

Será que os depoimentos acusando João de Deus do Nascimento foram verdadeiros? Não sabemos. Mas o certo é que eles foram fundamentais para condená-lo. Os homens brancos interrogados, na sua maioria, foram taxativos em acusar o envolvimento de João de Deus no movimento rebelde, fazendo este pagar com a vida, por afrontá-los. No termo de conclusão dos Autos da Devassa, o desembargador Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto, referiu-se ao mestre alfaiate, mostrando como os depoimentos construíram a imagem negativa deste, dizendo que:

Este individuo, cuja vida, comportamento, e carater lhe tinhão ganhado entre o publico, o conceito de petulante, altivo, soberbo, o orgulhozo, como constantemente affirmão as testemunhas [...] da devassa, cuja ideas, e sentimentos forão sempre de huma extraordinária, e incomprehensivel elevação, que se não compadece, nem com as suas insignificantes possessoens, nem com a sua baixa, e ínfima condição [...] ¹³⁵.

Os depoimentos contra o mestre alfaiate revelam um sujeito de atuação intensa, com seu nome diretamente ligado ao movimento de 1798, sendo de grande importância para a construção do fato histórico em questão. As falas mostram a forte personalidade, a contestação, a inquietação e a afronta contra as desigualdades, de quem pensava em “ser grande”, por isso incomodou demais, sendo o preso que foi mais interrogado e mais depreciado, sem chances de ter sua pena amenizada.

¹³⁴ ADCA, 1998, v. I, p.475.

¹³⁵ ADCA, 1998, v. II, p. 1127-1128. Essa frase faz parte do termo de conclusão da devassa, num texto, do dia 18 de outubro de 1799, onde o desembargador Costa Pinto, fala sobre João de Deus.

Condenação e morte

A prisão de João de Deus do Nascimento e família, além dos oficiais e aprendizes de alfaiates presentes na tenda, ocorreu na manhã de domingo, 26 de agosto de 1798. Após as prisões, houve uma rápida abertura do processo de devassa comandado pelo desembargador Costa Pinto, que já no dia 27 de agosto de 1798, ouviu a denúncia pública de Joaquim José da Veiga e Joaquim José Santana, ambos acusando João de Deus, pelo aliciamento para o levante, em depoimentos que vão colocá-lo como protagonista da revolta, com graves acusações sobre armamentos, saques, assassinatos e libertação de escravos.

Ao que parece, João de Deus do Nascimento foi pego de surpresa, pois, no início da manhã do domingo, os próprios delatores foram à sua tenda, onde conversaram sobre a noite anterior e os rumos do movimento, chegando o Joaquim José da Veiga, sugerir a ele “que o melhor era ajuntarmos de dia, em alguma roça, para as partes de Brotas, se querem, pedirei a Dona Brites”¹³⁶. O mestre alfaiate pareceu não concordar muito com o ajuntamento de dia, mas não esboçou nenhuma fala sobre fuga e pareceu também não saber que estava prestes a ser preso, muito em função da trama planejada entre os delatores e o tenente coronel Alexandre Theotônio de Souza, que queria se certificar da presença do mestre alfaiate na loja, efetuando a sua prisão, enquanto este trabalhava, por volta das dez horas.

Não sabemos o destino dos cinco filhos de João de Deus do Nascimento. Com quem as crianças ficaram quando os pais foram presos? Eram todos pequenos, o mais velho tinha oito anos de idade. Luiza Francisca de Araújo, sua esposa, só foi ouvida na prisão no dia 31 de agosto e 1º de setembro de 1798, e tempos depois liberada. Porém fica essa incomoda lacuna para sabermos como os filhos de João de Deus sobreviveram na ausência dos pais. Quem os acolheu? O que fez a sua esposa para sustentar cinco crianças? O mestre alfaiate voltou a ver sua família?

Sabemos que no dia 28 de agosto de 1798, os funcionários do governo voltaram à tenda do mestre alfaiate, a mando do desembargador e ouvidor geral do crime, Manoel de Magalhães Pinto Avelar de Barbedo, que ficou responsável pela devassa dos boletins manuscritos, mas se encarregou da tarefa de ordenar um termo de entrega de umas obras de alfaiataria que se encontravam numa caixa dentro da tenda de João de Deus, que pelo visto, foram requeridas por seus clientes e descritas pelo escrivão, Antônio de Azevedo Costa.

¹³⁶ ADCA, 1998, v. I, p. 286.

[...] Estanislau Joze da Costa recebeu coatro colxas de damasco carmizin forradas de tarefa da mesma cor e mais coatro cortes para coatro colxas e duas bollas da mesma Cor: o dito Manoel Bento recebeu cinco covados de cazemira azul clara de salpico, três covados de tarefa branco huma tersa de pano amarelo, dous covados de olandilha oito botoens de pedras, e o dito Quartel Mestre recebeu hua farda de pano azul forrado de cabijo, hua vestia bordada, e hum corte de calção de casimira azul, e de como se derão por entregues fis este termo em que assinaram [...] ¹³⁷.

O escrivão, Antônio de Azevedo Costa, relatou que o tenente coronel, Manoel de Bento Pimentel, e o quartel mestre, Francisco Borges dos Santos, receberam suas obras, mostrando que João de Deus do Nascimento tinha uma boa clientela entre os militares. Porém não informou se esses clientes pagaram pelas obras recebidas. Se, por acaso, as obras foram pagas, para onde foi esse dinheiro? Com o mestre alfaiate preso, será que a entrega dessas obras, mediante pagamento, teve o dinheiro destinado à ajuda para o sustento de seus filhos? Ou ficou para o governo? Seguimos em busca das respostas.

No dia 19 de setembro de 1798, foi feito o Auto de sequestro dos bens achados na casa em que morava João de Deus do Nascimento, desta vez a mando do desembargador Francisco Alvares Sabino da Costa Pinto. O carcereiro da cadeia da Relação, Bento José de Freitas, tinha em mãos a chave da tenda do mestre alfaiate, que havia sido depositada entre os seus pertences desde o dia de sua prisão, e com ela abriu a porta da alfaiataria. Junto ao carcereiro estava o escrivão da devassa, João Luiz de Abreu, o meirinho da Alfândega do Tabaco e Mesa de Inspeção, Antônio José Coelho Maia, o escrivão da Conservadoria da Moeda, Francisco Carvalho e o escrivão do meirinho da Freguesia de Santana, José Pereira Ramos. Estes senhores descreveram 67 itens que compunham esses bens¹³⁸, como o mobiliário, todo material da alfaiataria, uma espada velha partida e até uma estampa de Nossa Senhora da Piedade em papel. O escrivão José Luiz de Abreu assim relatou:

Os quais bens forão sequestrados pelo dito meirinho Antonio Joze Coelho, e depositados em mãos de Alexandre Xavier dos Santos mestre alfaiate e cazado com loja na mesma rua direita para os ter e guardar, e entregar quando lhe for competentemente mandado, o que prometeo fazer, e eu Escrivão o notifiquei para que o contrario não faça sub pena da Lei, e fis este auto que há de assinar o dito Menistro pelo mandato comigo Escrivão, e ditos Officiais e depositário¹³⁹.

Algumas coisas nos chamaram a atenção nesse Auto de sequestro dos bens encontrados na tenda de João de Deus do Nascimento. Por exemplo, o fato do carcereiro, abrir a porta da tenda com a própria chave do mestre alfaiate, sugerindo que nenhum familiar ou

¹³⁷ ADCA, 1998, v. II, p. 1230.

¹³⁸ Essa conta foi baseada nos itens encontrados nos autos do sequestro da tenda e João de Deus (ADCA, 1998, v. II, p. 1230) e nas avaliações desses bens (ADCA, 1998, v. II, p. 1259-1261).

¹³⁹ ADCA, 1998, v. II, p. 1230.

gente próxima, havia estado lá ou morando na tenda, depois da prisão deste e de sua esposa. Luiza Francisca saiu da cadeia no dia 28 de setembro de 1798, por isso ela ainda estava presa na ocasião desse sequestro dos bens. Só não sabemos se ela voltou para casa após a soltura. Pela relação de presos divulgados em 23 de outubro de 1798, Luiza não constava mais como presa¹⁴⁰. Resta saber onde ficou com os filhos. No seu depoimento ela falou que nasceu na Freguesia do Paço, sua mãe era falecida, mas seu pai, o branco Luís José de Araújo, ainda estava vivo¹⁴¹. Não deixa de ser uma hipótese pensar que o pai acolheu a filha desamparada e os netos.

Outra hipótese é pensar na possibilidade do mestre alfaiate, Alexandre Xavier dos Santos, que ficou responsável pelos bens da tenda de João de Deus do Nascimento, também ter cuidado da família de seu colega de profissão, que se achava preso. Mas não temos provas concretas sobre essa possibilidade, apesar disso, fica uma suspeita de que o tal mestre alfaiate, Alexandre Xavier dos Santos, poderia saber do destino dos familiares de João de Deus, pois até 1801 ele ainda estava encarregado da guarda dos bens¹⁴².

Um caso interessante, envolvendo a guarda dos bens da tenda de João de Deus do Nascimento, mostrou como o depositário não abriu mão de cuidar desses bens e não os entregou a qualquer requerente, sem passar pelas formalidades da lei. O homem chamado José Ferreira de Sousa, contou que deu dois pares de meias de seda com riscas vermelhas e azuis para o mestre alfaiate lhe fazer “humas planias”¹⁴³, mas com a prisão de João de Deus, ele relatou não saber onde as obras se encontravam, alegando que estava gravemente enfermo e, pelo visto, precisava muito de suas meias.

José Ferreira de Sousa seguiu dizendo, pelo que ouviu falar, que as suas meias estavam em poder de Alexandre Xavier dos Santos, o qual teve contato, mas sem muito sucesso, pois o depositário havia dito que não tinha dúvida que a meia fosse dele, porém só poderia entregar com a apresentação de um documento oficial da justiça, o que fez o desesperado enfermo recorrer ao desembargador Costa Pinto, em janeiro de 1799, fazendo o seguinte apelo: “Pede a Vossa Senhoria Se digne por caridade e esmola mandar que o dito Alexandre Xavier sendo Verdade entregue os ditos pares de meyas, tomando Recibo do Supplicante para Seo Resalvo. E recebera Merce”¹⁴⁴.

¹⁴⁰ ADCA, 1998, v, II, p. 812-816.

¹⁴¹ ADCA, 1998, v. I, p. 399.

¹⁴² Em 1801, ocorreu o leilão dos bens encontrados na tenda de João de Deus. Ver: ADCA, 1998, v. II, p. 1263.

¹⁴³ ADCA, 1998, v. II, p. 1232.

¹⁴⁴ ADCA, 1998, v. II, p. 1232.

O caso não terminou aí. O escrivão João Luís de Abreu relatou que, no dia 15 de março de 1799, foi perguntar a João de Deus do Nascimento, se as meias de seda eram mesmo de José Ferreira de Sousa e se este lhe havia pagado. Segundo o escrivão essa tira-teima era para deixar o desembargador mais bem informado. Vejamos o que foi dito:

No sequestro que por ordem de Vossa Senhoria se procedeo nos bens que estavam em caza de João de Deus estão dous pares de meias de Seda novas e pintadas, e para poder informar bem a Vossa Senhoria passei a perguntar ao dito João de Deus a quem pertencião as ditas meias e se o dono delas lhe devia alguma couza: e me respondeo pertencerem os dous parez de meias ao Suplicante que lhos dera para delas fazer hum par de pantalonas o que não fes porque passados poucos dias foi prezo, e que o suplicante nada lhe deve. He o que posso informar a Vossa Merce que mandara o que for servido, que há de ser o mais justo ¹⁴⁵.

O mandado de entrega das meias de seda foi feito em 16 de março de 1799 e com isso, José Ferreira de Sousa, pode enfim, ter as suas meias de volta, ainda que estas não estivessem do jeito que ele queria, pois João de Deus não havia feito o serviço por causa da prisão e, portanto, o cliente não lhe devia nada.

É interessante pensarmos nessa comunicação do mestre alfaiate dentro da prisão. Será que falava com os outros presos? Dividia cela com alguém? Recebia alguma visita de familiares ou amigos? Como João de Deus se comportou enquanto estava preso? Sabemos que ele foi o preso mais interrogado em depoimento formal¹⁴⁶, um dos que mais participou de acareações¹⁴⁷ e o que, sem dúvida, deu mais trabalho ao desembargador Costa Pinto, aos escrivães e aos carcereiros¹⁴⁸. Segundo o relato do frei José de Monte Carmelo, João de Deus do Nascimento pediu chorando, na véspera de sua morte, a um dos religiosos que “[...] fosse a Cadea pedir perdão ao Carcereiro de algumas impaciências, e raivas, q’ contra elle tivera no tempo da prisão [...]”¹⁴⁹.

Enquanto João de Deus do Nascimento permanecia preso na cadeia da Relação, movimentando-se constantemente para dar depoimentos, fazer acareações e até exames para

¹⁴⁵ ADCA, 1998, v. II, p. 1232.

¹⁴⁶ Entre setembro-outubro de 1798, João de Deus, deu 8 depoimentos formais e respondeu a 104 perguntas. Lucas Dantas foi o segundo mais interrogado, respondendo a 100 perguntas e depondo oficialmente no mesmo período cinco vezes. Contudo é importante dizer que, nos três primeiros depoimentos, João de Deus se comportou como louco só dialogando de fato a partir da sétima pergunta.

¹⁴⁷ Lucas Dantas e João de Deus foram colocados diversas vezes frente a frente com outros réus e testemunhas, sendo peças-chaves para o desenvolvimento do inquérito.

¹⁴⁸ Nos dias 4, 5 e 7 de setembro João de Deus se comportou como louco e só falava “Muita gente” e “Minha mulher”, sendo examinado dia 8 de setembro pelos médicos que constataram ser fingimento. O soldado Caetano Veloso, diz que João de Deus ficava gritando na cela e na véspera da morte ele voltou a se comportar como louco.

¹⁴⁹ O Frei da Ordem dos Carmelitas Descalços foi testemunha ocular do dia de execução, 8 de novembro de 1799, relatando diversas passagens de João de Deus, pouco antes de o mestre alfaiate ser enforcado. Ver: TAVARES, 1975, p. 135.

comprovar a sua sanidade, a vida dos seus familiares fora da prisão permanecia na interrogação. Não temos nenhuma comprovação de visita de seus familiares, desde o dia de sua prisão, em 26 de agosto de 1798, até o dia de sua morte, em 8 de novembro de 1799. Acreditamos que a justiça da época não permitiu o contato de João de Deus com os seus parentes, amigos e colegas.

O que nos faz seguir esse raciocínio é uma fala de José Barbosa de Oliveira, advogado dos réus, quando este bacharel faz a defesa final do tenente Hermógenes de Aguilar, no dia 7 de novembro de 1799, revelando que o castigo do tenente já havia sido dado por sua privação de onze meses sem receber a visita dos familiares, dizendo:

Porque o Embargante tem sido já castigado com a prisão dilatada de quasi onze meses, sendo a maior parte desse tempo em segredo, privado de toda a comunicação da sua família, de mulher, e filhos, e mais parentes; e como certo segundo expressão dos Doutores, que o cárcere hé a sepultura dos vivos, que aquelle tempo de prisão, que o Embargante tem tido he bastante para o seu castigo em satisfação da culpa; qualquer que no mesmo Acordão Se lhe descobre, minorando-se a esse fim a pena imposta a elle ¹⁵⁰.

Ora, se o branco e oficial, tenente Hermógenes de Aguilar, não recebia visitas dos familiares, é de se supor que tal privilégio não seria concedido ao pardo rebelde João de Deus. Por essa fala do advogado José Barbosa de Oliveira, realmente os presos não recebiam visitas dos parentes.

Barbosa de Oliveira tocou num ponto interessante ao mencionar que os doutores chamavam o cárcere de “sepultura dos vivos”. Mais adiante, o advogado, ainda na defesa do tenente Hermógenes Aguilar, disse que os doutores se referiram à prisão como “má habitação, sepultura dos vivos, espécie de escravidão, e Casa infernal” ¹⁵¹. Se os doutores que não passaram pelo cárcere diziam isso, o que falar dos que estavam encarcerados, como João de Deus do Nascimento.

Para descrevermos um pouco essa vida no cárcere, entre os presos investigados pelo movimento de 1798, recorremos a uma devassa aberta por causa da morte do escravo do tenente coronel, Caetano Maurício de Machado, chamado Antônio José. Ele havia sido preso no dia 28 de agosto de 1798, acusado de envolvimento no movimento rebelde, mas ao chegar à cadeia da Relação, na manhã da prisão, apresentou sinais de mal-estar e por volta do meio dia, passou a suspirar muito, ficar bastante inquieto, piorando com vômitos e escarros, sendo encontrado morto na manhã do dia seguinte, com suspeita de envenenamento.

¹⁵⁰ ADCA, 1998, v. II, p. 1153.

¹⁵¹ ADCA, 1998, v. II, p. 1161.

O depoimento de Luiza Francisca de Araújo sobre o caso, colhido no dia 1º de setembro de 1798, mostrou-se revelador, no sentido de descrevermos o cárcere. Ela ficou numa cela junto a Antônio José e viu toda a agonia do escravo boleiro, dizendo que:

[...] pode devizar por um buraco, que tinha a parede que os ditos segredos, ainda que pequeno, que o dito homem era cabra, porem ella o não conheceo, o qual homem estendeo no xão o seu capote, e se deitou o que tudo vio ella pelo dito buraco, e ouviu que elle deo hum grande suspiro, e perto do meio dia começou a vomitar, e escarrar muito, e a mexer-se no que continuou, ate depois das duas horas da tarde sentio ella abrir-se a porta do dito segredo em que estava o dito cabra, quando lhe entregou o comer, perguntando lhe justamente se queria agoa, que lhe deo em huma quarta de barro, e porque o mesmo homem que abriu o dito segredo o vio sujo de vomito do cabra, lhe perguntou, o que tinha, e de que vomitava, e elle lhe respondeo, que enjoado do mau cheiro que tinha o mesmo segredo, e feixada a porta dele se retirou o dito homem, e o cabra continuou em vomitar, e escarrar com bastante desassossego, e assim passou toda aquella tarde, e a noite ate oito horas, tempo em que veio o dito homem e mandou limpar o segredo, e perguntou ao dito cabra prezo, como tinha passado dos vômitos, ao que elle respondeo, que assim mesmo, ao que replicou o mesmo homem dizendo-lhe que levasse a boca e comesse, e o cabra lhe respondeo que logo comeria, pelo que o dito homem feixando a porta do segredo se retirou: e o cabra continuou na mesma anciedade, e pediu a ella lhe desse huma gota de agoa, ao que respondeo se já bebido a que lhe havião dado, e que ella não tinha por onde lhe dar; e o mesmo cabra disse que sim tinha agoa na bilha, porem não podia hir buscar, e continuando na mesma ansiedade, e soluços ate perto das nove horas, socegou então, e ella testemunha conheceo que tinha falecido, pois todo o resto da noite não percebeo movimento algum, que fizesse o dito cabra, e sendo as oito horas da manha do dia seguinte indo o guarda examinar, e ver os presos dos segredos, como he de costume achou o dito cabra morto, e então ella percebeo pelos falacios que ouviu, que havia morrido de veneno [...]¹⁵².

Percebemos nesse rico depoimento em detalhes, que a cela era ocupada por um preso. Não havia cama, pois Antônio José, havia se deitado no chão, estendendo o seu capote para forrá-lo num período de inverno. Caso precisasse de água, teria que pedir ao carcereiro. As celas eram próximas, e pelo visto, em péssimo estado de conservação, pois Luiza Francisca relatou que viu tudo por um buraco, que parece não ter sido um simples furo, pois o próprio Antônio José, também enxergava ela de sua cela, chegando até a lhe pedir água, mostrando que havia a comunicação entre os presos.

De acordo com o que Luiza Francisca de Araújo ouviu, a cela em que estava o escravo, cheirava mal, razão que Antônio José alegou pelo mal-estar. Provavelmente a área das necessidades fisiológicas ficava na própria cela, mas não sabemos se outro preso já havia passado por lá, se ela estava suja ou se o cheiro desagradável já estava entranhado. Na rotina da cadeia, tudo indica que os presos eram observados a partir das oito horas da manhã, provavelmente quando tinham a sua primeira refeição e, entre meio-dia e duas horas,

¹⁵² ADCA, 1998, v. I, p. 408-409.

recebiam outra refeição. Mas, será que as refeições vinham de fora, trazidas por conhecidos que entregavam aos carcereiros para alimentar os seus respectivos presos?

No caso do escravo Antônio José, o seu proprietário, havia lhe mandado comida, descrita no depoimento do guarda-livros, Paulo Rodrigues Sobral, que examinou o conteúdo do alimento, relatando que este estava amarrado e dentro havia “hum pouco de farinha de mandioca no pano, e em cima dela hum prato com arroz, hum pedaço de carne açada, e hum pouco de toucinho, e hum pedacinho de chouriço do Reino [...]”¹⁵³. Aí surgiu um dado interessante. O guarda Mathias Francisco do Rosário, disse que presenciou o exame da comida, feita pelo guarda-livros, destinada a Antônio José, revelando que havia “[...] dous pedaços de carne assada, hum pedaço de toucinho, e outro de chouriça, o que tudo revolveo o dito guarda, e tirando o pedaço de choriça o comeo; e depois levou o amarrado para o segredo, onde estava o dito cabra [...]”¹⁵⁴.

Podemos perceber que a comida podia vir de fora para dentro da cadeia, era examinada pelos guardas, mas o exame era suspeito, pois nesse caso, a descrição do alimento não foi exata e não chegou ao preso completo, já que o guarda-livros, Paulo Rodrigues Sobral, comeu um pedacinho da chouriça.

Os depoimentos dos guardas revelaram um pouco sobre o Tribunal da Relação, onde as celas ficavam na parte de cima, tendo uma porta junto à escada que dava acesso a área das “agoas furtadas”¹⁵⁵ que era o sótão e também havia celas na parte de baixo.

Num Auto de exame e averiguação feita nas celas das cadeias da Relação de Salvador, realizado em 17 de fevereiro de 1799, percebe-se que o preso, tenente Hermógenes de Aguilar, foi “[...] posto em hum segredo grande novamente fabricado no soto [...] e que por baixo do dito segredo grande, em que esteve o Tenente, estão cinco no pavimento, e sobrado das mesmas cadeas, e caza em que está o alçapão, por que se desce a enxovia [...]”¹⁵⁶. Talvez por razões de segurança ou para evitar a comunicação entre os presos, estes eram colocados separadamente e por vezes mudavam de lugares.

¹⁵³ ADCA, 1998, v. I, p. 410. O guarda-livros acumulava as funções de porteiro e carcereiro. Ver: TAVARES, 2003, p. 88-91.

¹⁵⁴ ADCA, 1998, v. I, p. 411. Se bem que no depoimento de Mathias Francisco do Rosário, ele poderia ter dito que o colega comeu um pedaço de chouriço destinado a Antônio José, numa amostra de que a comida mandada pelo tenente coronel Caetano Maurício Machado, não estaria envenenada. Inclusive ele diz que, o guarda-livros, Paulo Sobral, limpou o vômito de Antônio José e disse que o preso estava bêbado. Na grafia dos Autos encontramos no mesmo documento a palavra “carne açada” e “carne assada”. Por isso não sabemos se foi um erro de transcrição ou se na grafia da época se escrevia das duas formas.

¹⁵⁵ ADCA, 1998, v. I, p. 411. ADCA, 1998, v. II, p. 863.

¹⁵⁶ ADCA, 1998, v. II, p. 863-864.

[...] no primeiro dos ditos cinco segredos, ao entrar para dita caza, estava quando veio preso o Tenente, Luís Gonzaga das Virgens, no segundo Joze do Sacramento, no terceiro, Antonio Simoens da Cunha, no quarto João de Deos, e no quinto Lucas Dantas. E no primeiro dia do corrente mês, chegarão prezos às mesmas cadeas Manoel de Santa Anna, e Francisco Muniz Barreto de Aragão com recomendação de serem postos em segredo, pelo que o dito Manoel de Santa Anna foi posto no dito primeiro segredo, Lucas Dantas passou para o segundo, João de Deos para o terceiro, Luís Gonzaga para o quarto, e o dito Francisco Muniz Barreto foi recolhido ao quinto, passando Joze do Sacramento e Antonio Simoens da Cunha para os segredos de cima do soto [...] ¹⁵⁷.

Apesar de tomar medidas para separar os presos, a comunicação entre eles existia. Como disse o responsável pela averiguação na cadeia da Relação, Januário da Costa Carneiro,

[...] pela averiguaçoens que fizemos a respeito dos mais segredos; achamos, e conhecemos que o dito segredo, em que esteve o Tenente, sem ser preciso levantar muito a vos, se podia falar, com quem estiver no segredo, em que esta Lucas Dantas, ainda de dia, e principalmente de noite, em que pelo silencio que então se percebeba qualquer fala ainda com sumissa voz, o que he cauzado pela construção má que tem o segredo em que esteve o dito Tenente, no assoalho do qual o segredo, e da sala que lhe está igualmente se pode comunicar por fala, com quem estiver em qualquer dos outros segredos que ficão por baixo, posto que he preciso fallar mais alto [...] ¹⁵⁸.

Através dessa comunicação entre os presos, podemos perceber as tramas que existiam na orientação das respostas que seriam dadas nos depoimentos. O soldado e alfaiate, Ignácio da Silva Pimentel, por exemplo, orientou seu vizinho de cela, o escravo Luís de França Pires, que “[...] se viesse perguntas, negasse tudo, especialmente a hida ao dique, e estada delle e demais no dito sitio [...]” e o mesmo Ignácio Pimentel “[...] entrou a gritar para o outro segredo em que estava o reo Vellozo, dizendo-lhe que dicesse a João de Deos, que lhe fica próximo, que não desanimasse, que elle lhe não havia de ser falso” ¹⁵⁹. Essa comunicação na cela também nos ajuda a entender o comportamento inicial de João de Deus do Nascimento, nos primeiros dias de sua prisão, quando usou a estratégia de se fingir de louco.

No depoimento do soldado Caetano Veloso Barreto, colhido em 4 de setembro de 1798, período em que este estava preso numa cela vizinha a João de Deus do Nascimento, o desembargador Costa Pinto lhe perguntou se alguém havia mandado algum recado para o mestre alfaiate e ele respondeu que o soldado Ignácio da Silva Pimentel, perguntou a ele como João de Deus estava, no qual respondeu “que cada vez mais doudo dando de noite gritos, e assobios, e puxando pela corrente; e então o dito Ignácio da Silva, pediu a elle

¹⁵⁷ ADCA, 1998, v. II, p. 864.

¹⁵⁸ ADCA, 1998, v. II, p. 864.

¹⁵⁹ ADCA, 1998, v. I, p. 380. Luís de França Pires depôs no dia 29 de agosto de 1798, provavelmente algum tempo depois do depoimento de Ignácio da Silva Pimentel, que falou muito mal de João de Deus, dizendo inclusive que o mestre alfaiate tinha “pouco juízo”, depois chegou gritando e dizendo que não era falso com João. É bom deixar claro que os dois trabalharam juntos e pelo visto se conheciam bastante.

declarante dissesse ao dito João de Deus- que essa doudice he muito cedo, e devia ser mais tarde”¹⁶⁰.

Com isso constatamos que a comunicação existia entre os presos, pelo menos, até as averiguações feitas em fevereiro de 1799, quando os examinadores confirmaram que a comunicação entre as celas era possível. Só não sabemos que providências foram tomadas.

Apesar de se comportar como louco nos primeiros dias de prisão, a tática de João de Deus não deu certo. Nos exames que foram feitos, os médicos constataram que ele estava fingindo e o advogado, José Barbosa de Oliveira¹⁶¹, não explorou esse ponto para defendê-lo na tentativa de amenizar a sua pena. A impressão é que João de Deus já estava condenado à morte desde o dia de sua prisão, sendo confirmada essa tese, a cada depoimento dos seus inimigos lá fora e até colegas presos tentando se livrar da culpa, jogando-a para cima dele, como foi o caso do depoimento de Ignácio da Silva Pimentel. O bacharel tentou argumentar que não encontraram armas com João de Deus, a pólvora encontrada em sua casa seria para curar nódos da esposa, o papel do regulamento dos soldos foi um tira-teima com o oficial inglês e que o próprio mestre alfaiate havia chamado o movimento de “função de bêbados”, mas esses argumentos não o livraram da condenação à morte pelo crime de lesa-majestade.

No dia 5 de novembro de 1799, João de Deus e Luís Gonzaga das Virgens passaram a se comportar como loucos dentro da cadeia da Relação, onde “sendo condenados a pena última [...] se achão estes totalmente dementes [...]”¹⁶². Essa foi à última tentativa deles para escaparem da condenação a pena capital, sendo solicitado um exame de sanidade mental que poderia ajudar na defesa final dos réus.

O exame foi concedido pelo desembargador Costa Pinto e realizado no dia seguinte, onde os médicos constataram que sobre João de Deus do Nascimento “[...] não se manifestava outra alguma moléstia ou enfermidade, alem daquela mesma a que por efeito de affectação, e fingimento próprio do seo carácter, se contrahira tanto que foi prezo [...]”¹⁶³. Luís Gonzaga das Virgens também fez o exame onde os médicos constataram que não havia moléstia alguma, não passando de “mera ficção”¹⁶⁴. Com isso eles não conseguiram escapar da morte.

No dia 7 de novembro de 1799, o desembargador Costa Pinto, em seu Termo de Conclusão, falou que os réus Lucas Dantas do Amorim Torres, João de Deus do Nascimento e

¹⁶⁰ ADCA, 1998, v. I, p. 500.

¹⁶¹ ADCA, 1998, v. II, p. 953, 963-966, 1046, 1158, 1164-1166. Defesa do Dr. Barbosa para João de Deus.

¹⁶² ADCA, 1998, v. II, p. 1099.

¹⁶³ ADCA, 1998, v. II, p. 1101.

¹⁶⁴ ADCA, 1998, v. II, p. 1104. Os exames em João de Deus do Nascimento e Luís Gonzaga das Virgens tiveram o custo de 20\$843 réis, ver nos ADCA, 1998, v. II, p. 1207.

Manoel Faustino dos Santos Lira, serão enforcados na Praça da Piedade, onde irão passar pelas ruas públicas, sendo depois da forca, esquartejados e “[...] posta a cabeça do reo João de Deus defronte a sua caza, que lhe servia de morada, e os quartos nos caes de maior frequencia, e comercio desta Cidade até que huns e outros sejam consumidos pelo tempo, para assim patente a todos a enormidade do seu delicto e a correspondente punição [...]”¹⁶⁵.

Além da brutalidade da punição, que o desembargador Costa Pinto colocou como a “Justiça que a Rainha Nossa Senhora manda fazer a esses três reos” seguiu dizendo que a casa de Lucas Dantas e João de Deus,

“[...] sendo próprias sejam arrazadas e salgadas, para que nunca mais ahi se edifique, levantando- se hum padrão, em que se conserve a lembrança da sua infâmia condenando-os igualmente na confiscação de seus bens para o Fisco e Camara Real, e os julgou incurso no crime de Lesa Majestade de primeira cabeça, e por isso infames para sempre a Sua memória seus filhos e netos [...]”¹⁶⁶.

Também foram condenados à morte Luís Gonzaga das Virgens e Luís Pires, este último nunca foi encontrado. Romão Pinheiro foi absolvido da pena de morte no dia anterior ao enforcamento, sendo aceita a defesa do advogado José Barbosa de Oliveira que conseguiu comutar a pena capital do réu, que foi açoitado e depois degredado para África¹⁶⁷.

Segundo o relato do frei José D’ Monte Carmelo¹⁶⁸, testemunha ocular do episódio, na manhã do dia 8 de novembro de 1799, o dia da execução, João de Deus do Nascimento e Luís Gonzaga das Virgens, voltaram a se comportar como loucos, logo que foram levados ao Oratório para se confessar, obrigação que eles se recusaram a fazer. Pelo comportamento descrito como insano, onde eles “não falavam palavra alguma, não davam asenos ao q’ pareciam uns verdadeiros loucos”¹⁶⁹, tiveram os braços e as pernas amarrados por uma corda, parecendo machucá-los, pois o religioso falou que “o rosto precipitava a fazer se roxo”¹⁷⁰.

O frei relatou que Manoel Faustino chegou para o mestre alfaiate e disse: “- João de Deus convertete, e confeçate, olha q’ já não temos remédio, apenas nos faltam 7 horas de vida, e não’ queiras perderte; olha q’ desgosto será p^a tua mulher , teos filhos, e parentes, se morreres

¹⁶⁵ ADCA, 1998, v. II, p. 1196.

¹⁶⁶ ADCA, 1998, v. II, p. 1196.

¹⁶⁷ Sobre a comutação da pena de morte ver: ADCA, 1998, v. II, p. 1191. Sobre o açoite e o degredo ver: ADCA, 1998, v. II, p. 1197.

¹⁶⁸ Segundo Luís Henrique Dias Tavares, frei José D’ Monte Carmelo era um religioso da ordem dos Carmelitas Descalços e seu relato se encontra na *Descrição da Bahia*, tomo IV, pp. 301-319, Arquivo do IHGB. Sendo reproduzido em seu livro, *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798*, 1975, p.123-137.

¹⁶⁹ TAVARES, 1975, p.131.

¹⁷⁰ TAVARES, 1975, p.132.

impenitente [...] ¹⁷¹. Mas, nem João de Deus do Nascimento e nem Luís Gonzaga das Virgens se confessaram no Oratório.

Por volta das nove horas da manhã o cortejo com os réus se dirigiu do Oratório da Relação até a Praça da Piedade, onde estava a forca nova. Pela atitude desesperadora, João de Deus do Nascimento e Luís Gonzaga das Virgens, que foram amarrados a grilhões presos aos encostos das cadeiras, seguiram levados desta forma, até o local dos seus últimos suspiros. Já na localidade onde estava o patíbulo, Luís Gonzaga das Virgens pediu para se confessar, o que alterou a ordem das execuções, concedido pelo Juiz de Fora, João da Costa Carneiro de Oliveira ¹⁷², que presidia a execução, ficando Manoel Faustino a ser o primeiro, seguido de Lucas Dantas, Luís Gonzaga e João de Deus.

O frei seguiu relatando que após a confissão e morte de Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento “estava se desfalecendo em lágrimas” e pediu para se confessar dizendo: “peço perdão a todos q”” tenho ofendido, e escandalizado, aos meus companheiros e a todos geralmente que me ouvem [...] não olhem com desgrado para uns infelizes filhos que me ficao, pois elles não são cúmplices das minhas maldades [...]”, e seguiu pedindo “ao algoz que lhe desse uma boa morte” e já na forca gritou por “JESUS Maria”, sendo as últimas palavras na vida, “mizericordia, mizericordia” ¹⁷³.

Sem dúvida o episódio ocorrido no centro de Salvador, em 8 de novembro de 1799, entre as nove da manhã e a três da tarde, ficou marcado para sempre, sendo iniciado com a caminhada dos réus até a forca, seguido do enforcamento e esquartejamento dos quatro pardos baianos. Sendo seus restos mortais espalhados pelos locais de movimentação do centro de Salvador até que o tempo os consumisse.

A situação ficou tão insuportável que o provedor da saúde e o médico cirurgião do Senado, fez um pedido, no dia 11 de novembro de 1799, ao desembargador Costa Pinto, alertando sobre os gravíssimos prejuízos aos moradores de Salvador, por causa do forte odor e dos riscos que o apodrecimento dos corpos traria para a vida destes, solicitando a retirada dos restos mortais.

Dizem o Provedor da Saude desta Cidade e o Medico e Cirurgião do mesmo Senado, que eles sentem hum gravíssimo projuizo aos moradores desta Cidade por Cauza do fedicto e Corrução dos corpos mortos que pela justiça e para exemplo dos poucos se mandarão destinar em os lugares públicos desta Cidade, e porque Vossa Excellencia deve atender ao projuizo dos mais fies vassalos de Sua Majestade em cujo perigo de vida estão por cauza da mesma Corrução em termos de haver mortes repentinas ¹⁷⁴.

¹⁷¹ TAVARES, 1975, p.127.

¹⁷² TAVARES, 1975, p. 75.

¹⁷³ TAVARES, 1975, p. 136.

¹⁷⁴ ADCA, 1998, v. II, p. 1202.

O pedido dos responsáveis pelas condições sanitárias de Salvador nos fins do século XVIII foi atendido pelo desembargador Costa Pinto, num documento datado do dia 12 de novembro de 1799, que assim dizia:

Em cumprimento do Despacho do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dom Fernando Jose de Portugal Governador, e Cappitão General desta Cappitania, constante requerimento incluzo do Provedor da Saude, ordeno ao Escrivão João Luís de Abreu, passe as ordens necessárias para serem tirados os quartos, e cabeças dos infames Reos Lucas Dantas d' Amorim Torres, e João de Deus do Nascimento, como também a cabeça do outo Reo Manoel Faustino dos Santos Lira; dos Logares da Cidade, em que se achão portadas, fazendo juntar com o dito requerimento aos autos para ficar constando, Lavrando-se outrossim os termos necessários. Bahia 12 de novembro de 1799¹⁷⁵.

Ficamos a pensar, como a família de João de Deus do Nascimento suportou essa exposição dos restos mortais do seu ente? Como a sua esposa Luiza Francisca se comportou diante da brutal punição ao seu marido? Por quem foram amparados? Onde foram enterrados os restos mortais do mestre alfaiate e seus companheiros?¹⁷⁶ Nossa pesquisa ainda não alcançou tais respostas, mas, podemos ao menos sugerir que, por parte das autoridades, a família de João de Deus foi condenada ao desamparo e ao esquecimento. Mas o nome do mestre alfaiate ainda circulou na avaliação e leilão dos seus bens ocorridos tempos depois, em 1801.

Lucas Dantas, Luís Gonzaga e Manoel Faustino não tiveram bens leiloados, pela falta destes ou pelo simples fato dos bens deles não terem valor para os avaliadores. Vejamos o que disse os avaliadores, Patrício de Santo Amaro e Agostinho Barboza de Oliveira, sobre os bens de Lucas Dantas, no dia 27 de junho de 1801:

[...] Certificamos que sendo na Praça desta mesma Cidade por Florencio Joze de Miranda como depositário dos bens Sequestrados a Lucas Dantas de Amorim nos foram apresentados huns insignificantes bens para efeito de os avaliarmos, e sendo por nos vistos lhe não demos valor algum pelo não terem os ditos bens por consistirem em huma cama de madeira branca muito podre, e falta de pessos, huns pes de arca de madeira quebrados, e huma prensa tambem de madeira muito podre, alem de alguns pedaços de pão sem préstimo [...] ¹⁷⁷.

Já os bens de João de Deus do Nascimento foram avaliados por Agostinho Barboza de Oliveira, em 8 de junho de 1801, num somatório de vinte mil, novecentos e oitenta réis¹⁷⁸. O

¹⁷⁵ ADCA, 1998, v. II, p. 1203.

¹⁷⁶ Possivelmente os restos mortais podem ter sido enterrados no cemitério do Campo da Pólvora. Sobre o assunto ver: RUY, 1978, p. 99; REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 196.

¹⁷⁷ ADCA, 1998, v. II, p. 1264.

¹⁷⁸ ADCA, 1998, v. II, p. 1260-1261. A soma é nossa.

governo arrecadou no total, quarenta mil, setecentos e oitenta réis, sendo mais da metade, provindos das aquisições dos bens do falecido mestre alfaiate ¹⁷⁹.

As arrematações dos bens de João de Deus do Nascimento começaram no dia 4 de julho de 1801, quando Florêncio Pereira do Lago arrematou “[...] as duas banquetas de madeira branca pequenas com gaveta avaliados ambas em mil Reis por mil e cem Reis por não haver quem mais lançar [...]” ¹⁸⁰. Alexandre Teixeira ¹⁸¹ arrematou bens no total de mil seiscentos e oitenta réis e Francisco Luís Pereira ¹⁸² arrematou a maior parte dos bens nesse dia desembolsando o total de três mil, duzentos e quarenta réis. Até o porteiro do Conselho de Salvador, Luís Caetano Barata, que trabalhava para o governo no leilão, participou do arremate dos bens de João de Deus, ficando com “dous jalecos novos inda por acabar hum de canga avaliado em Seiscentos Reis, outro de uilbute preto avaliado em oitocentos Reis por mais cem sobre as avaliações que tudo importa mil e quinhentos Reis [...]” ¹⁸³.

No dia 18 de julho de 1801, prosseguiram as arrematações dos bens de João de Deus do Nascimento, onde Ignácio Maciel Teixeira ¹⁸⁴ pagou mil, trezentos e oitenta réis pelos itens adquiridos e Alexandre Teixeira ¹⁸⁵, que já havia arrematados bens no leilão anterior, desembolsou dessa vez, sete mil, quatrocentos e quarenta réis pelo mobiliário do falecido mestre alfaiate. Pelo visto, o tal Alexandre Teixeira, gostou dos bens de João de Deus, pois ele voltou no leilão final, feito no dia 22 de agosto de 1801, arrematando itens que somaram cinco mil, quatrocentos e quarenta réis, sendo o sujeito que mais gastou na aquisição dos bens do falecido, somando um total de quatorze mil, quinhentos e sessenta réis ¹⁸⁶. As arrematações dos bens de João de Deus do Nascimento fecharam um ciclo de citação de seu nome. A sua memória, assim como a de sua família, foi condenada como infame para sempre.

¹⁷⁹ ADCA, 1998, v. II, p. 1270-1271. Os cálculos finais podem ser vistos nessas páginas. A princípio os avaliadores calcularam o valor de 20\$980 réis, porém nos arremates dos bens eram acrescidos mais cem réis, o que elevou o valor final dos bens de João de Deus para 21\$980 réis.

¹⁸⁰ ADCA, 1998, v. II, p. 1264.

¹⁸¹ ADCA, 1998, v. II, p. 1265.

¹⁸² ADCA, 1998, v. II, p. 1265.

¹⁸³ ADCA, 1998, v. II, p. 1266.

¹⁸⁴ ADCA, 1998, v. II, p. 1266.

¹⁸⁵ ADCA, 1998, v. II, p. 1267.

¹⁸⁶ ADCA, 1998, v. II, p. 1267-1268. A soma é nossa.

2- JOÃO DE DEUS DO NASCIMENTO NA VISÃO DOS ESTUDIOSOS.

“[...] O pobre alfaiate João de Deus caricato Catilina, tinha falta de energia e mesmo d’essa habilidade, que muitas vezes supre o talento e a instrução”.

Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro¹⁸⁷.

Visões da historiografia no século XIX.

Para a primeira metade do século XIX, não localizamos material historiográfico, que possibilitasse analisar a visão que se tinha do mestre alfaiate João de Deus do Nascimento e sua participação no movimento rebelde baiano de 1798. Ao que parece, as memórias condenadas à infâmia e ao esquecimento, especialmente dos mortos no evento, ainda estavam no prazo de validade.

A historiadora Patrícia Valim fez uma análise mostrando como o coronel Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, que escreveu a obra intitulada “*Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*”, com seis volumes escritos entre 1835 e 1852, demonstrou no prefácio de seu primeiro livro, o temor em tocar nos temas ligados aos movimentos rebeldes, reconhecendo o quanto era perigoso escrever no país e em sua época, temas desagradáveis para ele e para os leitores¹⁸⁸. Para Valim,

[...] a narrativa de Accioli sobre a revolta baiana de 1798 termina sem fornecer qualquer informação mais circunstanciada sobre as pessoas presas e condenadas a degredo. Todavia, em nota de rodapé, Accioli inicia a sua transcrição da denúncia de Joaquim José da Veiga contra João de Deus do Nascimento, afirmando que “disse-se por esta ocasião que as pessoas de consideração influíram na pretendida revolta; mas

¹⁸⁷ PINHEIRO, J. C. Fernandes. *A Conjuração de João de Deus: narrativa dos tempos coloniais*. In: Revista Popular, tomo oitavo, anno segundo, out-dez, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, editor- proprietário, 1860, p. 219-222.

¹⁸⁸ VALIM, Patrícia. *Da Sedição dos Mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2007, p. 112.

que isto não passava de mero boato infundado, por isso que nenhum sensato aprova a revoltas”¹⁸⁹.

Uma maior possibilidade de escrita dessa história de 1798 e dos seus personagens, de onde podemos tecer alguma análise sobre João de Deus, veio a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, tendo como um dos objetivos a construção de uma História Nacional. Porém, numa escrita de combate as rebeldias, da construção de uma nação homogênea e pacífica no século XIX, que “não via os negros, em geral, elementos compatíveis a sua composição”¹⁹⁰. Sendo assim, não podíamos esperar dos membros da elite brasileira e desse órgão imperial, nenhuma abordagem favorável ao movimento de 1798, pois como sabemos, a maioria da composição racial do evento era de pardos, ou seja, descendentes dos negros. Mas não pretendemos analisar as abordagens sobre o fato histórico da Bahia colonial e sim, as abordagens envolvendo o mestre alfaiate. Além disso, o IHGB era patrocinado por Pedro II, e, portanto tinha um compromisso com a monarquia.

Na segunda metade do século XIX, uma produção historiográfica importante, foi feita pelo Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolpho Varnhagen, membro do IHGB, que publicou em seu livro, “*História Geral do Brasil*”, alguns parágrafos sobre o movimento de 1798, no trecho intitulado “Pazes. Conspiração Socialista na Bahia em 1798”¹⁹¹.

Como observou o historiador, István Jancsó, sobre o assunto: “Coisa de homens pardos, de baixa extração, o episódio não mereceu grande atenção dos historiadores do Império. Varnhagen desdenha matizes”¹⁹². Para o autor, a interpretação que o Visconde de Porto Seguro fez sobre o movimento de 1798 “[...] faz parte do discurso pautado pela visão conservadora dos construtores do Estado nacional brasileiro”¹⁹³.

Varnhagen descreveu que no movimento de 1798, “[...] os conspiradores que se chegaram a descobrir não subiam quarenta; nenhum deles de talento, nem de consideração; e quase todos libertos ou escravos, pela maior parte pardos [...]”¹⁹⁴. O autor depreciou o evento, mostrando em sua análise a pouca quantidade de participantes, adjetivados como pessoas

¹⁸⁹ VALIM, 2007, p. 115.

¹⁹⁰ ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia: Transição conservadora e formação da nação (1838-1850)*. Salvador, EDUFBA, 2009, p. 47.

¹⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil*. Tomo Segundo, Casa de E. e H. Laemmert, Rio de Janeiro, 1857, p. 292-295. A 1ª edição foi publicada em Madri no ano de 1854.

¹⁹² JANCÓS, István. *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de Sedição de 1798*. São Paulo/Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996, p.18.

¹⁹³ JANCÓS, 1998, p.19.

¹⁹⁴ VARNHAGEN, 1857, p. 292-293.

desqualificadas e ligadas a cor e a escravidão, dando nome de alguns indivíduos do projeto rebelde, afirmando que após a leitura atenta da documentação “[...] se reconhece que a conspiração da Bahia não tinha chefe: e quando muito podemos considerar seus coripeus o alfaiate João de Deus do Nascimento, cabo d’esquadra de milícias, e os soldados Lucas Dantas e Luíz Gonzaga das Virgens [...]”¹⁹⁵. O Visconde de Porto Seguro faz a sua afirmativa na tentativa de mostrar a desorganização, afirmando que o movimento de 1798 não tinha chefe e sim meros e insignificantes participantes “sem talento e nem consideração”, sem chances de dar certo¹⁹⁶.

Jancsó concluiu que para Varnhagen,

Não havia lugar para homens pardos de baixa extração na construção deste Estado, assim como não fazia sentido rastrear as ligações de natureza política entre homens de condição social tão diversa, quanto, por exemplo, o alfaiate João de Deus do Nascimento e um outro que, no futuro, viria a ser membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, caso de Francisco de Agostinho Gomes¹⁹⁷.

Em 1860, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, também membro do IHGB, publicou um artigo na *Revista Popular*, intitulado, “*A Conjuração de João de Deus: narrativa dos tempos coloniais*”¹⁹⁸, seguindo a linha da depreciação do evento histórico, ampliando os nomes dos envolvidos e dos fatos ocorridos no movimento de 1798, dando uma resposta aos escritos anteriores de Varnhagen, sobretudo em relação à chefia do movimento rebelde baiano¹⁹⁹.

Baseado nas denúncias públicas, feitas no dia 27 de agosto de 1798, pelos já citados, Joaquim José de Santana, Joaquim José da Veiga e José Joaquim de Siqueira, contra João de Deus do Nascimento e Lucas Dantas do Amorim Torres, o cônego traçou a sua narrativa desqualificando ainda mais os denunciados, tendo como alvo principal o mestre alfaiate.

O cônego afirmou que “[...] nem o caráter e posição social dos denunciados, nem a natureza dos planos, que lhes eram atribuídos, podia incutir o receio da tranquilidade pública”

¹⁹⁵ VARNHAGEN, 1857, p. 293.

¹⁹⁶ Sobre Francisco Adolpho Varnhagen e a análise de sua escrita sobre o movimento de 1798, ver: VALIM, Patrícia. *Da Sedição dos Mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2007, p. 130-142.

¹⁹⁷ JANCÓS, 1996, p.19.

¹⁹⁸ PINHEIRO, 1860, p. 219-222.

¹⁹⁹ Sobre Joaquim Caetano Pinheiro Fernandes e a análise de sua escrita sobre o movimento de 1798, ver: VALIM, 2007, p. 142-161.

²⁰⁰. Na sua visão, por exemplo, “[...] o pobre alfaiate João de Deus caricato Catilina, tinha falta de energia e mesmo dessa habilidade, que muitas vezes supre o talento e a instrução” ²⁰¹.

O cônego depreciou João de Deus do Nascimento, falando da sua condição social, enquanto elemento das classes populares, seguindo da postura caricata, ou seja, ridícula, assemelhada ao senador romano, Lúcio Sérgio Catilina, que entre o ano de 65- 63 a.C., foi acusado de planejar uma conspiração para tomada do poder das mãos do cônsul escolhido, Marco Túlio Cícero, que denunciou os planos de Catilina, em discursos que ficaram conhecidos como Catilinárias, onde Cícero revelou que o conspirador planejava assassinar pessoas, sendo este de má fama e mau caráter ²⁰².

O cônego Pinheiro recorreu à História romana para utilizar um exemplo negativo de conduta fazendo um comparativo com a ação de João de Deus do Nascimento, visto pelo autor, como um indivíduo de conduta ridícula e fraca, sendo ao final derrotado, assim como Catilina, que morreu em 62 a.C., sem alcançar o poder. Para o autor, João de Deus foi pior que Catilina, pois além de mau caráter e sem energia, ainda não tinha talento e nem instrução, mostrando que seus planos jamais dariam certo.

A preocupação do cônego Pinheiro foi revelada quando ele reforçou na sua escrita a questão da escravidão, mostrando o seu temor em caso de uma vitória do projeto da libertação dos escravizados, num trecho em que disse: “[...] aliciaram João de Deus e Lucas Dantas grande número de escravos, engodados pela esperança de alforria, e sob este ponto de vista, cumpre confessar, que bem funestos poderião ser os resultados da planejada revolução” ²⁰³.

Ainda sobre a lista de reivindicações, que o cônego provavelmente elencou a partir dos boletins manuscritos e das denúncias, ele procurou desqualificar de todas as formas os envolvidos, usando o seguinte questionamento:

[...] que preponderância poderião ter sob um povo tão ilustrado, como por certo era e é o bahiano, o pobre pardo alfaiate João de Deus, e os soldados Lucas Dantas e Luíz Gonzaga das Virgens, elevado ás honras de secretario, e de cuja pericia grammatical ficárão exuberantes provas dos documentos a que acima alludimos? ²⁰⁴

Para o cônego esse era o resumo da depreciação que reuniu as tais pessoas com maus desígnios e malévolos objetivos: “[...] Eis photographada a physionomia desses concialibulos,

²⁰⁰ PINHEIRO, 1860, p. 219.

²⁰¹ PINHEIRO, 1860, p. 219-220.

²⁰² Sobre Catilina, ver o texto de Frei Beto intitulado “*Até quando Catilina ainda abusará de nossa paciência?*” In: Folha de São Paulo, Primeiro Caderno, 16 de agosto de 2009, p. A3. Ver também: DEFRANSE, Jean. *Histórias da História de Roma*. Lisboa: Editora Morais, 1965.

²⁰³ PINHEIRO, 1860, p. 220.

²⁰⁴ PINHEIRO, 1860, p. 220.

composto das fezes da população bahiana, sem bases determinadas, reunidos em lugar publico e terminado em um botequim!”²⁰⁵.

Se para o cômico, João de Deus foi o chefe, enxergamos a escrita irônica e depreciativa do autor, que ligou “[...] o caráter irresoluto do ostensivo chefe João de Deus [...]”²⁰⁶, à chefia de bêbados, pobres, livres, libertos ou escravizados, sem talento e sem instrução, comparados por ele, aos dejetos humanos, às fezes da população baiana.

Outra fonte interessante é o *Diário de São Paulo*, publicado numa edição de domingo, 12 de maio de 1867, no quadro intitulado “Estudos Históricos: Synopse chronologica das revoluções, motins, sedições militares e grande crise constitucional havidos no Brasil de 1544 a 1848”²⁰⁷.

A sinopse histórica descreveu eventos que vão desde o motim e prisão do donatário Francisco Pereira Coutinho em 1544 na Bahia até a Revolta Praieira, ocorrida em Pernambuco no ano de 1848. Sobre o movimento de 1798, o jornal assim descreveu:

Em 1798, na Bahia, como em Minas, no ano de 1789, não houve propriamente uma revolução, mas uma conspiração para o fim de realizar-se uma revolução de caráter mais social do que político. Descoberto o trama, por onde se veio o conhecimento de que o movimento já estava muito adiantado no dia 20 do mez de agosto, forão presos os principaes revoltosos, sendo enforcado logo depois de conhecida a conspiração, Domingos da Silva Lisboa, e no dia 8 de novembro o alfaiate João de Deus do Nascimento, cabo de esquadra de milícias, os soldados Lucas Dantas e Luíz Gonzaga das Virgens (contando o segundo 36 anos, o terceiro 28 e o quarto 24 anos) e o jovem liberto Manoel Faustino que apenas contava com 18 anos! Consultem-se nos autores de História do Brasil²⁰⁸.

Percebemos que o texto do *Diário de São Paulo* descreveu de forma resumida, o movimento de 1798, ao que parece, baseado nos escritos de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, iniciando com a comparação entre a conspiração mineira e o movimento baiano, caracterizando este último como uma conspiração de caráter ou tendências mais sociais que políticas, assim como fez o cômico. Além disso, o texto citou apenas os nomes dos pardos envolvidos e condenados, cometendo alguns equívocos, no que se refere ao enforcamento de Domingos da Silva Lisboa, e a idade dos quatro baianos mortos na forca. Apesar dos equívocos, o jornal acabou prestando um serviço de divulgação do movimento rebelde baiano, incluindo entre os eventos relevantes da História do Brasil, sendo publicada num período

²⁰⁵ PINHEIRO, 1860, p. 221.

²⁰⁶ PINHEIRO, 1860, p. 221.

²⁰⁷ *Diário de São Paulo*, 12 de Maio de 1867, p. 1. A matéria não traz o nome de quem a escreveu, pois era a continuação dos escritos sobre o tema. Não conseguimos encontrar a edição anterior.

²⁰⁸ *Diário de São Paulo*, 12 de Maio de 1867, p. 2.

efervescente do Império, mergulhado na Guerra do Paraguai, nas questões republicanas e nas lutas abolicionistas, fatores importantes no cenário de uma crise crescente que acabou minando e findando o governo de Pedro II.

Em Maceió, o jornal *A Estréa*, publicou no dia 4 de novembro de 1878, na seção “Chronica” a continuação de uma matéria intitulada “A paz na monarquia: datas celebres-História das revoluções, motins e sedições militares havidas no Brasil”²⁰⁹, onde escreveu de forma resumida a matéria anterior do *Diário de São Paulo*, citando o ano e o evento histórico, dizendo:

1798. Conspiração na Bahia para realizar-se uma revolução mais social que política:- descoberta a 20 de agosto, foram os revoltosos presos, sendo enforcados Domingos da Silva Lisboa, João de Deus do Nascimento, os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens (24 anos!) e o jovem Manoel Faustino, que apenas tinha 18 anos!²¹⁰

Como o *Diário de São Paulo*, o jornal *A Estréa* reproduziu os equívocos referentes ao enforcamento de Domingos da Silva Lisboa e, ao que parece, também seguiu a consulta dos escritos do cônego Pinheiro. Porém o que analisamos da importância dessas matérias é a divulgação do movimento de 1798, em jornais de diferentes regiões do Brasil, que não só falam do evento, mas mostram os nomes dos envolvidos, entre eles, João de Deus do Nascimento. Em tempos de pressão abolicionista e crise do Império, pensamos que a divulgação do evento de 1798 pelos jornais da segunda metade do século XIX não deixou de ser uma possibilidade de combustível para as reivindicações daqueles que desejavam e lutavam pelo fim da escravidão, por exemplo. Por outro lado, analisamos que essas matérias jornalísticas também podem ser vistas como uma amostra das punições severas para os que ousassem se rebelar, já que o conteúdo escrito fala de uma “conspiração para realizar-se uma revolução social” que acabou com o fim trágico. As fontes que os jornais tiraram suas pesquisas sobre o assunto, foram de estudiosos que depreciaram o movimento, fazendo dessa escrita um instrumento de alerta quanto à possibilidade de levantes de escravizados ou de rebeliões populares que tirassem a “paz da monarquia”, como bem frisou o jornal *A Estréa*, em seu enunciado. Portanto pensamos que a intenção das matérias dos jornais citados tinha como intuito alertar aos leitores e o governo quanto à possibilidade de episódios revoltosos feitos por negros ou populares e não incentivar o contrário.

²⁰⁹ *A Estréa*, 4 de novembro de 1878, p. 2. A matéria não traz o nome de quem a escreveu, pois era a conclusão dos escritos sobre o tema. Não conseguimos encontrar a edição anterior.

²¹⁰ *A Estréa*, 4 de novembro de 1878, p. 2-3.

De alguma forma, as questões ligadas à luta antiescravista, vistas nos depoimentos dos envolvidos no movimento de 1798, e até mesmo a contestação da ordem monárquica vigente, mostrada no aparecimento das palavras ligadas à República, nos boletins manuscritos, convocando e alertando o “Povo Bahinense Republicano” para os tempos de mudança, foram projetos ousados, ligando o movimento rebelde na Bahia dos fins do século XVIII, a ser a manifestação na colônia que tocou nas duas pautas em questão: abolição e República ²¹¹.

Com a aprovação da Lei Áurea, em 1888, e a Proclamação da República no ano seguinte, surgiram expectativas de localizarmos variados documentos sobre o movimento de 1798 e o seu reconhecimento, enquanto precursor das duas causas vitoriosas. Mas, ao que parece, os ideais baianos do passado, foram ofuscados, sobretudo no que diz respeito à luta contra as hierarquias raciais e sociais no calor desses eventos.

Sabemos que a luta dos negros, teve um importante papel nas questões relativas à abolição findada oficialmente em 13 de maio de 1888. Como observou o historiador Walter Fraga:

A abolição aconteceu em meio à intensa agitação social, indisciplina de escravos nos engenhos, fugas individuais e coletivas, hostilidade de populares ao escravismo e radicalização do movimento abolicionista. As autoridades baianas temiam que o fim da escravidão desencadeasse um processo mais amplo de mudanças sociais, com desdobramentos e consequências imprevisíveis. Os ex-senhores baianos temiam que o processo abolicionista se transformasse em algo mais que a substituição de um regime de trabalho por outro. Temiam perder as rédeas, na condução do processo de abolição, diante das iniciativas dos ex-escravos ²¹².

Por isso pensamos que o movimento de 1798 e seus personagens mortos, como João de Deus do Nascimento, não foram devidamente retratados e nem reconhecidos, para que as ideias dos que lutaram e morreram no passado, não servissem de inspiração para os libertos após a abolição. Os ex-senhores não queriam os negros com a estima elevada, queriam manter as hierarquias em todos os aspectos. Portanto, para a elite, não era nada interessante, relembrar histórias que servissem de combustível para a promoção dos negros como cidadãos. Como afirmou Walter Fraga:

Não surpreende que, após o 13 de Maio, a questão sobre definição dos “lugares” sociais que os libertos deveriam ocupar no que definiram como “comunhão brasileira” tenha retornado ao centro dos debates políticos de então. [...] Na perspectiva dos ex-senhores e de seus representantes, era preciso promover a

²¹¹ O termo “Povo Bahinense Republicano” ou “Republicanos” aparece em nove boletins manuscritos de 1798. Ver: MATTOSO, 1969, p. 148-159.

²¹² FRAGA FILHO, Walter da Silva. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*, Campinas-SP: Editora Unicamp, 2006, p.347.

conversão dos ex-escravos em livres sem que isso causasse abalos às hierarquias sociais e raciais montadas ao longo de três séculos de escravidão²¹³.

Para reforçar essa questão do temor do rompimento das hierarquias raciais e sócias no pós-abolição, recorreremos aos estudos da historiadora Wlamyra Albuquerque, observando que:

[...] A certeza de que o mundo social não podia mais ser definido pela oposição entre senhores e escravos comprometia vínculos pessoais e referências de autoridade- não só relações de trabalho. Não eram apenas os trabalhadores que os proprietários perdiam, mas a sua própria posição hierárquica estava em jogo. Um certo desespero deve mesmo ter sido partilhado por proprietários já empobrecidos, mas ainda dispostos a resguardar a posição senhorial. Ver-se destituído desse lugar subvertia a lógica que balizava a arquitetura social desde os tempos coloniais. Desse modo, enquanto se comemorava a abolição estiveram em suspensão regras importantes do jogo do poder entre brancos senhores/negros subalternos²¹⁴.

Sabemos quanto os exemplos de luta e resistência do povo negro na História, foi deixado de lado. Por isso, insistimos nessa hipótese da falta de referências do movimento de 1798 em relação ao pós-abolição e a instalação da República, sobretudo por que nesse momento histórico, as mudanças políticas não refletiam as mudanças sociais e o fim das hierarquizações de cor e de condições econômicas não faziam parte do projeto republicano.

Ainda assim, no pós-abolição e implantação da República, localizamos um artigo fazendo alusão ao movimento de 1798, intitulado, “*Princípios Jacobinos – Sedição de 1798 na Bahia*”²¹⁵, escrito por José Carlos Ferreira, funcionário amanuense do recém-criado Arquivo Público do Estado da Bahia²¹⁶. O artigo foi escrito no calor da instalação da República, com data de dezembro de 1890, mas a sua publicação só ocorreu em 1900, pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, na qual o citado autor era sócio fundador deste órgão que, “nasceu assim com a dupla condição de símbolo e instrumento da modernização e civilização da sociedade baiana, segundo os critérios da então recém-estabelecida mentalidade republicana”²¹⁷.

²¹³ FRAGA FILHO, 2006, p. 348.

²¹⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 125-126.

²¹⁵ FERREIRA, José Carlos. *Princípios Jacobinos- a sedição de 1798 na Bahia*. RIGHB, vol. 7, nº 26, 1900, p. 371-411.

²¹⁶ O Arquivo Público do Estado da Bahia foi criado em 16 de janeiro de 1890 na gestão do primeiro governador republicano da Bahia, Manoel Vitorino Pereira, que nomeou como primeiro diretor do APEB, Francisco Vicente Viana. Ver: MATOS, Maria Teresa Navarro de Brito; ROSADO, Rita de Cassia Santana de Carvalho. *Memória do Arquivo Público da Bahia (1890-1984)*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, jul./dez. 2013, p. 245. Amanuense era o funcionário responsável por copiar e organizar a documentação.

²¹⁷ O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia surgiu em 1894 e na sua lista de sócio fundadores consta o nome de José Carlos Ferreira. Ver: SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, origens e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Tese de Doutorado, Salvador, UFBA, 2006, p. 231.

José Carlos Ferreira descreveu passos importantes do movimento de 1798, falando dos ideais dos rebeldes, das denúncias, dos boletins manuscritos, das ações do governo, da devassa, dos presos, das condenações e punições, ligando o evento baiano à nova conjuntura republicana recém-instalada e ainda cheia de incertezas quanto ao seu rumo e a sua consolidação. O autor demonstrou conhecimento da documentação e em sua análise, falou da importância da conjuração mineira e denunciou o pouco interesse dos historiadores pelo movimento baiano, levantando uma hipótese para tal silenciamento, justamente pela ligação do evento rebelde com a mestiçagem e a luta contra a escravidão. E assim relatou que:

A sedição de 1798, desconhecida pelos nossos historiadores, ou na qual não quiseram achar a importância que encerra, como um atestado vivo, os resultados nascidos da aglomeração de três raças de caracteres tão distintos e especiais, que foram a força motriz no desenvolvimento da nossa vida colonial, é sem dúvida bem digna de estudos, porque aí vemos desenrolar-se uma luta que por fim achava-se em íntimo conexo com os levantes africanos²¹⁸.

O escrito de José Carlos Ferreira, mostrando a conexão do movimento de 1798 com os “levantes africanos”, possivelmente nos ajuda a reforçar a ideia do pouco interesse pelo movimento rebelde baiano, por parte dos historiadores do final do século XIX, que não levantaram essa questão, diante de um cenário turbulento de mudanças político-sociais. Além disso, o autor nos forneceu mais argumentos para pensarmos nessa exclusão do fato histórico baiano na fase de implantação da República, quando relatou que a principal questão de 1798 foi à exterminação dos preconceitos ligados à diferença de cor, onde para ele:

Os sediciosos de 1798, acobertados com o manto das ideias democráticas, então florescentes e inflamantes com o despontar do 19º século, ocultavam um estímulo bem genuíno que refervia-lhes no coração. A máxima questão para eles não era essencialmente a forma de um governo monárquico, eles discutiam em suas sessões secretas a exterminação dos preconceitos que os acorrentavam ao olvido; revoltavam-se contra a preterição que sofriam pela diferença de cor, era, enfim, a revolução de uma casta que estorcia-se²¹⁹.

Na conclusão do seu artigo, José Carlos Ferreira, chamou a atenção para a importância de se conhecer melhor o movimento de 1798. Para ele, essa nova fase de incertezas, precisava de reformas e as ideias democráticas e igualitárias do evento histórico em questão, poderiam servir de exemplos para tal momento.

Agora mais do que nunca é necessário e urgente que o povo conheça a sua história; estuda-la e aprecia-la imparcialmente será o fato que o há de guiar nesta nova

²¹⁸ FERREIRA, José Carlos. *Princípios Jacobinos- a sedição de 1798 na Bahia*. RIGHB, vol. 7, nº 26, 1900, p. 379-380.

²¹⁹ FERREIRA, 1900, p. 380.

cruzada que se abre cheia de incertezas, onde novas e grandes reformas tem de se suceder simultaneamente ²²⁰.

Apesar da reivindicação de Ferreira, sabemos que os estudiosos não atenderam o seu pedido e o projeto de exclusão dos negros predominou. Contudo ele deixou uma grande contribuição para a historiografia, levantando no final do século XIX, a bandeira da importância do movimento de 1798 para a História do Brasil, relatando que as lutas de mineiros e baianos no passado iluminaram a Proclamação da República. Assim ele descreveu:

Cerquem, impugnem de que quiserem o levante baiano, que não deixará jamais de ser a expressão alta de um patriotismo provado.

Tentaram libertar-se, mas caíram!

Porém dos destroços trucidados destas vitimas, e das lagrimas dos deportados bahianos e mineiros, o anjo da vitória fundio em noventa e tantos no crisol da liberdade, a aurora que iluminou o Brasil em 15 de novembro de 1889 ²²¹.

Ferreira escreveu seu artigo no calor dos eventos que culminaram na queda do Império e instalação da República. Esses acontecimentos ensejaram uma nova leitura do movimento rebelde de 1798. Na visão do autor, 1798 foi o começo de um processo que teve seu desfecho em 15 de novembro de 1889.

Além de reivindicar a importância do movimento de 1798, José Carlos Ferreira, destacou João de Deus do Nascimento como um personagem fundamental nesse enredo, descrevendo que “dentre os vultos mais salientes da sedição destacavam-se os dois pardos alfaiates João de Deus do Nascimento e o soldado Lucas Dantas de Amorim Torres, pela atividade que desenvolviam já nos planos que concebiam, já em conquistar adeptos a sua causa” ²²². Ferreira falou de dois pardos alfaiates, mas só citou João de Deus, talvez quisesse se referir ao outro alfaiate, Manoel Faustino dos Santos Lira, mas não fez referência a este último. Equívocos a parte, o autor ao longo do artigo, deu um bom destaque a João de Deus, principalmente em relação aos planos dos rebeldes, onde afirmou:

Preocupava particularmente a João de Deus o plano que queria por em execução. Nele entravam em primeiro plano o levantamento do povo chamando a liberdade os cativos, o ataque as guardas, o assassinato ao governador e todas as mais pessoas de administração publica, o arrombamento da cadeia, o ataque aos conventos, em uma palavra, a desordem e a confusão.

²²⁰ FERREIRA, 1900, p. 405.

²²¹ FERREIRA, 1900, p. 406.

²²² FERREIRA, 1900, p. 392.

No meio de tudo isso, porém, transparecia entre as sublimidades, que ele entrevia, o indistinto acesso dos pardos e pretos a todos os postos e ministérios públicos e honrosos, ao lado da maior abundância de dinheiro e honrarias ²²³.

Baseado nas denúncias de Joaquim José da Veiga e Joaquim José de Santana, delatores de João de Deus do Nascimento que o colocaram como protagonista do movimento rebelde de 1798, Ferreira acabou descrevendo a denúncia como um fato a ser consumado, analisando que isso causaria “desordem e confusão”. A princípio, o autor pareceu não concordar com o conteúdo dos planos em que o mestre alfaiate estava envolvido, já que na sua conclusão, o desfecho dessa história ligada a atos de violência não seria nada bom. Porém, no decorrer de sua escrita, José Carlos Ferreira, enalteceu o envolvimento de João de Deus, na questão do planejamento para quebra das hierarquias pelo critério da cor, mostrando que no meio de atos reprováveis, existiam planos “sublimes” que o mestre alfaiate vislumbrava. O autor, ainda deu mais destaque a João de Deus ao afirmar que a prisão deste, “fez abortar a sedição” ²²⁴. Como disse o diretor do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Francisco Borges de Barros, no seu artigo em 1917, intitulado, “*Sobre a Conspiração de 1798-1799 na Bahia*”: “[...] é opinião geral ter o antigo funcionário desta repartição José Carlos Ferreira, que nela deixou um traço indelével de sua passagem, feito uma biografia de João de Deus do Nascimento. Entretanto, até hoje nada se tem encontrado neste sentido” ²²⁵.

Pelo visto Ferreira via em João de Deus do Nascimento, um personagem que tinha história para ser contada. O autor deixou transparecer a complexidade do mestre alfaiate, para ele, envolvido em atos depreciativos, como os planos que levariam a “desordem” e por outro lado envolvido em “atos sublimes”, como a quebra das hierarquias socioeconômicas baseadas na cor da pele. A abordagem de Ferreira se diferencia das abordagens de Francisco Adolpho Varnhagen e de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que só viam os pardos envolvidos no movimento de 1798, com o olhar depreciativo. Isso mostrou o início de uma grande virada na análise historiográfica sobre a temática. Tinha a ver com o novo contexto político vívido pelo Brasil.

Porém, nenhuma biografia foi feita sobre João de Deus do Nascimento, nem sobre os seus companheiros mortos em 1799. Nenhuma menção honrosa foi publicamente feita para reconhecê-los no início da instalação da República. O escolhido para representar a nova fase republicana brasileira foi o mineiro Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. O que nos

²²³ FERREIRA, 1900, p. 393.

²²⁴ FERREIRA, 1900, p. 396.

²²⁵ BARROS, Francisco Borges de. *Sobre a Conspiração de 1798-1799 na Bahia*. In: Anais do Arquivo Público da Bahia, Vol. 2, 1917, p. 121.

faz, mais uma vez, recorrermos ao artigo de José Carlos Ferreira, que escreveu reivindicando esse reconhecimento histórico, quando disse:

Como a inconfidência mineira, a sedição de 1798 teve seu desfecho fatal e fúnebre. As mesmas cerimônias, o mesmo cortejo de formalidades necessárias ao cumprimento das ordens régias, enfim, tudo que pudesse atrair a atenção pública para o edificante exemplo do castigo, foi executado fielmente em observância as altas ordens recebidas. Assim como a cabeça de Tiradentes, caíram os corpos inanimados dos sediciosos baianos. Seus corpos esquartejados e divididos, também foram fincados como padrão de ignominioso e nefando crime ²²⁶.

Ora, se os baianos morreram pelo mesmo crime de lesa majestade que Tiradentes foi condenado e tiveram o mesmo ritual macabro de morte, por que somente reconhecer o alferes mineiro? Uma das respostas mais evidentes se mostra justamente no critério da composição racial e social que diferenciava ambos os movimentos que acabou influenciando os planos e os rumos que cada evento revoltoso foi direcionado. A historiografia oitocentista não se calou frente ao evento mineiro, mostrando-se mais pendente para o lado da exaltação e do martírio de Tiradentes. Em relação ao evento baiano, temos basicamente a depreciação e/ou o silêncio, raramente o reconhecimento dos seus participantes que foram enforcados, esquartejados e com seus restos mortais expostos de maneira humilhante pelas ruas de Salvador. O fato é que o evento baiano, além de seguir os ideais que se confrontavam com o regime monárquico, pretendia tocar nas bases sociais que dividiam os indivíduos pela cor.

Apesar da pouca abordagem positiva sobre os punidos com a morte no movimento baiano de 1798, constatamos que nos fins do século XIX, já temos exemplos de mudanças de abordagens. O jornal *O Matto-Grosso*, que se apresentava como “Órgão do Partido Republicano”, foi um exemplo dessa constatação. O periódico de Cuiabá, publicou a continuação de uma matéria que era destinada a “Educação Cívica”, em 3 de junho de 1894, na seção “Folhetim do Matto-Grosso”, com o texto extraído do livro de Rodrigo Otávio, intitulado, “*Festas Nacionais*” ²²⁷. O texto fala de alguns episódios do período colonial importantes para a Independência do Brasil, onde se abriu um espaço para o movimento de 1798, relatando “que a metrópole portuguesa não se cansava de recomendar aos governadores

²²⁶ FERREIRA, 1900, p. 398.

²²⁷ OTÁVIO, Rodrigo. *O MATTO-GROSSO*, Cuiabá, 3 de junho de 1894, p. 1. Rodrigo Otávio Langgard Meneses foi jurista e magistrado, membro do IHGB e membro fundador da Academia Brasileira de Letras, lançando em 1893, seu livro *Festas Nacionais*, pela editora Briguet, Rio de Janeiro. Para saber sobre Rodrigo Otávio, ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As festas que a República manda guardar*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4, 1989, p. 172-189.

das capitâneas, mais severa vigilância para evitar a propagação de ideias subversivas e perturbadoras do bom sono beato que desejava fruir o despotismo”²²⁸. E segue dizendo que:

Não obstante, porém, toda vigilância, o germe trabalhava e, certo dia, D. Fernando José de Portugal, dos mais dedicados e sectários delegados do despotismo, então governador da Bahia, teve denuncia de que em lugares próximos da fortaleza de São Pedro, realizavam-se frequentemente reuniões de brasileiros que chegavam ao desembaraço de, no correr de discussões calorosas, ergueram vivas a liberdade e a Bonaparte.

A conspiração ia arrebentar na rebelião quando a denuncia de um traidor- Joaquim José da Veiga- fez instaurar-se a devassa que levou ao patíbulo os cabeças da conspiração: João de Deus do Nascimento, Luiz Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas e Manoel Faustino dos Santos Lyra, sendo muitos outros sentenciados a prisão e degredo²²⁹.

Podemos perceber como o jornal republicano de Cuiabá vai tratar o caso, adjetivando como despótico, ou seja, absolutista e opressor, a monarquia portuguesa nos tempos coloniais. É importante observamos a caracterização que a matéria dá aos envolvidos no movimento rebelde, classificando o governador d. Fernando José de Portugal e Castro como um dos maiores representantes e correligionários do despotismo português e o ferrador Joaquim José da Veiga como traidor. Outra coisa importante a ser observada é a questão da divulgação dos nomes dos mortos pelo envolvimento no movimento de 1798, nos levando a visualizarmos como os órgãos da imprensa escrita, contribuíram para solidificar aqueles que outrora foram chamados de pardos infames e começaram a ser vistos como patriotas, revolucionários, mártires e heróis. Sendo resgatados pela historiografia produzida na Bahia nas primeiras décadas do século XX, reivindicando a importância do movimento e exaltando os feitos dos seus personagens.

Instaurado a República, o movimento de 1798 começa a figurar no conjunto de acontecimentos importantes da História do Brasil. Nele estariam presentes os elementos precursores da abolição e da República. Seus líderes, entre eles João de Deus, passam a figurar como heróis e visionários de uma nova ordem social e política. Contudo, o ideário de abolição das hierarquias de cor seria silenciado pelos historiadores dos fins do século XIX. Essa era a parte não resolvida da abolição e da República que se pretendia silenciar.

²²⁸ OTÁVIO, 1894, p. 3.

²²⁹ OTÁVIO, 1894, p. 3.

Visões da historiografia no século XX.

De acordo com os estudos de István Jancsó, a historiografia do século XX, vai trazer mudanças e avançar em algumas questões, sobretudo em relação às abordagens anteriores que blindavam “os homens de consideração” e depreciavam ou ocultavam o movimento rebelde baiano de 1798, por causa da participação de pessoas pobres e de cor negra. O autor nos fala que:

Sobre os historiadores da República Velha já não pesava, como imposição ideológica derivada do pertencimento às elites a tolher a objetividade, a conveniência de negar- a não ser que se contentasse a legitimidade dos fundamentos do Estado nacional erigido com base na legalidade dinástica e escravista- a participação num mesmo projeto político, lado a lado, na “Inconfidência Bahiana de 1798”, de homens de diversas extrações sociais. Isso virá quando o ideal de cooperação de classes se fizer valor a ser promovido e divulgado, perspectiva de interpretação, que se vai encontrar em Braz do Amaral e Francisco Borges de Barros ainda que com resultados diferentes ²³⁰.

Os historiadores baianos esforçaram-se para colocarem o movimento de 1798 no quadro dos acontecimentos fundadores do país. Para estes historiadores era preciso tirar o evento em questão, do quadro da história local para ter *status* nacional.

Antes de analisarmos os estudiosos baianos, Francisco Borges de Barros e Braz do Amaral, seguimos pacientemente, em busca do nome de João de Deus do Nascimento e as implicações que fizeram sobre ele na historiografia e nos órgãos de imprensa, nas primeiras décadas do século XX. E nessa busca, encontramos um periódico carioca de 1915, chamado *A.B.C.*, que apresentou uma matéria escrita pelo advogado, jornalista, professor e político baiano, Aurelino Leal, citando o mestre alfaiate. O jornal anunciava na sua capa que seu conteúdo tratava-se de “Política, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes” e a matéria intitulada “A formação constitucional do Brasil, entre o crepúsculo da colônia e alvorada da Nação” falava justamente de política, do processo de implantação da constituição em nosso país, a partir da constituição portuguesa estabelecida em 1820 e os desdobramentos desta aqui ²³¹.

O trecho que nos chamou a atenção foi logo no início da escrita de Aurelino Leal, quando ele afirmou que:

A nossa verdadeira história constitucional começa daquelle ponto que, uma vez fixado, se vao desenvolvendo numa linha recta, curva ou quebrada, pouco importa,

²³⁰ JANCÓS, 1996, p. 20.

²³¹ LEAL, Aurelino. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1915, p.8.

mas sempre uma linha. E este ponto, este marco, lançou-o na história do Brasil o levante de setembro de 1820.

Fora desta concepção, o historiador não teria só que rememorar o movimento pernambucano, mas a revolução dos *Mascates*, com o seu sinhô de “governo republicano á semelhança do de Veneza”; o da *Inconfidência Mineira*, que se tornou inolvidável pelo martírio de Tiradentes, e até o da tentativa falha do alfaiate João de Deus do Nascimento, na Bahia, traído com seus companheiros por três delatores, em 1798. Cobia-lhes, talvez, um capítulo, em que se quisesse estudar os precursores do constitucionalismo brasileiro ²³².

Apesar do conteúdo da matéria de Aurelino Leal não falar especificamente sobre o movimento de 1798, notamos que o autor utiliza o nome de João de Deus do Nascimento para identificar o evento baiano, fazendo questão de frisar “a tentativa falha” do mestre alfaiate em convidar para a revolta aqueles que foram seus delatores. Não sabemos se foi somente esse o fator que levou o autor a usar o nome de João de Deus para exemplificar o evento em questão, mas pensamos que esse tipo de escrita, serviu para solidificar o nome do personagem como símbolo do movimento rebelde de 1798, dando uma impressão dele enquanto papel de destaque e/ou liderança, na medida em que seu nome foi o único a ser citado, apesar de parecer, segundo o autor, que o mestre alfaiate foi o responsável pelo fracasso do movimento. Mas Aurelino Leal pretendeu inserir o movimento de 1798 no quadro dos grandes acontecimentos fundadores do Brasil, admitido na sua base constitucional.

Em 1917, Francisco Borges de Barros, que foi diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia, deu um bom destaque a João de Deus do Nascimento em seus escritos contidos nos anais do órgão, com o título, “*Sobre a Conspiração de 1798-1799 na Bahia*” ²³³. O autor exaltou a figura do mestre alfaiate em sua participação no movimento de 1798, dizendo que “a todos sobrelevou, em importância, já pela clarividência de espírito e integridade de caráter, o pardo alfaiate João de Deus do Nascimento” ²³⁴. Ao falar da participação de Francisco Muniz Barreto e sua ligação com o mestre alfaiate, Barros demonstrou, mais uma vez, sua exaltação a João de Deus, afirmando que o professor “vindo a capital em 1797, contristado com os fatos selvagens que se passavam na mineração, aliou-se a figura principal da conspiração- João de Deus do Nascimento e com ele e seus companheiros principiou agir” ²³⁵.

Como vimos, para Francisco Borges de Barros, João de Deus era a figura principal da conspiração, um sujeito ativo no evento rebelde, tendo sua tenda como um local de constantes reuniões e se mantendo firme até o fim. Ao falar das punições aos envolvidos, Barros afirmou

²³² LEAL, Aurelino. *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1915, p.8.

²³³ BARROS, Francisco Borges de. *Sobre a Conspiração de 1798-1799 na Bahia*. In: Anais do Arquivo Público da Bahia, Vol. 2, 1917.

²³⁴ BARROS, 1917, p. 121.

²³⁵ BARROS, 1917, p. 122.

que “nem todos se mantiveram firmes no seu ideal como fizera João de Deus do Nascimento”²³⁶. Vê-se que na contra mão dos depoimentos e contra as interpretações dos historiadores oitocentistas, Borges de Barros busca reabilitar a personalidade de João de Deus exaltando a sua “integridade de caráter”. Para integrar o movimento de 1798 era preciso depurar seus personagens da desqualificação moral que foram vítimas durante as devassas e nas interpretações que foram feitas no século XIX. Além dessa exaltação ao mestre alfaiate, o antigo diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia, falou de uma homenagem aos pardos mortos na Praça da Piedade, revelando que “no dia 8 de novembro do corrente ano (1917) foi colocada uma lápide no Arquivo Público, em homenagem aos mártires de 1799”²³⁷. Podemos perceber a mudança nas abordagens dos antigos “pardos infames”, que agora ganham homenagens, são citados e analisados de maneira não depreciativa e passam a ser chamados de “mártires”.

O jornal baiano, *O Combate*, publicou uma matéria em 4 de julho de 1927, na seção “Documentos da História”, trazendo um texto datado de março de 1918, escrito pelo historiador e diplomata, Oliveira Lima, sobre “*Uma conspiração na Bahia*”²³⁸. O autor teceu elogios a Francisco Borges de Barros, pela divulgação do movimento de 1798 e aproveitou para falar do provável motivo do esquecimento da revolta, dizendo que:

Essa conspiração era de todo ignorada e as que se interessam pelas coisas do nosso passado devem agradecer ao erudito bahiano o tela revelado. Porque ficou assim no esquecimento? Talvez porque a gente que nela andou metida não era gente de consequência - um pardo alfaiate, João de Deus do Nascimento, um soldado, Luiz Gonzaga das Virgens, outros pelo estylo²³⁹.

Será que Oliveira Lima, ao descrever que João de Deus do Nascimento e Luís Gonzaga das Virgens, “não era gente de consequência”, deveria estar se referindo a questão da pobreza e a questão racial destes, denunciando que por tais razões, o movimento rebelde de 1798, teria ficado no esquecimento? Ao que parece, não ser “gente de consequência” é a expressão utilizada por Oliveira Lima para contornar a evidência de que eram negros e pardos, e por isso, eram silenciados. O nosso questionamento é feito, principalmente por que o autor teceu elogios ao governador d. Fernando José de Portugal e Castro, a qual chamou de

²³⁶ BARROS, 1917, p. 122.

²³⁷ BARROS, 1917, p. 122

²³⁸ LIMA, Oliveira. *O Combate*, 4 de junho de 1927, p.2. A matéria foi publicada em 1927, mas o texto vem assim assinado no final: “Paramirim, março de 1918. Oliveira Lima”.

²³⁹ LIMA, Oliveira. *O Combate*, 4 de junho de 1927, p.2.

“bondoso”, mesmo após ter afirmado que por ordem desta autoridade regia, ocorreu o enforcamento dos 4 pardos ²⁴⁰.

Oliveira Lima analisou os escritos de Francisco Borges de Barros e destacou os elogios feitos pelo diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia ao mestre alfaiate, falando do trecho em que o professor Francisco Muniz Barreto, vindo de Rio de Contas, trazendo as denúncias da opressão do governo na região mineradora da Bahia, chegou a Salvador em 1797 e “entrou na conspiração urdida pelo pardo Nascimento de quem Borges de Barros elogia em extremo ‘o animo decidido, a clarividência de espirito e a integridade de caráter’” ²⁴¹. O autor não pareceu concordar com o elogio de Borges de Barros, feito a João de Deus do Nascimento, no qual chamou de “extremo”.

Será que o fato de dizer anteriormente que João de Deus do Nascimento e seus companheiros “não era gente de consequência” estaria ligado aquela linha de análise feita por estudiosos do século XIX, que depreciaram o mestre alfaiate? Talvez, Oliveira Lima não concordasse com todo elogio feito a João de Deus do Nascimento, sobretudo o fato de Borges de Barros dizer que o mestre alfaiate foi a “figura principal” do movimento de 1798 e isso nos faz enxergarmos traços depreciativos do autor diante de sua conclusão sobre o personagem em questão. Porém, Oliveira Lima, vai amenizar ao dizer: “Vê-se que a conspiração baiana não chegou a ser uma revolução pernambucana de 1817, mas foi alguma coisa mais do que conspiração mineira [...]. Havia mais trabalho feito, havia mais do que conversas patrióticas” ²⁴². Neste sentido, percebemos que o autor buscou dimensionar a importância do evento no quadro dos acontecimentos que deveriam figurar na História Nacional.

Durante o ano de 1922, em ocasião do centenário da Independência do Brasil, surgiram algumas matérias em jornais e escritos sobre o movimento de 1798 e seus personagens. O próprio Francisco Borges de Barros escreveu um artigo com o título, “*Symptomas de uma época- Sedição de 1798*”, onde falava sobre “as origens do movimento revolucionário” ²⁴³. No artigo, Barros afirmou que “João de Deus do Nascimento e seus três companheiros tiveram o mesmo papel que Tiradentes” ²⁴⁴. Podemos perceber mais uma vez que somente o nome do mestre alfaiate foi citado como representante dos que lutaram e morreram. E, justamente sobre essa questão da luta e da morte no movimento de 1798, Barros

²⁴⁰ LIMA, Oliveira. *O Combate*, 4 de junho de 1927, p.2

²⁴¹ LIMA, Oliveira. *O Combate*, 4 de junho de 1927, p.2.

²⁴² LIMA, Oliveira. *O Combate*, 4 de junho de 1927, p.2.

²⁴³ BARROS, Francisco Borges de. *Symptomas de uma época- Sedição de 1798: as origens do movimento revolucionário*. In: Anais do Arquivo Público da Bahia, Vol. 9, 1922.

²⁴⁴ BARROS, 1922, p. 22.

exaltou o mestre alfaiate dizendo que “João de Deus, portando-se com coragem, encarnou a alma revolucionária e morreu com denodo”²⁴⁵. Podemos perceber que Francisco Borges de Barros tinha um olhar especial sobre João de Deus do Nascimento, elencando nesse sujeito histórico, inúmeras qualidades, como “integridade de caráter”, “coragem”, “firmeza”, “alma revolucionária” e até a bravura na hora da morte, mostrando o contrário da depreciação imposta a João de Deus, por vários contemporâneos depoentes nas devassas e por parte da historiografia do século XIX. Justamente era preciso retirar do caminho da depreciação um indivíduo para o qual se reivindicava o protagonismo de um evento fundador da Pátria.

Na imprensa, o jornal político carioca, *O Imparcial*, publicou uma matéria em 29 de março de 1922, com o título “*Os que morreram pela Independência...*”, assinada pelo historiador e jornalista, Francisco de Assis Cintra, que assim descreveu: “Em 8 de novembro de 1799 sobem os degraus do patíbulo na cidade da Bahia, os republicanos João de Deus de Nascimento, Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas e Manoel Faustino dos Santos Lira”²⁴⁶. Apesar de só falar essa parte sobre os personagens, é importante perceber o reconhecimento dos pardos baianos como aqueles que, de alguma forma, ajudaram no processo de Independência do Brasil, sendo chamado de “republicanos”, num duplo reconhecimento, já que podem ser vistos como aqueles que pensaram e morreram pela causa republicana, ainda na fase colonial.

Portanto, no centenário da Independência buscava-se colocar o movimento de 1798 no conjunto dos fatos que deviam figurar na História Nacional. É interessante que essa disputa se deu no centenário de um acontecimento que também carregava a marca de ter fundado o Brasil como país.

O jornal baiano, *A Tarde*, publicou uma nota, em 12 de agosto de 1922, anunciando uma série de matérias que seriam publicadas nos periódicos do mês, mostrando a ação do deputado Egas Moniz, com o seguinte enunciado: “Uma Reivindicação Histórica- Um deputado lembra que houve uma Inconfidência Bahiana e propõe um monumento aos nossos Martyres”²⁴⁷. Em seguida a nota descreveu:

Hontem, na câmara dos deputados, foi posto em 1ª discussão o projeto nº 222, que autoriza o governo a mandar erigir na Praça 13 de Maio (antiga Piedade) um monumento em memória dos 4 martyres da Inconfidência Bahiana, que ali subiram no patíbulo expiando suas aspirações de liberdade e democracia²⁴⁸.

²⁴⁵ BARROS, 1922, p. 22.

²⁴⁶ CINTRA, Francisco Assis. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1922, p.2.

²⁴⁷ *A Tarde*, Salvador, 12 de agosto de 1922, p.1.

²⁴⁸ *A Tarde*, Salvador, 12 de agosto de 1922, p.1.

A reivindicação de Egas Moniz, sobre a discussão na câmara dos deputados para aprovação do projeto de reconhecimento dos pardos baianos mortos em 1799, com um monumento a ser erguido na localidade da morte deles, foi noticiada no jornal, *Correio Paulistano*, do dia 13 de agosto de 1922, que publicou na parte da Bahia, um pequeno texto intitulado “Um monumento aos quatro martyres da Inconfidência bahiana”, onde assim descreveu:

S. Salvador – 12 (A) – Na sessão de hoje da câmara, foi apresentado um projeto que autoriza o governo erigir na Praça 13 de Maio, um monumento comemorativo dos 4 martyres da inconfidência bahiana ali enforcados, que foram João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas Amorim Torres, Luiz Gonzaga das Virgens e Manuel Faustino Santos Lyra²⁴⁹.

Como havia anunciado no periódico baiano, o médico, político e membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Egas Moniz, publicou no jornal *A Tarde*, três artigos, respectivamente, nos dias 15, 18 e 26 de agosto de 1922, com o tema “*Uma Reivindicação Histórica: A Inconfidência Baiana (1798-1799)*”, onde o autor denunciou o pouco conhecimento na época sobre o movimento rebelde, relatando, especialmente no artigo do dia 15 de agosto de 1922, a falta de atenção dada pelos historiadores após a execução dos cadáveres dos quatro baianos mortos no evento.

[...] como uma enorme pedra imediatamente desceu sobre os nomes dos nossos desventurados inconfidentes, apagando na retina dos historiadores e da posteridade ingrata até a lembrança de tão importante acontecimento político-social²⁵⁰.

Ainda nesse artigo do dia 15 de agosto de 1922, nos chamou a atenção o apelo que Egas Moniz fez reivindicando a atenção ao movimento rebelde baiano, dizendo que “a inconfidência mineira tem merecida e carinhosa atenção dos nossos historiadores”²⁵¹, afirmando a pouca atenção dada ao evento de 1798 e relatando o projeto que apresentou na câmara dos deputados para preservação da memória dos mortos na Piedade em 1799.

Por tal motivo, afigurou-se-me útil e equitativo apresentar a nossa Câmara dos Deputados um projeto autorizando o Governo a mandar erigir na Praça 13 de Maio um monumento a memória dos quatro mártires que pagaram com a vida a ousadia de levantar, em pleno domínio da metrópole, a bandeira da República²⁵².

²⁴⁹ *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 de agosto de 1922, p.2. A nota no jornal não traz o nome do autor.

²⁵⁰ MONIZ, Egas. *A Tarde*, Salvador, 15 de agosto de 1922, p.1.

²⁵¹ MONIZ, Egas. *A Tarde*, Salvador, 15 de agosto de 1922, p.1.

²⁵² MONIZ, Egas. *A Tarde*, Salvador, 15 de agosto de 1922, p.1.

No último artigo, publicado no dia 26 de agosto de 1922, o deputado Egas Moniz assim concluiu:

Cumpra que a geração contemporânea guarde bem na memória os nomes desses 4 bahianos que pagaram com a vida o nefandíssimo crime de sonhar com os idéias republicanas.

Eis os seus nomes: Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga, Lucas Dantas de Amorim Torres e João de Deus do Nascimento.

Humildes filhos do povo e pelo povo até hoje esquecidos, como se fosses vulgaríssimos condenados pela justiça dos reis assyrios ou chineses mil anos antes de Christo de certo não mereciam esses Martyres da evolução republicana democrata nacional, além da força infamante, o desprezo das gerações contemporâneas que respiram o oxygenio da liberdade ²⁵³.

Não sabemos por que Egas Moniz não citou Manoel Faustino entre os nomes daqueles que seriam homenageados. Também não sabemos se o projeto foi aprovado ou se o monumento foi realmente erguido na Praça 13 de Maio, em Salvador, no de 1922, pois não encontramos notícias neste sentido. Mas fica registrado, pelo menos, o interesse no reconhecimento dos chamados “mártires da Inconfidência Baiana”, com solicitação aos órgãos oficiais do governo baiano. Egas Moniz se destacou como uma voz favorável à preservação da memória dos que morreram em 1799, pois, para o autor a “Inconfidência Baiana representa um dos mais gloriosos padrões de civismo e da heroicidade do grande povo baiano” ²⁵⁴. Porém em seu discurso a cor da pele dos rebeldes foi silenciada.

Egas Moniz não citou nenhuma particularidade sobre João de Deus do Nascimento, porém, o incluiu na lista dos que deveriam ser homenageados e guardados na memória dos seus contemporâneos. Podemos assim concluir que a questão da visão dos pardos baianos, adjetivados como “mártires”, ganhava força. Além disso, a heroicidade, ou seja, a questão do heroísmo dos mortos em 1799, também passou a fazer parte dos novos adjetivos usados para falar deles.

Ao que parece, por causa do centenário da Independência, esse reconhecimento foi ganhando mais força e já no ano seguinte, em função das comemorações do centenário do 2 de Julho na Bahia, saiu uma nota no periódico carioca, *O Jornal*, dizendo que:

A comissão executiva dos festejos do centenário da independência da Bahia resolveu collocar na Praça da Piedade, uma placa de mármore com as seguintes palavras: “No centenário da independência os bahianos comemoram o sacrificio de

²⁵³ MONIZ, Egas. *A Tarde*, Salvador, 26 de agosto de 1922, p.1. Não falamos da matéria do dia 18 de agosto de 1922, pois ela trata exclusivamente dos boletins manuscritos.

²⁵⁴ MONIZ, Egas. *A Tarde*, Salvador, 26 de agosto de 1922, p.1.

João de Deus do Nascimento, Luiz Gonzaga Virgens, Lucas Dantas, Luiz Pires e Manoel Faustino, que, neste lugar morreram pela mesma causa [...]”²⁵⁵.

Podemos perceber como a imprensa em diversos lugares do Brasil passou a noticiar atos em homenagem aos pardos baianos, sendo inclusive incluído o nome de Luiz Pires, que foi condenado a morte, mas fugiu quando se iniciaram as prisões e jamais foi achado. Monumentos, placas e diversos adjetivos, dando créditos positivos aos feitos daqueles homens mortos em 8 de novembro de 1799, foram sugeridos e começaram a marcar a preservação da memória destes, fazendo-os ficarem mais conhecidos e reconhecidos, especialmente no solo baiano.

Quem ajudou a divulgar o movimento de 1798 e seus personagens de maneira intensa, foi o médico e estudioso baiano, Braz Hermenegildo do Amaral. Em conferência feita em 25 de junho de 1926, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com o título “*A Conspiração Republicana da Bahia de 1798*”, ele mostrou a importância do evento rebelde para a História do Brasil, onde solicitou uma nota preliminar na publicação em que “ficasse acentuada a circunstância de ter sido a conspiração da nossa Bahia o primeiro movimento em cujo programa se encontra incluído o pensamento de **libertar os escravos**”²⁵⁶. Em Braz do Amaral o movimento baiano de 1798 estava conectado com a República e a Abolição. Portanto duas questões que a diferenciavam da “Inconfidência Mineira”. Além do discurso valorizando o movimento pela agenda da liberdade dos cativos, o autor falou dos “elementos que formaram a conspiração”, onde chamou os participantes de “revolucionários baianos” e destacou João de Deus do Nascimento, dizendo que:

Faz piedade, entretanto, notar que João de Deus, enforcado e esquartejado depois, tinha oito filhos, dos quais o mais idoso chegava apenas aos doze anos.

Era alfaiate e tão pobre, que, na manhã do dia 26 de Agosto, quando foi preso, tinha em seu poder a exígua quantia de 80 réis, estritamente o suficiente para sustentar a sua numerosa família.

Sendo conduzido ao segredo, também foi a sua mulher e deve-se imaginar o que teriam padecido oito crianças tão pobres, por causa da crueldade e da intolerância de uma sociedade que pouco depois, ia julgar excelentes algumas das ideias liberais pelas quais ele morreu e sofreram os seus filhos.

É bem digno de reflexão isto, porque, apesar da repulsa que sempre causa a maldade, se reproduzem em todos os tempos factos análogos, e, por falta de moderação nas paixões políticas, aparecem abusos e excessos de poder, sem que ocorra a governantes e magistrados como serão verberadas na posteridade as suas más accões, quando serão talvez absolvidos os condenados, como martyres de

²⁵⁵ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1923. A nota não faz referência a nenhum autor. Além disso, o texto comete o equívoco de elencar entre os homenageados o Luiz Pires e erra na data final da morte dos 4 pardos, dizendo que foi em 8 de novembro de 1796.

²⁵⁶ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *A Conspiração Republicana da Bahia*. RIGHB, Salvador, V. 52, 1926, p. 113. O artigo foi publicado com o mesmo título na RIGHB, Rio de Janeiro, tomo 99, v. 153, 1926.

grandes causas, e flagelados os juizes parciais, considerados instrumentos de opressão²⁵⁷.

Podemos notar que Braz do Amaral, relatou a condição de pobreza de João de Deus e sua numerosa família, tomando partido na defesa do personagem. Apesar de cometer um equívoco, sobre a quantidade de filhos do mestre alfaiate, é importante perceber que o autor exaltou a luta e o sacrifício deste, que acabou sendo brutalmente morto pela ordem do governo nos fins do século XVIII. A condição de pobreza de João de Deus do Nascimento, relatadas por Braz do Amaral, nos faz pensar numa possível construção da imagem de mártir popular. Isso, de certa forma, fazia com que a figura de João de Deus fosse comparada aos diversos brasileiros que viviam em situação de pobreza, tendo aquele exemplo como inspiração de suas lutas, não pela punição final, mas pelos “ideais liberais” que, segundo o autor, o mestre alfaiate propagou e que na época contemporânea, a sociedade iria julgar como ideais excelentes. Para Braz do Amaral, homens como João de Deus foram “mártires de grandes causas”. Apesar de silenciar quanto à cor da pele do mestre alfaiate, o autor deixou transparecer que, além de pobre, João de Deus era portador de paixão política e suas ideias, só mais tarde seriam aceitas.

Em 1927, Braz do Amaral publicou outro artigo na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, intitulado, “*Esclarecimentos pelo qual se preparou a Independência*”, colocando o movimento de 1798 como um acontecimento precursor da separação política do Brasil, referindo-se ao evento baiano como a “*Conjuração de João de Deus*”²⁵⁸, citando o termo dado pelo cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro em 1860. Porém sabemos que os dois autores tiveram abordagens completamente diferentes em relação ao mestre alfaiate. Enquanto o cônego depreciou o evento e seus participantes das camadas populares, libertos e escravizados do movimento rebelde, Braz do Amaral vai fazer o oposto, levantando a bandeira do diferencial positivo do evento enquanto percussor da agenda de libertação dos cativos e vai exaltar a participação daqueles que ele chamou de “revolucionários” e “mártires”, especialmente os 4 mortos em 1799. O autor reproduziu o nome de João de Deus para se referir ao movimento de 1798, numa forma de protagonizar o nome e as ações do mestre alfaiate, só que positivamente. Mas isso tinha um sentido e uma intenção. Era preciso eleger um herói e João de Deus aparecia como o personagem mais apropriado a figurar como herói nacional.

²⁵⁷ AMARAL, 1926, p.120.

²⁵⁸ AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Esclarecimentos pelo qual se preparou a Independência*. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 101, v. 155, 1927, p. 361.

Outro exemplo importante de utilização do nome de João de Deus do Nascimento como referência do movimento de 1798, foi dado pelo historiador Austrícliano de Carvalho, no seu livro, “*Brasil Colônia e Brasil Império*”, publicado em 1927. Ao falar do movimento rebelde baiano, o autor o intitulou como “*Bahia. Conjuração de João de Deus, em 1798*” e iniciou seu texto dizendo que: “É vez agora, dos humildes, do povo, dos irmãos de Felipe dos Santos, numa conspiração que não chegou a ser uma revolução pernambucana de 1817, porque não rebentou, mas foi alguma coisa mais do que a conspiração mineira de 1789. Havia mais trabalho feito, havia mais do que conversas patrióticas, di-lo Oliveira Lima [...]”²⁵⁹. Nessa passagem o autor utilizou os escritos de Oliveira Lima na construção do seu texto, acrescentando e afirmando o caráter popular da revolta, para ele, feita pelos “humildes”.

Austrícliano de Carvalho também utilizou o termo do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, para identificar o movimento de 1798. Mas, não depreciou o mestre alfaiate, pelo contrário, destacou diversas passagens de João de Deus do Nascimento ao longo do seu texto, colocando-o entre os nomes principais do movimento rebelde baiano, como a questão do envolvimento dele com o oficial inglês, falando que as informações trocadas por ambos sobre o exército e nação inglesa serviram como “objecto das cogitações do alfaiate para melhorar a sorte das praças de nossos regimentos [...]”²⁶⁰. Notamos que a depreciação não estava mais no horizonte da interpretação e sim, definir a estatura e importância do fato no conjunto dos acontecimentos a figurarem na História Nacional. Para isso era preciso reabilitar o movimento e seus personagens tão depreciados pelos estudiosos no século XIX.

Carvalho falou dos planos do “proletariado doutrinado” para o estabelecimento do governo democrático, destacando o mestre alfaiate como aquele que “ia mais longe na sua doutrinação”²⁶¹. O autor ainda chama a atenção para a igualdade e a quebra dos privilégios baseados na cor, dizendo que:

João de Deus, o alfaiate cachoeirano, ia mais longe na sua doutrinação, e delle declarou o soldado Ignacio Pimentel, que era um *doido*, pronunciador de discursos libertinos, cheios de proposições animosas contra o Estado e as tropas, pondo-as em paralelo com as da Inglaterra de referencia ao soldo, segundo regulamento presente em juízo, cujos cálculos ajudara a fazer, e que o alvo do alfaiate era erigir o continente do Brasil em governo republicano, livre e independente, com acesso dos pardos e pretos aos postos administrativos, aos ministérios e honrarias, abrindo os portos aos estrangeiros, dando liberdade aos captivos, estabelecendo fabricas,

²⁵⁹ CARVALHO, Austrícliano de. *Brasil Colônia e Brasil Império*. Tomo I, *Brasil-Colônia*, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio Rodrigues e C. 1927, p 444-445. O autor cita Oliveira Lima, que havia feito um estudo em 1918, intitulado “*Uma Conspiração na Bahia*”, que foi publicado no jornal baiano, *O Combate*, em 1927.

²⁶⁰ CARVALHO, 1927, p. 448-449.

²⁶¹ CARVALHO, 1927, p. 452.

manufaturas e novas minas, sem precisão de Portugal! E mais, que os meios de execução seriam: atacar as guardas, prender o Governador e dar-lhe a morte, se não quisesse ser o presidente da Republica, arrombar as cadeias, investir contra os mosteiros [...]²⁶².

Observando o elenco do plano de ações que Austricliano de Carvalho atribuiu à agenda do João de Deus do Nascimento, pensamos que a citação do autor se mostra como uma possível razão para ele ter repetido o título dado pelo cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, colocando o mestre alfaiate como protagonista dessa história, mas, com outra visão. Na descrição da morte dos 4 pardos baianos, o autor refere-se a eles como “patriotas pelo martírio, a 8 de novembro de 1799” e seguiu dizendo que: “O monumento que a Bahia deve aos seus primeiros martyres republicanos ainda está por ergue-se. Apenas uma lapide comemorativa no seu Archivo Publico, da iniciativa do seu Diretor, lembra o pavoroso supplicio [...]²⁶³”.

É interessante notarmos que Austricliano de Carvalho falou da placa colocada no Arquivo Público do Estado da Bahia, provavelmente em 1917, durante a gestão do diretor Francisco Borges de Barros, confirmando a informação deste contida nos anais do órgão. Outra informação preciosa que Carvalho forneceu, diz respeito ao monumento que seria erguido na Praça da Piedade para homenagear os mortos de 1799, através do projeto do deputado Egas Moniz, mostrando que essa homenagem, passados cinco anos, ainda não tinha sido feita.

Austricliano de Carvalho finalizou seu texto fazendo uma crítica aos escritos de Francisco Adolpho Varnhagen pela depreciação feita por este, ao movimento de 1798 e aos personagens pobres e, de alguma forma, ligados aos negros, classificando o autor do século XIX como fanático monarquista e racista, dizendo que: “O socialismo e comunismo que Warnhagem, o futuro visconde de Porto Seguro, nelles enxergou, com os oculos do seu fanatismo manarchista e dos preconceitos de raça, que tantas vezes o fez falir nos estudos históricos [...]²⁶⁴”. Na defesa desses “humildes”, Carvalho continuou alfinetando Varnhagen, ao afirmar que: “Não eram, pois, tão boçaes como se lhe afiguro os artífices bahianos, traduzindo numa lingua inculta as ideias que lhes pejara a alma, inspirados pela nata da capitania, que soube ocultar-se, ou defender-se”²⁶⁵. Com isso o autor, deixou uma análise

²⁶² CARVALHO, 1927, p. 452.

²⁶³ CARVALHO, 1927, p. 453.

²⁶⁴ CARVALHO, 1927, p. 454.

²⁶⁵ CARVALHO, 1927, p. 454.

mostrando que os mortos baianos não eram ignorantes, porém não tiveram recursos para escapar da morte.

O escritor e jornalista, Viriato Corrêa, escreveu sobre o movimento de 1798, tendo seus estudos publicados na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 1932, com o título “*A Conspiração dos Busios*”²⁶⁶. O autor falou da participação de João de Deus do Nascimento na revolta, destacando o mestre alfaiate como uma das lideranças do movimento, porém apontando a atitude precipitada deste, em convidar as pessoas para a reunião no Dique do Desterro. Na análise de Corrêa, essa vai ser a causa para o fracasso do evento baiano. E assim ele descreveu:

O alfaiate João de Deus, que era uma das bussolas da revolta começou a meter os pés pelas mãos, o seu pavor era que Luiz das Virgens, apertado nos interrogatórios desvendasse todos os segredos dos conjurados. Era portanto urgente precipitar os acontecimentos, dar com antecedência o golpe inicial. Mas não havia ultimação do plano, não estava ainda amadurecido o aparelhamento das forças. Nada disso vio o pobre agitador. Saiu de casa em casa, a avisar os companheiros. E nesse afan de congrega-los da noite para o dia, perde deploravelmente o senso de discrição e de conveniência. Até estranhos convida para o levante. Era inevitável o desastre. Nessas ocasiões aparecem sempre os caçadores de prêmios: três dos estranhos convidados a ultima hora, correm ao governo para denunciar o golpe²⁶⁷.

Corrêa falou da decepção do mestre alfaiate, por conta da falta de pessoas na reunião do Dique, dizendo que “[...] a desilusão de João de Deus foi logo á chegada: poucos, muitos poucos os companheiros que tinham atendido ao seu convite”²⁶⁸. A partir daí o autor passou a falar das prisões que ocorreram após a frustrada reunião e as condenações que fecharam de maneira trágica o movimento iniciado em 1798, referindo-se aos quatro mortos em 1799, como: “Os martyres que perderam a vida na manha de 8 de novembro na Praça da Piedade, por ser a mais publica”²⁶⁹.

Viriato Corrêa pareceu oscilar na sua análise dos personagens punidos com a morte na forca, pois ora chamou-os de mártires e logo em seguida, na tentativa de descrevê-los, chamou- os de doidos, quando disse: “Quem eram essas criaturas? Uns pobres desgraçados, sonhadores, doudos, tão doudos que acreditavam que eram capazes naquelle tempo, de pôr abaixo o domínio da realza”²⁷⁰. Não sabemos a real intenção do autor ao classificá-los como doidos. Podemos analisar que Corrêa quis demonstrar com suas palavras a atitude

²⁶⁶ CORRÊA, Viriato. *A Conspiração dos Búzios*. Revista do IGHB, Salvador, v.58, 1932, p.369-385. O texto foi extraído de artigos do autor, publicados no Jornal do Brasil de 16 e 17 de abril de 1932.

²⁶⁷ CORRÊA, 1932, p. 381-382.

²⁶⁸ CORRÊA, 1932, p. 382.

²⁶⁹ CORRÊA, 1932, p. 383.

²⁷⁰ CORRÊA, 1932, p. 384.

inconsequente, mas corajosa, de um grupo de pessoas pobres diante de um desafio gigantesco que seria desafiar e/ou derrubar o governo monárquico lusitano. Por outro lado, pensamos na possibilidade do autor realmente está tecendo seu comentário em cima daquilo que ele achou do movimento de 1798: loucura. Porém ao destacar o martírio dos 4 baianos enforcados e esquartejados, nos inclinamos a pensar na hipótese da análise do autor voltada para a atitude de extrema coragem daqueles indivíduos.

João de Deus do Nascimento ficou marcado na análise de Viriato Corrêa como um homem precipitado, responsável pelo fracasso da revolta, mas ainda assim, um mártir. Como o autor descreveu no final, utilizando até uma passagem ligada a pobreza do mestre alfaiate, descrita por Braz do Amaral, afirmando que:

O terceiro mártir era aquelle João de Deus do Nascimento, que precipitou o levante, fazendo-o fracassar. Pobre homem. Uma família enorme. Só filhos- 8 e, o mais velho, tão criança que não tinha ainda 12 annos. Ao ser preso na sua tenda de alfaiate, à rua Direita do Palacio, só se encontrou com elle a triste quantia de 80 réis

²⁷¹

Portanto, João de Deus foi visto por Corrêa como um mártir, mas um mártir irresponsável e que fez precipitar um movimento fadado ao fracasso. Pesava ainda sobre esse herói a condição de pobreza.

Em 1938, o historiador, jornalista e político baiano, Luiz Vianna Filho, publicou a sua obra “*A Sabinada*”, dedicando um capítulo no qual intitulou de “*Inconfidência Baiana*”, chamando logo a atenção do leitor sobre o esquecimento dos mortos por causa da revolta, dizendo que: “A nação se comoveu mais com o sacrifício dos intelectuais mineiros e pernambucanos do que com o enforcamento dos humildes baianos de 1798, e, por isso, depressa esqueceu a estes” ²⁷². O autor destacou a ação do mestre alfaiate, baseando nos Autos, para dizer que “João de Deus, humilde alfaiate, aliciava companheiros, assegurando que seria ‘extinta a diferença de cor branca, preta e parda’” ²⁷³.

Vianna descreveu a agenda dos participantes populares do movimento rebelde e condenou a dura ação do governo, dizendo que “contra os menos favorecidos, o castigo foi implacável”, denunciando a brutal pena de enforcamento, esquartejamento e exposição dos

²⁷¹ CORRÊA, 1932, p. 384.

²⁷² VIANNA FILHO, Luís. *A Sabinada*. Salvador, EDUFBA/Fundação Gregório de Mattos, 2008, p. 27. A 1ª edição é de 1938, originalmente publicado no Rio de Janeiro pela Livraria José Olympio.

²⁷³ VIANNA FILHO, 1998, p. 29. Anteriormente a esta citação, o autor fala de passagem da denúncia de Joaquim José de Santana que acusou João de Deus de planejar ações ligadas à abertura dos portos.

restos mortais, daqueles que o autor chamou, pelo triste fim, de “desgraçados inconfidentes baianos”²⁷⁴.

Percebemos que o movimento de 1798 e seus personagens foram ficando cada vez mais conhecidos, sendo ampliados com os estudos do historiador baiano Affonso Ruy e a publicação, em 1942, do livro “*Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*”²⁷⁵, que para István Jancsó foi o “autor da obra mais conhecida e citada”²⁷⁶ até aquele contexto histórico, tendo um grande significativo desta obra “na importância que confere a difusão das idéias, através do que acaba por remeter à questão das práticas culturais no circuito elite-massas populares”²⁷⁷. O livro de Affonso Ruy levou a temática a avançar do âmbito regionalista, sem romper com esta, para o âmbito nacional, fazendo à temática e seus personagens ficarem mais conhecidos na nação.

Ruy escreveu nessa obra, diversas passagens envolvendo João de Deus do Nascimento, dando-lhe características e adjetivos que ajudam a enriquecer o nosso trabalho de pesquisa, mostrando o olhar do autor diante da exaltação dos participantes do evento, sobretudo daqueles que foram julgados e depreciados no passado. Assim ele descreveu:

Como em todos os movimentos que abalam os regimes, apareceram os primeiros apóstolos. São incansáveis na pregação revolucionária, eloquentes na catequese, impondo-se pela sua inquebrantável firmeza, pela convicção da vitória e exemplo de coragem aos seus companheiros e adeptos. Entre os operários e libertos surgiram como chefes João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino Santos Lira, alfaiates, e Luís Pires, oficial lavrante; na tropa, entre a soldadesca paga e os batalhões das milícias, Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens²⁷⁸.

Para Affonso Ruy o movimento adquire a condição de “revolução social” e não “sedição” ou “inconfidência”. Portanto, a revolta foi protagonizada por “operários e libertos”. Era isso que lhe conferia o estatuto de revolução.

A respeito da prisão do mestre alfaiate, Ruy vai dizer que “João de Deus, malgrado a fama de valentão e sua péssima conduta, surpreso, deixou-se prender e encerrar nos segredos da prisão”²⁷⁹. É importante notarmos que o autor não poupou João de Deus do Nascimento em sua análise, inclusive relatando o episódio em que este se envolveu, ferindo com uma faca

²⁷⁴ VIANNA FILHO, 1998, p. 31.

²⁷⁵ RUY, Affonso. *Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*, 1ª edição, Editora Nacional, São Paulo, 1942. Em nossa pesquisa utilizaremos o livro da 2ª edição, publicado em 1978, pela Editora Brasileira/ Companhia Editora Nacional, São Paulo.

²⁷⁶ JANCÓS, 1996, p. 24.

²⁷⁷ JANCÓS, 1996, p. 24.

²⁷⁸ RUY, 1978, p. 40.

²⁷⁹ RUY, 1978, p. 55.

o rosto de Valério da Silva Ribeiro, em 1794²⁸⁰. Mas, em suas conclusões, Affonso Ruy, procurou mostrar a grandeza dos ideais, a coragem e a bravura de homens como o mestre alfaiate. Ilustramos nossa análise sobre as conclusões do autor, mostrando a seguinte citação que Ruy faz, descrevendo o momento final dos 4 pardos mortos.

Na estacada estiveram apenas quatro homens: os alfaiates Manuel Faustino dos Santos Lira e João de Deus do Nascimento, e os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres. Os três primeiros se mantiveram firmes nas suas declarações. Não negaram; confessaram a sua participação na conjura e o desejo de sucesso que os animava. Não transigiram com a consciência. Não negaram. Ficaram isolados na arena, sem proteção nem auxílio. Tiveram a bravura convicta dos mártires. Foram marcados pelo sacrifício. A História reivindicara para eles o que os interesses de uma nação usurariamente lhes negavam²⁸¹.

Affonso Ruy também descreveu os momentos finais de João de Deus do Nascimento, dizendo que:

Às últimas palavras que proferiu o meirinho João de Deus do Nascimento, contra quem se descarregara o ódio dos burgueses pelas testemunhas na devassa, por ser ‘petulante, altivo, soberbo e orgulhoso’, cujas ‘ideias e sentimentos foram sempre de uma extraordinária e incompreensível elevação’, com a mesma altivez e, dizem, com a mesma serenidade dos mártires, proferiu em voz alta, ouvida por todos os que o cercavam: ‘Seja o que Deus quiser fazer do meu corpo e de minha alma’²⁸².

Ruy, ainda adjetivou os pardos mortos como “os 4 heróis”, mostrando que:

O rufar dos tambores e os sons fortes das cornetas cobriram a voz patriota. Foram rápidos os preparativos da execução. João de Deus, o primeiro a ser morto, subiu com passos firmes a escada do patíbulo. Na plataforma, enquanto lhe ajustava o nó corrediço, fitou o infamante instrumento, passou depois os olhos secos pelo campo coalhado de povo, olhou, súplice, o céu brumoso. O rude tronitoar de rufos, as vaquetas... E, um por um, os 4 heróis, balouçaram-se no ar, sofrendo a ‘morte natural’²⁸³.

Affonso Ruy, não nos mostra as fontes em que ele pesquisou e não dá nota de rodapé em seus escritos. Por isso, de acordo com depoimentos da época, feitos pelo frei José de Monte Carmelo, que vimos no capítulo I, o mestre alfaiate não foi o primeiro a morrer e sim o último, entre outros equívocos que não batem com a descrição do religioso, testemunha ocular dos fatos. Porém o que nos interessa aqui é a análise que o autor fez de João de Deus do Nascimento, mostrando que os estudiosos, vão participar ativamente da historiografia do século XX, exaltando os personagens anteriormente depreciados. Além disso, o autor ainda

²⁸⁰ RUY, 1978, p. 79.

²⁸¹ RUY, 1978, p. 68.

²⁸² RUY, 1978, p. 97-98

²⁸³ RUY, 1978, p. 98.

vai ligar a importância do evento e de seus personagens na luta pela libertação dos cativos dizendo que “negar se não pode que os conjurados denodadamente tudo fizeram para vencer os tropeços de uma campanha tão árdua e audaz, que trazia no seu bojo uma aspiração que quase cem anos depois foi corporificada: a abolição da escravatura”²⁸⁴.

Na década de 1950, o historiador Clado Ribeiro Lessa, realizou um estudo analisando a “*Vida e Obra de Varnhagen*”, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1954, onde fala na 2ª parte, ou seja, no capítulo destinado à análise da obra do Visconde de Porto Seguro, um trecho sobre o movimento rebelde de 1798, na qual aparece como a “conspiração baiana de João de Deus (1798)”²⁸⁵. Assim, o autor mostrou a visão de Varnhagen, que descreveu de maneira depreciativa essa História, contando que:

Em face da conspiração baiana de João de Deus (1798), ou melhor, dos *Joões*, prenome comum aos seus principais cabecilhas, com mais forte razão não poderia o grande patriota Varnhagen deixar de considerá-la ‘um cataclisma de que a Providência nos livrara’. Realmente, não será necessária grande perspicácia para que nos apercebamos do que teriam sido suas consequências, caso triunfasse. Um movimento daquela índole, conduzido por indivíduos sem a menor cultura e procedentes das mais baixas camadas da plebe, pertencentes na maioria à raça que fornecia, com escrava, os braços para todo o trabalho rural, base da riqueza do país, e animados, como estavam, de propósitos de vingança contra os brancos, caso conseguisse impor-se a vitorioso, por poucos dias que fosse, numa região onde o elemento negro abundante, além dos motivos da ordem social a assanhá-lo contra a raça dos senhores, possuía em grande parte, os incitamentos não menos fortes do multissecular ódio do Islam contra os fiés a Cristo, não poderia deixar de manifestar-se por uma pavorosa carnificina, e a sistemática destruição dos valores de toda a espécie acumulados por três séculos de civilização. Seria uma nova revolução de *Spartacus*, acrescidas dos horrores das guerras santas mussulmanas, com que entraria o contingente de negros gege-yorubanos, e dos excessos sanguinários que não deixaram de praticar indivíduos possuídos pelo fanatismo revolucionário de seus broncos chefes, êmulos dos apóstolos da *Montanha*, como se revelaram nas mal redigidas, ferozmente ingênuas e incendiárias proclamações, afixadas em lugares públicos da capital baiana²⁸⁶.

Clado Ribeiro de Lessa mostrou os passos depreciativos de Varnhagen, que era visto como “grande patriota” e tinha um forte “espírito monarquista”, além de uma dura escrita de negatização, sobretudo aos movimentos rebeldes e personagens envolvidos em tramas ligadas a ideais republicanos, em tempos coloniais, sendo agravados pelo fator da cor da pele ligada aos negros. Para o autor:

²⁸⁴ RUY, 1978, p.122.

²⁸⁵ LESSA, Clado Ribeiro de. *Vida e Obra de Varnhagen* (2ª parte). In: RIHGB, V. 254, Rio de Janeiro, 1954, p. 181.

²⁸⁶ LESSA, 1954, p. 181-182.

Não foi, todavia, sua preferência pelo regime monárquico como forma de governo que motivou, cremos nós, as investidas dos censores. Isto constituiria tão descabida impertinência sectária, que seria indigna das honras de uma refutação. O que alegam certos críticos é que, impulsionado por suas preferências, Varnhagen cometeu injustiças na sua maneira de apreciar a atuação e o caráter de alguns próceres e mártires das rebeliões emancipadoras fracassadas, que tiveram lugar aqui e ali durante os tempos coloniais, e que foram todas, sem exceção animadas de espírito republicano democrático, e uma até socialista (conspiração baiana de 1798). As ideias monarquistas do historiador tê-lo-iam levado a desconhecer a nobreza de muitas figuras históricas de que o Brasil republicano hoje se orgulha²⁸⁷.

Lessa mostrou no recorte de Varnhagen sobre o movimento de 1798, como seu biografado desprezou o evento histórico, apontando que seus “cabecilhas”, seriam os “*Joões*”, no qual se denominou como prenome destes participantes a frente do movimento rebelde. Na verdade, na relação de dezenas de presos, encontramos quatro homens que tinham o prenome de João. Foram eles: o mestre alfaiate, João de Deus do Nascimento, o alfaiate, João Fernandes de Vasconcelos, o ourives, João Felix dos Santos e o escravo carpinteiro, João Pires. Sendo que só o primeiro foi considerado como um dos líderes da revolta.

Lessa mostrou, na análise de Varnhagen, que este carregava um forte preconceito de classe e cor. E isso fica evidente, na passagem em que estes “*Joões*”, são classificados como pessoas “sem cultura”, oriundos da “plebe” e em sua maioria, pertencentes à raça negra “escrava”. O autor revelou a depreciação do Visconde de Porto Seguro diante do movimento de 1798 e seus personagens populares, na utilização de argumentos que não foram vistos na agenda da revolta como “a vingança contra os brancos” e a participação de “negros muçulmanos”. Assim, ficou evidenciado como Varnhagen via a questão racial, pois tocar nas desigualdades era ir contra os brancos. Nesse recorte textual apresentado por Lessa, esta seria uma revolta com participação de escravizados muçulmanos, mostrando um equívoco histórico, confundindo o movimento rebelde na Bahia colonial, com a revolta Malê, em solo baiano, ocorrida em 1835, no período regencial.

Para fechar seu recorte, mostrando como Varnhagen tinha a chave da depreciação, destacamos a questão do “fanatismo revolucionário dos brancos chefes”, na qual, os participantes do movimento de 1798, são classificados como indivíduos toscos que mal sabiam redigir suas propostas “ferozmente ingênuas”. Podemos perceber, através desse estudo da década de 1950, como os homens de letras do século XIX, teciam seus discursos politicamente direcionados para desqualificar os eventos históricos contrários à monarquia,

²⁸⁷ LESSA, 1954, p. 177.

ainda que estes tenham ocorridos na fase colonial, mas, sobretudo buscavam desqualificar os movimentos rebeldes que envolviam afrodescendentes, que fizeram política e tramaram planos ousados que visavam à tomada de poder numa possibilidade de revolução.

Na década de 1950, os estudos sobre o movimento de 1798, vão ter um ganho com as pesquisas e os escritos do historiador baiano, Luís Henrique Dias Tavares, que se dedicou intensamente à temática. Em 1955, Tavares publicou um texto intitulado “*As Idéias dos Revolucionários de 1798*”, apontando essas ideias, segundo os boletins manuscritos, como: “Independência; República; Abolição da escravatura; Igualdade de direitos, sem distinção de cor; Liberdade de comércio; Separação da Igreja do Estado”²⁸⁸. Para o autor a principal questão que dividia os participantes nessa agenda “revolucionária” era a questão da libertação dos cativos, defendida pelos elementos populares, no qual João de Deus do Nascimento fazia parte. Mas, Tavares não viu o mestre alfaiate como destaque na participação do evento rebelde, para ele o soldado e artesão Lucas Dantas do Amorim Torres era o “revolucionário audaz e talentoso”²⁸⁹, inclusive ensinando João de Deus a entender o sentido da “revolução” e a agitar e convocar adeptos para a causa.

O trabalho de pesquisa de Luís Henrique Dias Tavares sobre o movimento na Bahia colonial foi aprofundado com a defesa de sua tese, em 1960, intitulada “*O Movimento Revolucionário Baiano de 1798*”²⁹⁰. Ao analisar os estudos de Tavares, István Jancsó diz que a inovação do autor,

[...] estava no rompimento com o viés regionalista daquela historiografia que buscava demonstrar a ancestralidade da vocação libertária e “nacional” das elites baianas. A viragem se deu pelo deslocamento da perquirição para o nexo geral do processo em curso na Bahia, percebido como desdobramento específico das transformações pelas quais passava o mundo Atlântico revolucionando, com o que se alinhava com uma onda das tendências mais atuais da historiografia brasileira da década de sessenta²⁹¹.

Na década de 1970, o historiador publicou mais um importante trabalho com o título “*História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 (‘A conspiração dos Alfaiates’)*”, onde descreveu minuciosamente o movimento rebelde, destacando algumas passagens sobre João de Deus do Nascimento, principalmente na ligação do mestre alfaiate com a convocação de

²⁸⁸ TAVARES, Luís Henrique Dias. *As ideias dos Revolucionários Baianos de 1798*. In: Os Cadernos de Cultura, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Salvador, 1955, p.07.

²⁸⁹ TAVARES, 1955, p. 12.

²⁹⁰ TAVARES, Luís Henrique Dias. *O Movimento Revolucionário Baiano em 1798*. Tese para livre docência na Faculdade de Filosofia/UFBA, Imprensa Oficial, Salvador, 1960.

²⁹¹ JANCÓS, István. *O “1798” Baiano e a Crise do Antigo Regime Português*. In: *II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia*. Academia de Letras da Bahia, Salvador, 1999, p.53.

peessoas para a reunião no Dique do Desterro, como o capitão dos Henriques, Joaquim José de Santana, pois “com ele estavam guardadas as armas dos milicianos”²⁹².

Tavares fez uma breve análise do que falaram sobre João de Deus do Nascimento, insinuando que algumas questões levantadas pelo mestre alfaiate, não seriam exatamente daquela forma dita pelas testemunhas, pois muitas eram hostis a ele, sugerindo pensarmos que elas queriam incriminá-lo, numa tentativa de descontar sua raiva em cima dele. Mas, como notamos o autor não creditou em sua análise uma atuação forte do mestre alfaiate no calor dos acontecimentos. Para Tavares, “[...] ao que parece, porém, a atuação de João de Deus foi mínima, limitando-se exclusivamente aos convites para a reunião do Dique [...]”²⁹³. Em nossa análise o autor não diminuiu a ação de João de Deus do Nascimento, apenas mostrou seu ponto de vista, não concordando com algumas análises anteriores que indicaram o mestre alfaiate como provável chefe da revolta, muito em função das denúncias dos primeiros delatores, sem com isso, tirá-lo do rol dos revolucionários.

Em 1969, a historiadora Kátia Mattoso publicou o seu livro “*Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*”²⁹⁴, dando uma grande contribuição no entendimento das relações entre a França e a Bahia, sobretudo a partir da presença do capitão francês Antoine René Larcher, que aportou em Salvador no dia 30 de novembro de 1796. A autora observou que o período da estadia de Larcher em solo baiano foi “a maior virulência da propaganda francesa”²⁹⁵, levantando importantes questões quanto à possibilidade da influência das ideias francesas no amadurecimento dos ideais do movimento rebelde de 1798. Além disso, Mattoso traz os boletins manuscritos em sua obra, facilitando a pesquisa e o entendimento do evento histórico. Apesar da importância desse estudo, não localizamos escritos específicos sobre João de Deus do Nascimento.

Em 1974, Florisvaldo Mattos, publicou um importante estudo, intitulado, “*A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates*”, onde o autor nos fala sobre João de Deus do Nascimento, elencando diversas qualidades a esse sujeito histórico, mas chamando a atenção para o erro do mestre alfaiate, talvez por pressa, em convidar pessoas para a rebelião, que depois foram os delatores do movimento.

²⁹² TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798: “A conspiração dos Alfaiates”*, São Paulo, Pioneira; Brasília, INL, 1975, p. 53-54.

²⁹³ TAVARES, 1975, p.100.

²⁹⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*. Ed. Itapuã, Bahia, 1969.

²⁹⁵ : MATTOSO, 1969, p. 13.

João de Deus do Nascimento foi um comunicador de grande capacidade e definição, que difundia os princípios da rebelião com muita tenacidade. A esse respeito, existem inúmeras referências em depoimentos de conjurados que creditaram a ele um papel de liderança destacada no movimento. Possuía um alto grau de predisposição favorável à ação revolucionária, mas revelou-se de consciência pouco prática no processo de aliciamento. Talvez isso ocorresse pela pressa que orientou as atividades dos conjurados depois da prisão de Luís Gonzaga das Virgens. Mas de qualquer maneira, por ironia trágica, a ele se deveu um erro decisivo no processo de aliciamento, pois dois dos três denunciante- Joaquim José da Veiga e Joaquim José de Santana- foram por ele convidados para a fracassada reunião no Campo do Dique [...] ²⁹⁶.

Mattos destacou que João de Deus do Nascimento “possuía um alto grau de predisposição favorável à ação revolucionária”, ou seja, tinha vontade para participar da revolta, talvez pelo excesso de vontade e a pouca prática no convite as pessoas para a participação no movimento rebelde, mostrou-se precipitado e acabou convidando quem não deveria. Mas, o autor fez questão de definir o mestre alfaiate como um “comunicador de grande capacidade e definição”, um difusor dos “princípios da rebelião com muita tenacidade”. Esses adjetivos mostram que ele, enxergou João de Deus, muito mais pela sua atuação e motivação, do que pela sua precipitação, não deixando de concluir que esse erro definiu os rumos do movimento. De todo modo, Mattos observou em seu estudo a importância da participação do mestre alfaiate nessa história.

Em 1979, o historiador Carlos Guilherme Mota, no seu livro “*Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*”, fez uma análise sobre as visões da sociedade baiana setecentista, mostrando os diferentes ângulos vistos de um lado pelos “portadores da mentalidade oficial”, tendo como exemplo o governador d. Fernando José de Portugal e Castro, e, do outro lado, os “sediciosos baianos”, tendo como exemplo, João de Deus do Nascimento, representando os rebeldes que “tinham uma visão ‘específica’ da organização da sociedade e já vislumbravam algumas categorias como desejáveis na nova ordem que se queria implantar” ²⁹⁷.

É o caso, por exemplo, do mulato alfaiate João de Deus, que achava que não mais ‘eram precisos ministros para a governança dos Povos e por isso devião ser logo mortos à faca’. Como se vê representantes da velha ordem. Na nova ordem, porém, deviam permanecer ‘intactos os negociantes, à bem do Público’. E mais- o que nos dá preciosa medida do equipamento conceitual do mencionado revolucionário-,

²⁹⁶ MATTOS, Florisvaldo. *A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates*. 2ª edição, Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, co-edição Academia de Letras da Bahia, 1998, p.111-112. A 1ª edição deste livro corresponde ao nº 9 da série “Estudos baianos” e foi publicada pelo Núcleo de Publicações do Centro Editorial e Didático da UFBA em 1974.

²⁹⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1979, p. 45.

achava João de Deus que existiria ‘tropas de linha com comandantes brancos, pardos e pretos e sem distinção de qualidade e sim de capacidade’²⁹⁸.

Para Carlos Guilherme Mota, o mestre alfaiate é visto como um revolucionário. Por outro lado, o capitão do Regimento de Milícias dos Homens Pretos, Joaquim José de Santana, que prestou seu depoimento contra João de Deus do Nascimento, é considerado pelo autor como um “homem do sistema” que,

[...] não só entendia bem o que dizia João de Deus, como também tal eventualidade ‘lhe parecia impossível’. Revolução, alteração violenta nos postos, quebra de hierarquias- inclusive com a idéia sedutora de sua passagem para coronel do Segundo Regimento de Tropa de Linha- era coisa de que este homem do sistema ‘não podia capacitar-se’²⁹⁹.

Carlos Guilherme Mota, ainda analisou outra passagem sobre João de Deus do Nascimento, mostrando exemplos de homens que fizeram, segundo o autor, parte de “uma corrente que enxergava mais longe, uma vez associava à revolução política a revolução social”³⁰⁰. Para isso o autor utilizou uma fala do depoimento do capitão miliciano, Joaquim José de Santana, contra o mestre alfaiate, dizendo que João de Deus pretendia “todos os cativos pardos e pretos ficariam libertos, sem que houvesse escravo algum: e que os de alguns Engenhos já estavam de parte da rebelião”³⁰¹. Esse tipo de ligação entre João de Deus do Nascimento e a agenda da libertação dos cativos, vai se mostrar importante na construção da memória do mestre alfaiate, sobretudo na questão da posituação desse sujeito histórico.

Na década de 1980, o historiador Stuart B. Schwartz, no seu livro, “*Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*”, destacou a participação João de Deus do Nascimento, ligando o nome do mestre alfaiate no apoio contra a escravidão, contudo revelou que a esperança do pardo cachoeirano não passava de ilusão e jamais seria apoiada pelos brancos detentores do poder.

[...] O mulato João de Deus esperava uma insurreição dos escravos dos engenhos, mas isso era provavelmente ilusão causada por seus próprios anseios. Se, de qualquer forma, isso houvesse ocorrido, senhores de engenho e outros proprietários de escravos do Recôncavo teriam tirado seu apoio, fossem quais fossem suas inclinações políticas³⁰².

²⁹⁸ MOTA, 1979, p. 45. O autor analisa a passagem sobre João de Deus do Nascimento, baseado na denúncia do capitão do Regimento de Milícias dos Homens Pretos, Joaquim José de Santana.

²⁹⁹ MOTA, 1979, p. 45.

³⁰⁰ MOTA, 1979, p. 83.

³⁰¹ MOTA, 1979, p. 83. ADCA, 1998, v. I, p. 289

³⁰² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Companhia das Letras, São Paulo, 1988, p. 383.

Na década de 1990, vários trabalhos foram publicados sobre o movimento de 1798, muito em função das comemorações do bicentenário do evento baiano. Nesses estudos, podemos destacar várias impressões que os estudiosos traçaram sobre João de Deus do Nascimento.

Em 1996, o historiador István Jancsó, publicou o livro, “*Na Bahia, Contra o Império: História do ensaio de sedição de 1798*”, com diversas passagens sobre o mestre alfaiate, onde destacamos entre os escritos, a visão que a autor nos passou sobre o personagem em questão. Por exemplo, quando falou dos papéis com cargos e remunerações apreendidos na casa de João de Deus, dizendo que:

João de Deus do Nascimento, alfaiate de comportamento extravagante, desabusado e acintosamente desejoso de mudar sua condição, deixou entre as anotações de serviços (medidas de encomendas, orçamentos, etc.), uma curiosa relação de remunerações futuras para a tropa³⁰³.

István Jancsó analisou a questão do regulamento de soldos encontrados na casa de João de Deus Nascimento, chamando a atenção para o único item que não fala dos militares: os 40 deputados e suas astronômicas remunerações.

[...] Trata-se de uma relação curiosa de remunerações futuras da tropa e, o que é de maior interesse, dos proventos que caberiam aos quarenta deputados da futura Dieta republicana a ser instituída quando do triunfo da revolução. A cada um destes, João de Deus atribuía um ganho anual de 2:336\$000 réis, algo como 194\$000 réis ao mês, o equivalente ao preço médio de um escravo saudável e hábil no trabalho. Tratava-se de uma soma vultuosíssima. Ao titular de uma cadeira de filosofia cabia, por ano, um ordenado de 400\$000 réis, mesma quantia percebida, entre outros, por Vilhena, professor de grego. Um professor de escola primária não poderia aspirar a mais de 150\$000 réis por ano. Subindo a hierarquia do serviço do rei, o secretário de Estado e de Governo recebia, entre ordenados, propinas e emolumentos, 1:600\$000 réis ao ano, e essa era a mais alta remuneração da administração régia, se ignorarmos o total de ganhos do governador. Tratava-se, pois, no caso dos números de João de Deus, de algo tão grandioso que os rendimentos totais do Celeiro Público entre 1785 e 1798 não seriam suficientes para cobrir as despesas com remuneração anual dos quarenta deputados de suas fantasias, entre os quais provavelmente se incluía³⁰⁴.

O autor concluiu que este cálculo foi o devaneio de João de Deus, mas o próprio mestre alfaiate justificou em seus depoimentos, dizendo que tudo não passava de uma teima que ele teve com um oficial inglês, que estava hospedado na casa do sargento Antônio Joaquim da Silva, por volta de abril-junho de 1798, comparando os soldos das tropas inglesas com as tropas baianas. Pensamos que essa foi uma saída estratégica dele para se livrar das

³⁰³ JANCÓS, 1996, p.179.

³⁰⁴ JANCÓS, István. *A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII*. In: *História da Vida Privada no Brasil*, v. I, São Paulo, Companhia da Letras, 1997, p. 426-427.

acusações. De todo modo, parece inegável que João de Deus do Nascimento, por mais devaneio que tivesse, pensou na melhoria dos soldos para quem ele defendia e é claro, em sua melhoria de vida. István Jancsó também analisou a questão do escravo de aluguel, Vicente, que trabalhava na tenda de João de Deus do Nascimento. O autor mostrou sua visão sobre o mestre alfaiate, não enxergando nenhuma contradição entre um participante ativo do evento e a utilização de um escravizado para seus serviços, dizendo que:

Por mais que professassem ideais revolucionários, a generalização do escravismo acabava por levar os mais extremados sediciosos, caso do mestre-alfaiate, a se ajustarem ao sistema que projetavam suprimir. Não se deve esquecer que todos que tinham posses suficientes para tanto eram possuidores de escravos, sem que isso os tornasse menos radicais na contestação do Antigo Regime na Colônia [...] ³⁰⁵.

Jancsó foi claro, em sua análise sobre a questão do escravismo, mostrando que, qualquer um com condições na época, teria um escravo. E para o autor, João de Deus do Nascimento, que era um dos mais “extremados sediciosos” era um homem de seu tempo, inclusive se mostrando insatisfeito com a sua condição social, pois ele queria ser grande, ter condições. Jancsó reconheceu a participação ativa do mestre alfaiate no movimento de 1798 e colocou os pontos polêmicos na construção desse sujeito histórico. Ao falar, por exemplo, da imagem que se pode traçar do mestre alfaiate, ele diz que “[...] tudo indica que era um homem violento a ponto de ter, durante uma alteração defronte da casa de sua amásia, riscado o rosto de Valério da Silva com uma faca que sempre trazia consigo” ³⁰⁶.

Sobre a questão da “parda amásia” a historiadora Anna Amélia Vieira Nascimento, nos aponta que Ana Romana Lopes do Nascimento “não acusa João de Deus de traição às Cortes Portuguesas, mas somente de má conduta moral, pelo fato de ter, duas mulheres, situação de certa forma comum na ocasião, como também fora o fato de ter espancado a amante e a ter abandonado” ³⁰⁷.

A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva falou sobre as ações de João de Deus do Nascimento, destacando as passagens do mestre alfaiate na afronta aos “homens de consideração” de sua época, relatando os adjetivos negativos a ele atribuídos pelos depoentes, inclusive a fato de dizerem que este era “falta de religião”. Segue descrevendo as passagens dos questionamentos de João de Deus frente ao aumento dos soldos dos militares e a sua conversa com o capitão do Regimento de Milícias dos Homens Pretos, Joaquim José de

³⁰⁵ JANCSÓ, 1997, p. 432.

³⁰⁶ JANCSÓ, 1997, p. 427.

³⁰⁷ NASCIMENTO, Anna Amélia Viera. *Perfil e Presença da Mulher Baiana na Conspiração dos Alfaiates*. In: *Animai-vos Povo Bahiense! A Conspiração dos Alfaiates*. Salvador, Omar G. Editora, 1999, p. 44.

Santana, mostrando uma possibilidade de ascensão na hierarquia militar deste, caso fosse firmada uma aliança em prol do movimento rebelde. Em nota a autora fala do regulamento de soldos para o corpo militar encontrado na casa de João de Deus do Nascimento, dizendo que:

[...] Embora ele fosse um miliciano e não da tropa paga, vociferava “a cada instante contra os soldos das tropas portuguesas, sendo este um dos argumentos que adotara para persuadir os seus sentimentos sediciosos e revolucionários”, segundo a conclusão que chegaram as autoridades judiciárias. No futuro governo os soldados receberiam um soldo justo conforme os cálculos feitos naquele papel³⁰⁸.

O historiador Ubiratan Castro de Araújo descreveu que homens, como João de Deus do Nascimento, foram ousados a sua época e pagaram caro por isso. Mas, foi justamente essa ousadia, que levaram esses personagens afrodescendentes, ao reconhecimento em tempos presentes. Para Araújo os rebeldes baianos de 1798:

Fizeram Política e por isso foram cruelmente reprimidos. De fato, alfaiates e soldados foram enforcados e esquartejados porque eles representavam a ousadia de homens de cor em se meter no que não era da sua alçada. Sua humilhação foi o golpe dirigido a toda população de cor da cidade, livres, libertos e escravos, para quebrar o seu orgulho, a sua vontade de mudança, o seu desejo de igualdade. Ficaram pois os homens de 1798 como os primeiros políticos do povo na Bahia³⁰⁹.

O historiador Luiz Carlos Villalta, destacou as passagens nos Autos sobre o mestre alfaiate, falando da questão da *francesia* de João de Deus e seus questionamentos a respeito das desigualdades sociais e raciais de sua época, dizendo que a partir dessas atitudes “a rejeição à desigualdade de riqueza, portanto, somava-se à crítica velada ao escravismo e à defesa da superação dessa ordem das coisas”³¹⁰. Para a historiadora, Kátia Vinhático Pontes, João de Deus do Nascimento foi um exemplo de “rebeldia mulata na Bahia”³¹¹.

Como vimos, João de Deus do Nascimento foi e é considerado um sujeito polêmico: mau caráter e violento para uns, íntegro e revolucionário para outros. Um sujeito de carne e osso, de defeitos e qualidades, de uma história riquíssima que se identifica com muitas de nossas histórias de vida.

³⁰⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Conflitos Raciais e Sociais na Sedição de 1798 na Bahia*. In: II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia. Academia de Letras da Bahia, Salvador, 1999, p.49.

³⁰⁹ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A Bahia no Tempo dos Alfaiates*. In: II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia. Academia de Letras da Bahia, Salvador, 1999, p.11-12. No ano de 1998, várias homenagens foram feitas em razão do bicentenário do evento rebelde baiano em estudo e uma das maiores homenagens foi à publicação dos *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates*, com apoio dos poderes públicos numa demonstração da preservação e valorização da História da Bahia.

³¹⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império luso-brasileiro e os Brasís*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 113.

³¹¹ PONTES, Kátia Vinhático. *Mulatos: políticos e rebeldes baianos*. Salvador. UFBA, Dissertação de Mestrado, 2000, p. 43.

Quando os “infames” viram “heróis”.

A historiografia brasileira foi modificando seus termos e conceitos, ligados ao movimento rebelde baiano de 1798 e seus personagens mortos pelo evento. No século XIX, a escrita teve uma maior pendência à depreciação, já no século XX, os estudos reivindicaram a “ação revolucionária”, inclinando-se muito mais para a exaltação, daqueles que passaram a ser chamados de “mártires”. Nessa fase do estudo, pretendemos localizar as escritas que classificaram esses homens como “heróis”, na intenção de percebermos como foi o processo heriocização de João de Deus do Nascimento.

No final do século XIX, o funcionário do Arquivo Público do Estado da Bahia, José Carlos Ferreira, havia reivindicado em seus escritos a importância dos pardos baianos mortos em 8 de novembro de 1799, comparando-os com Tiradentes. Mas sabemos que o governo republicano recém-instalado, não reconheceu nenhum ato de heroísmo ligado aos personagens do movimento rebelde baiano. A República escolheu seu herói, Tiradentes, oriundo do centro sul do Brasil, branco, colaborador da elite mineira e participante de um movimento que não planejava nenhuma quebra profunda na hierarquia social e nenhuma mudança na hierarquia racial e nas questões ligadas ao fim do cativo na região.

Quem nos ajuda a pensar sobre essa questão é o historiador José Murilo de Carvalho, no seu livro, “*A Formação das Almas*”, onde o autor fez uma análise sobre a heroificação de Tiradentes, nos informando sobre as disputas pela memória do alferes e sua comparação com a figura de Cristo, na busca da construção de um herói religioso, cívico e mártir. Um herói de apelo popular, cooptado pelos republicanos, que não perderam tempo e logo “[...] o 21 de abril foi declarado feriado nacional já em 1890, juntamente com o 15 de novembro”³¹². Os estudos de José Carlos Ferreira mostram o movimento baiano rivalizando com o evento mineiro, justamente depois que o governo republicano elegeu Tiradentes como herói nacional.

Carvalho falou dos outros prováveis candidatos a heróis republicanos como, Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant, Floriano Peixoto, Frei Caneca e Bento Gonçalves. Porém, o autor não citou os nomes de João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas do Amorim Torres, Luís Gonzaga das Virgens e Manoel Faustino dos Santos Lira. Não sabemos se os nomes dos baianos mortos em 1799 foram desprezados, por não terem chance de inclusão nessa escolha de símbolos para República que nascia, sem nenhuma vontade de eliminar as hierarquias

³¹² CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 64.

raciais, fincadas desde a colônia. Mas, a observação feita serve para pensarmos como esse debate ganharia mais substância ao analisarmos a exclusão dos personagens negros e mulatos ignorados pelos republicanos.

A Revista de História da Biblioteca Nacional traz na sua edição de julho de 2015, uma matéria intitulada, “*Inconfidentes Baianos*”, com uma ilustração na sua capa, referindo-se ao esquartejamento dos pardos de 1799, de autoria do artista João Teófilo, numa produção inspirada na obra de Pedro Américo, “*Tiradentes Esquartejado*”, produzida em 1893, que nos faz refletir sobre essa questão. No comentário sobre a imagem da capa, que revela um toque provocativo entre o herói republicano e os baianos desprezados pela historiografia no início da República, a professora Camila Dazzi, analisa a questão afirmando que:

Um dos principais desafios para a criação do panteão nacional republicano foi à aceitação dos heróis e mártires pelos brasileiros. No contexto das revoltas separatistas coloniais, Tiradentes se apresentava como única escolha possível. A abolição ocorrera em 1888, apenas um ano antes da Proclamação da República, e embora os negros estivessem libertos, na prática continuavam tão subjugados quanto antes. Abundavam, no meio intelectual, teorias ligadas ao racismo científico, que atribuíam a presença do negro o motivo do atraso nacional face das nações europeias. O debate em torno da raça, então em ebulição, tornava impossível a escolha dos inconfidentes baianos pelo simples fato de que uma parte significativa da população, da intelectualidade e do próprio governo não aceitaria negros ou mulatos no panteão dos heróis republicanos ³¹³.

Como podemos perceber a República não queria heróis pardos ou negros, pobres e nordestinos. Os comandantes republicanos viram em Tiradentes um homem que poderia representar o povo, numa verdadeira maquiagem do sistema, onde esse mesmo povo continuava a ser excluído e até massacrado nas primeiras décadas do novo regime nada popular. Não diríamos como a autora acima, que Tiradentes foi a “única escolha possível”, mas a escolha que mais encaixava no modelo de herói nacional branco. José Murilo de Carvalho observou que:

Para consolidar-se como governo, a República precisava eliminar as arestas, conciliar-se com o passado monarquista, incorporar distintas vertentes do republicanismo. Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro ³¹⁴.

No século XX, os estudiosos baianos Francisco Borges de Barros, Braz do Amaral, Egas Moniz, entre outros, reivindicaram a importância do movimento de 1798, classificando os 4 pardos mortos no evento, como “revolucionários”, “mártires”, representantes da

³¹³ DAZZI, Camila. *Os Inconfidentes Baianos*. In. Imagem da Capa. RHBN, ano 10, nº 118, julho de 2015, p.4.

³¹⁴ CARVALHO, 1990, p.70

“heroicidade do grande povo baiano”, mostrando que o evento rebelde da Bahia foi mais importante que o mineiro, deixando nas linhas e entrelinhas, o desejo de um melhor reconhecimento dessa história e dos seus personagens, outrora depreciados, mas que começaram a ser classificados como agentes de ações heroicas.

Explicitamente o termo “herói” vai aparecer nos estudos de Affonso Ruy, referindo-se aos personagens em questão, como os “humildes heróis baianos”, numa reivindicação que o autor faz, dizendo:

Retomemos, pois, para os humildes heróis baianos a auréola simbólica de mártires-republicanos. Eles bem a merecem pela expansão valorosa do pensamento, nessa propaganda intensa da República com a igualdade e fraternidade por todos os setores da atividade na Capitania³¹⁵.

Portanto, na ordem instaurada em 15 de novembro de 1889, cumpria reinserir no bojo da História Nacional esse evento fundador da República brasileira.

O historiador Pedro Tomás Pedreira, deu um passo no processo de heroicização de um desses personagens, em sua obra “*Santo Amaro na Revolução de 1798: Manuel Faustino dos Santos Lira*”, publicada em 1971, homenageando o aprendiz de alfaiate, chamado pelo autor como “o mais jovem revolucionário brasileiro”³¹⁶, orientando os leitores com a seguinte frase:

Sirvam, essas pequenas linhas, para dar o conhecer à Bahia e ao Brasil, o denodo de um de seus mais jovens revolucionários- Manoel Faustino, o santamarense do “Engenho Calogi”- verdadeiro “Tiradentes” baiano, mártir dos nossos sentimentos de amor à terra e à liberdade !!!³¹⁷

Pedreira intitulou o segundo capítulo do seu estudo, referindo-se a Manoel Faustino dos Santos Lira como “o herói santamarense”, mostrando sua atuação no movimento de 1798³¹⁸. Podemos perceber que trabalhos como este, exaltando e heroicizando, os personagens populares baianos mortos em 1799, nos ajuda a perceber o caminho aberto na historiografia para tal propósito com todos eles. Apesar do autor não escrever especificamente sobre João de Deus do Nascimento, fica o exemplo, de como alguns estudiosos contribuíram ou até inspiraram outros, nesse caminho de reconhecimento dos personagens da Bahia colonial nessa linha de classificação das ações destes, enquanto atos heroicos.

³¹⁵ RUY, 1978, p. 117.

³¹⁶ PEDREIRA, Pedro Tomás. *Documentos do Recôncavo: Santo Amaro na Revolução de 1798*(Manuel Faustino dos Santos Lira), Imprensa Oficial, Santo Amaro-Ba, 1971, p. 6.

³¹⁷ PEDREIRA, 1971, p.6.

³¹⁸ PEDREIRA, 1971, p.24.

Em 1982, o escritor, Ivan Alves, publicou um texto intitulado “*A Revolta dos Alfaiates na Bahia, Inconfidência com apoio das massas*”, onde o autor finalizou seus escritos, reivindicando a valorização dos personagens baianos, a quem ele chamou de “obscuros heróis”, segundo ele:

Os obscuros heróis da Conjuração Baiana- seus nomes não constam nem sequer das enciclopédias mais populares, bem como o próprio verbete da chamada Revolta dos Alfaiates- não recuaram, entretanto, diante de qualquer obstáculo. Nem pareciam lembrados do sacrifício de Joaquim José da Silva Xavier no quadro de outra Conjuração, a Mineira, e defenderam, às vezes de peito aberto, seus ideais que se cumpriam em parte, quase cem anos depois, quando da implantação do regime republicano. No resto, não tiveram a mesma afirmação no quadro da história do País³¹⁹.

Em 1989, o historiador, jornalista e escritor, Mustafa Yazbek, publicou um romance histórico sobre o movimento de 1798, intitulado “*Triste Bahia*”, onde o autor descreveu uma passagem, dizendo que “João de Deus, o alfaiate, já desempenhava seu papel heroico quando foi acompanhado por Luísa no primeiro encontro com aquele oficial francês de quem acharam melhor não guardar o nome, mesmo por que era difícil de pronunciar”³²⁰. Provavelmente o autor estaria falando do comandante da fragata *La Preneuse*, o francês Antoine René Larcher, que havia desembarcado em Salvador no ano de 1796. Segundo, Luís Henrique Dias Tavares, o comandante Larcher foi “apontado por Borges de Barros e aceito por Braz do Amaral e Affonso Ruy como o instigador da ação dos baianos”³²¹. É possível que esse encontro entre João de Deus do Nascimento, sua esposa, Luiza Francisca de Araújo e o comandante francês, Antoine René Larcher, jamais tenha ocorrido, mas fica a intenção do autor do romance histórico, em classificar o mestre alfaiate como um sujeito protagonista de atos heroicos ao longo do movimento rebelde baiano de 1798.

O escritor Jafé Borges, no seu romance histórico, “*Um Cavalheiro da Luz*”, referiu-se ao episódio de 8 de novembro de 1799, como o “enforcamento dos heróis”³²². Além disso, o autor ligou o mestre alfaiate ao ato de heroísmo na hora da morte, dizendo que:

Emocionado, e de cabeça voltada para a esquerda, João de Deus procurava, no meio da multidão, rostos familiares e de amigos. Estava convencido de que, naquele momento, cumpria o inevitável destino de dar a sua vida pela Independência do Brasil e para que não mais houvesse injustiça contra os negros e pardos³²³.

³¹⁹ ALVES, Ivan. *A Revolta dos Alfaiates: Na Bahia, Inconfidência com apoio das massas*. In: *Os Grandes Enigmas da História*, Rio de Janeiro, Otto Pierre Editores, 1982, p. 118.

³²⁰ YAZBEK, Mustafa. *Triste Bahia*. São Paulo, FTD, 1989, p. 15.

³²¹ TAVARES, 1975, p.81.

³²² BORGES, Jafé. *Um Cavalheiro da Luz*. Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1999, p. 269.

³²³ BORGES, 1999, p. 269.

Borges falou do martírio de João de Deus do Nascimento, ligando o ato a “Independência do Brasil”, onde podemos perceber certo exagero nessa fala. Porém ele destacou a ação do combate as “injustiças contra negros e pardos”, sendo essa a principal ligação que os estudiosos fazem da figura do mestre alfaiate associada aos atos de heroísmo.

Podemos perceber que alguns autores ligaram os personagens em questão aos atos de heroísmo, buscando colocá-los num melhor lugar dentro da história. Contudo, esses escritos, por mais importantes que tenham sido nesse processo de construção dos heróis populares do movimento de 1798, ainda mostravam-se tímidos, talvez nem alcançassem o grande público. Neste sentido, as ações de movimentos sociais, sobretudo dos movimentos negros, foram fundamentais para dar um empurrão nessa abordagem na busca pela valorização oficial do evento e dos personagens em questão, traçando diversas formas de manifestações para o alcance do objetivo de visibilizar e heroicizar, aqueles que poderiam vir a serem símbolos de resistência para os afrodescendentes, primeiramente na Bahia e posteriormente a nível nacional.

Especialmente na década de 1970, com o surgimento do Ilê Aiyê e do Olodum, começou um novo período que foi a emergência do movimento negro e a atuação de seus intelectuais que passam a buscar no passado os episódios e indivíduos que atuaram como precursores de uma luta anti-racista. O movimento de 1798 vai ser eleito como a manifestação mais heroica de indivíduos de cor negra a se revelarem contra o preconceito e as hierarquias sociais fundadas na cor.

Em 1998, o Ilê Aiyê, lançou o volume 7, da série Cadernos de Educação, homenageando o evento como o título, “*Revolta dos Búzios, 200 anos*”, trazendo textos dos estudiosos, Jônatas Conceição da Silva e Antônio Jorge dos Santos Godi, que iniciaram seus escritos referenciando: “Aos nossos heróis nacionais: Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas do Amorim Torres e Manoel Faustino dos Santos Lira”, reivindicados como heróis negros³²⁴.

Em 2007, Maurício Pestana em parceria com o Olodum, publicou a cartilha didática chamada, “*Revolta dos Búzios: Uma História de Igualdade no Brasil*”, listando ações para “reivindicar o verdadeiro lugar dos heróis da Revolta dos Búzios [...], a inclusão dos personagens [...] nos livros dos heróis da pátria, no panteão da pátria em Brasília”³²⁵. Essas

³²⁴ CONCEIÇÃO, Jônatas; GODI, Antônio. *Revolta dos Búzios, 200 anos*. Cadernos de Educação do Ilê Aiyê. Projeto de Extensão Pedagógica, vol. 7, Salvador, 1998, p. 3.

³²⁵ PESTANA, Maurício. *Revolta dos Búzios: Uma História de Igualdade no Brasil*. Salvador. Ed. Olodum, 2007, p.24.

ações de heroicização vão ganhar corpo com o projeto do deputado petista baiano Luiz Alberto, apresentado em 2009 e sancionado em 2011, como a lei 12.391, que torna os reivindicados, como heróis da Pátria. Sendo lançada no ano da aprovação da lei, uma cartilha intitulada “*Heróis Negros do Brasil: Bahia, 1798, a Revolta dos Búzios*”, publicada pela Fundação Pedro Calmon³²⁶.

Assim o papel de entidades ligadas ao movimento negro baiano, especialmente os blocos afros surgidos na década de 1970, como Ilê Aiyê e Olodum, vão proporcionar ações levando essas reivindicações para as ruas, através das letras de suas músicas sobre a temática de 1798, trazendo o nome do evento para a identificação com os afrodescendentes, sendo chamado de “Revolta dos Búzios”, numa ligação direta com a ancestralidade africana. O que nos resta agora é contarmos essa história, mostrando, como João de Deus do Nascimento vai ser exaltado e heroicizado, seja na voz do povo, através das canções, seja nas cartilhas educativas, nas ações das políticas públicas ou mesmo nos “lugares de memória” em sua homenagem. Vamos mostrar como o “pardo infame” virou o “herói negro”.

³²⁶ FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. *Heróis Negros do Brasil. Bahia: 1798, A Revolta dos Búzios*. Salvador, 2011.

3- DE “PARDO INFAME” A “HERÓI NEGRO”: o mestre alfaiate na boca do povo.

“João de Deus, bravo guerreiro
Morreu enforcado, foi esquartejado
Por ser líder negro”.

Reginaldo Sacramento (Reizinho), compositor do Ilê Aiyê ³²⁷.

O “bravo guerreiro”

Na década de 1970 o movimento negro baiano ganhou um reforço extremamente significativo, a partir da criação do bloco afro Ilê Aiyê (1974), do grupo teatral Palmares Yñaron (1976) e do bloco afro Olodum (1978), que articularam diversas ações na luta pela valorização do povo negro, incluindo em suas pautas a temática do movimento rebelde de 1798, sobretudo levantando as bandeiras vistas no evento histórico, como agenda da liberdade e igualdade, incluindo a questão da luta contra a escravidão e a participação de afrodescendentes neste enredo, resgatando tais ideias na perspectiva de servir de exemplo para as demandas do presente. Assim, as músicas, peças teatrais, desfiles carnavalescos, cartilhas educativas, seminários, entre outras ações, foram organizadas e executadas por esses grupos, divulgando a temática histórica e tornando público esse conhecimento.

Segundo Petrônio Domingues, nesse contexto da década de 1970, o Movimento Negro Unificado, que surgiu em 1978, veio aquecer e organizar a luta do movimento negro no plano nacional seguindo a orientação marxista, “com um grupo de militantes negros que entendia que a luta anti-racista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista”³²⁸.

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro. Nesta nova fase a estratégia que prevaleceu no movimento foi a de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da

³²⁷ Trecho da música “*Esperança de um povo*”, composta por Reginaldo Sacramento (Reizinho), homenageando João de Deus do Nascimento. Em 1991, o bloco Ilê Aiyê desfilou com o tema, “Revolta dos Búzios”, no carnaval de Salvador.

³²⁸ DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo [online], v. 12, n.23, pp.100-122, 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07, p. 112. Acesso em 8 de novembro de 2015.

sociedade. A tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia pública do problema do racismo. Pela primeira vez na história, o movimento negro, apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna: “negro no poder!”³²⁹.

Como exemplo em solo baiano, o grupo teatral Palmares Yñaron, realizou uma leitura dramática do texto escrito por Antônio Godi, intitulado, “*Documentos Negros: Revolta dos Búzios*”, apresentado numa das reuniões que marcaram a constituição do Movimento Negro Unificado na Bahia em 1979, realizada no antigo Espaço Sucupira, onde hoje funciona a Prefeitura de Salvador³³⁰. Na introdução do texto, o autor, mostra sua solicitação em revelar o evento histórico, denunciando a opressão e a exploração que o povo negro vivia no passado escravista na sociedade baiana. Sendo assim, Palmares Yñaron:

Solicita dos antigos as verdades e as histórias, que não contam os inimigos.
É a tal Revolta dos Búzios, que nunca ninguém traduziu.
Não é lenda dos antigos, é história verdadeira tanto que os inimigos nos escondem a derradeira...
Se passa na velha Bahia, cidade do Salvador, em 1798 sendo de agosto o mês e dia...
- A cidade nesta época tinha pretos, brancos e tenentes, os pretos construíam, os brancos abriam os dentes.
Apertado dos dois lados, o povo emburrado vivia, suportando à luz do dia, a mais cínica exploração, tendo o branco lado a lado, capangas a cada braço, impondo a escravidão...³³¹.

A solicitação feita por Godi, em nome do grupo teatral, mostra a necessidade de ter essa história revelada de maneira mais contundente, saindo do mundo acadêmico para as ruas, numa escrita de denúncia da exploração dos brancos sobre a população pobre e negra na Bahia setecentista, que ainda não havia sido contada de maneira satisfatória, pelo contrário, na visão do autor essa história estava sendo escondida pelos “inimigos”, sugerindo que esses “inimigos” eram os brancos que ainda estavam no poder oprimindo os negros. Assim, o movimento de 1798 é apropriado para entender a opressão racial.

É importante percebermos que Godi utiliza o termo, *Revolta dos Búzios*, nome que foi incorporado pelo movimento negro para defender a bandeira da luta dos afrodescendentes no evento, representados pelo símbolo dos búzios, já que esses são elementos utilizados dentro das religiões de matriz africana. Para reforçarmos essa questão da ligação entre o termo “búzios” e a religiosidade africana, numa determinada passagem do texto, o autor se refere aos preparativos para a reunião de 25 de agosto de 1798, no Dique do Desterro, dizendo que:

³²⁹ DOMINGUES, 2007, p. 114-115.

³³⁰ Informações obtidas através do site, bandodeteatroolodum.com.br. Acessado em 17 de setembro de 2015, com o histórico do teatro negro baiano, escrito por Márcio Meirelles.

³³¹ Tivemos o acesso à parte desse texto de Antônio Godi, a partir do Caderno de Educação do Ilê Aiyê, nº 7 (*Revolta dos Búzios, 200 anos*), 1998, p. 32.

“Também na noite de 24, outra reunião se dá... Era uma sexta brilhante, d’Orixa Oxalá...”³³².
Nesses novos escritos, a revolta aparece como expressão de uma africanidade que havia sido silenciada. O movimento negro apropria-se do evento para afirmar que eram continuadores da luta daqueles homens de 1798. Como observou Petrônio Domingues:

O movimento negro organizado “africanizou-se”. A partir daquele instante, as lides contra o racismo tinham como uma das premissas a promoção de uma identidade étnica específica do negro. O discurso tanto da negritude quanto do resgate das raízes ancestrais norteou o comportamento da militância³³³.

Domingues deu uma grande pista ao relatar que o movimento negro brasileiro “africanizou-se” no final da década de 1970, mostrando a grande possibilidade de o movimento negro baiano seguir essa orientação na medida em que percebemos a utilização do termo “Revolta dos Búzios” vista no texto de Antônio Godi, fazendo uma ligação direta entre o movimento rebelde de 1798 e a luta anti-racista em busca da promoção do povo negro nesse contexto. O evento histórico baiano dos fins do século XVIII, não teve participação intensa de africanos, mas o resgate dessa africanidade parte do depoimento de um dos envolvidos no movimento de 1798, chamado José de Freitas Sacoto, onde este revelou que os rebeldes andavam “com hum buzio de Angola nas cadeas do relógio [...]”³³⁴. Essa foi uma forma que a militância negra baiana encontrou para se encaixar nessa linha da “promoção de uma identidade étnica”, buscando em seu discurso o “resgate das raízes ancestrais” africanas.

Outra questão que merece destaque é a denúncia da escravidão que Godi reforça ao falar do passado explorador com ações opressoras dos brancos para como os negros, mostrando a importância da revolta na luta antiescravista e o incômodo que as ações revoltosas provocaram, onde “só uma raça de homem, não podia gostar não, raça de branco estrangeiro que há muito e a todo custo, cultivava a escravidão”³³⁵. É importante sinalizarmos o quanto essa luta contra a escravidão vai servir de base para a exaltação dos personagens punidos com a morte no evento histórico retratado. E o autor mostra as ações destes, dizendo que: “Juntaram-se muitos, ao Lucas, ao Faustino e João de Deus. Juntos organizaram um plano... a esperança e o futuro dos seus”³³⁶. Assim, Antônio Godi, coloca os personagens

³³² CONCEIÇÃO; GODI, 1998, p. 35.

³³³ DOMINGUES, 2007, p.116.

³³⁴ ADCA, 1998, v. II, p. 753.

³³⁵ CONCEIÇÃO; GODI, 1998, p. 33.

³³⁶ CONCEIÇÃO; GODI, 1998, p. 35.

citados como protagonistas dos planos revolucionários, planos que traziam a esperança de um futuro melhor, sem escravidão, sem opressão, sem desigualdade.

Na década de 1980, o bloco afro Olodum deu uma grande contribuição para o maior conhecimento do movimento de 1798, quando desfilou pelas ruas do centro do centro histórico de Salvador, a temática do carnaval de 1985, falando sobre a *Revolta dos Búzios*. Para o poeta, escritor, professor, diretor do Ilê Aiyê e militante do movimento negro, Jônatas Conceição, “a Revolta dos Búzios começou a ser popularizada, em Salvador, a partir do surgimento do Bloco Olodum [...]”³³⁷.

Entoando suas canções sobre o evento histórico em questão, o Olodum vai além, promovendo em sua trajetória, diversas ações para a divulgação dessa história e para a exaltação dos seus personagens identificados como negros que sonharam, lutaram e morreram em prol da igualdade e liberdade. Sobre isso, Jônatas Conceição, observou que:

Realizando as suas atividades político-culturais na área do Centro- Histórico do Salvador, nas proximidades da rua João de Deus, o Olodum realiza, há muitos anos, festivais especiais de música para lembrar “ao povo bahinense” o importante fato histórico liderado por afro-baianos, em 1798³³⁸.

Uma das músicas de grande impacto que traz em seus versos a questão do movimento de 1798, além de citar João de Deus do Nascimento, foi composta por Germano Meneghel, que batizou sua canção com o título, “*Pelourinho, Cultura Africanizada*”, onde o autor assim descreveu:

Pelourinho, Cultura Africanizada

Para obter um reinado
É preciso lutar com esforço e dinamismo
O Olodum vem saudar
Foi um ato marcante
Que aconteceu em Salvador
Foi a Revolta dos Búzios
João de Deus, Maciel e Pelô
Nasce uma nova era
Um novo poder de criar
Alfaiates, argolas, búzios
Olodum lembrar

Cultura africanizada
Olodum Pelourinho

³³⁷ CONCEIÇÃO; GODI, 1998, p. 30. Em 1985, o Olodum desfilou com o tema *Revolta dos Búzios e Moçambique*. A temática baiana foi escolhida para homenagear os 185 anos do evento histórico.

³³⁸ CONCEIÇÃO; GODI, 1998, p. 30.

Bahia, Salvador
Revolta dos Búzios
No Brasil

Emôri, emôriô
Emôri, emôriô paô ³³⁹.

Jônatas Conceição analisou a canção de Germano Meneghel, observando o didatismo que está possui, destacando o personagem, João de Deus do Nascimento, como “o mais popular mártir da Revolta, no cancionário afro-baiano- associado a espaços físicos onde o Olodum reina, lembra e ensina a História: o Maciel e o Pelô” ³⁴⁰. Percebemos que para Conceição, o mestre alfaiate representa “o mais popular mártir” do movimento rebelde de 1798, levando a questionarmos sobre as razões que fizeram o compositor citar apenas João de Deus em sua canção. A princípio fica evidente a questão do espaço geográfico, representando a rua com o nome do personagem, que é um espaço de atuação intensa do bloco afro. Mas não podemos descartar que o nome de João de Deus foi utilizado como símbolo da luta dos atuais afrodescendentes, ainda em busca de alguns ideais sonhados pelos baianos em questão, nos fins do século XVIII.

No artigo escrito por Augusto de Sá Oliveira, “*Música e Cultura Popular: Olodum, Pelourinho e Imaginário*”, o autor analisa a canção de Germano Meneghel, mostrando que os versos,

[...] tem um forte conteúdo político apresentado na preocupação em saudar e divulgar algo que a música deixa transparecer como esquecido ou mesmo desconhecido, a Revolta dos Búzios: *O Olodum vem saudar/ foi um ato marcante/ que aconteceu em Salvador/ foi a Revolta dos Búzios*. Mas, vai além, localiza a Revolta espacial e socialmente nos seguintes versos: *Foi a Revolta dos Búzios/ João de Deus, Maciel e Pelô/ Nasce uma nova era/ Um novo poder de criar/ Alfaiates, argolas, búzios/ Olodum lembrar*. Anteriormente, as ruas João de Deus e Gregório de Mattos eram também conhecidas como Maciel de Baixo e Maciel de Cima, motivo pelo qual o autor relaciona com diferentes nomes toda a área hoje mais conhecida como Pelourinho, nome que se expandiu além do espaço original do Largo. Quanto aos alfaiates, além de definir uma categoria profissional ligada às classes subordinadas, emprestaram seu nome à Revolta que é mais conhecida na historiografia oficial como Revolta dos Alfaiates. O Pelourinho é, então, tomado como um espaço de “tradição” das lutas e culturas negras no Brasil e o Olodum o seu herdeiro: *Cultura africanizada/ Olodum Pelourinho/ Bahia, Salvador* ³⁴¹.

³³⁹ A música, “*Pelourinho, Cultura Africanizada*”, composta por Germano Meneghel foi gravada no álbum “Da Atlântida a Bahia... O Mar é o Caminho”, faixa 4, Continental, 1991.

³⁴⁰ CONCEIÇÃO; GODI, 1998, p. 31.

³⁴¹ OLIVEIRA, Augusto de Sá. *Música e Cultura Popular: Olodum, Pelourinho e Imaginário*. FACOM/UFBA, s/d, p. 8.

A música, “*Pelourinho, Cultura Africanizada*”, traz no seu início uma chamada forte na luta em relação à tomada ou a busca do poder, onde o autor mostra que não é tarefa nada fácil, pois, como diz os versos: “Para obter um reinado/ É preciso lutar com esforço e dinamismo”. É importante notarmos que o compositor vai mostrar no primeiro verso uma das pautas ligadas ao movimento rebelde de 1798, que foi a contestação do governo monárquico lusitano, vistos nos boletins manuscritos que chamavam o rei de “Indigno Coroado”, clamando o povo a levantar “a sagrada bandeira da Liberdade”³⁴², numa questão que pode ser interpretada como uma forte crítica movida pela insatisfação diante do reinado português, num claro recado de desejo pela tomada do poder por parte dos rebeldes. Porém, percebemos que o autor, nos mostra que para alcançar o grandioso objetivo de conquistar o poder é preciso se empenhar, entregando-se para a luta, com disposição e inteligência, sendo eficaz, decidido e enérgico.

Para Germano Meneghel, o Olodum vai ser o porta-voz, no resgate do movimento de 1798, aquele que veio “saudar”, fazendo com que o “ato marcante” permaneça vivo na contemporaneidade, para que ninguém se esqueça deste evento rebelde ocorrido em Salvador, que o autor chamou de “Revolta dos Búzios”, nome adotado pelo movimento negro baiano na década de 1970. Além do mais, esse evento teve como espaço histórico, as proximidades de onde o Olodum fez morada, sendo reforçadas como o verso que diz: “João de Deus, Maciel e Pelô”. Fazendo uma ligação entre a Rua João de Deus, que homenageia um personagem que foi esforçado e dinâmico nessa história. Já o Maciel, refere-se ao local onde o Olodum tem seu espaço físico e sua presença em todos os sentidos, nessa área conhecida carinhosamente por todos como Pelô. Ao ligar o nome do mestre alfaiate como a localidade de presença física do Olodum, o autor pode querer nos informar sobre a atuação de luta no passado por condições de igualdade e liberdade, representadas aí por João de Deus do Nascimento, mostrando que outros “*Joões*” seguem lutando por essa agenda de igualdade, combate ao racismo e mais oportunidades ao povo negro.

Meneghel destacou a importância do movimento de 1798, quando diz que: “Nasce uma nova era/ Um novo poder de criar”. Querendo nos dizer nas entrelinhas às pautas que foram levantadas pelas reivindicações através dos boletins manuscritos e os depoimentos dos envolvidos, como agendas até então vistas como novidades para a época, tais como, a questão da igualdade entre pretos, pardos e brancos e a libertação dos cativos, que poderia proporcionar uma “nova era”, caso vingassem os planos e ações revolucionárias, marcando

³⁴² MATTOSO, 1969, p. 149.

uma nova forma de lutar, pensar e criar condições para uma mudança sócio-político-econômica com melhorias, especialmente para os oprimidos.

Em seguida o compositor fala da possível missão do Olodum, que não é deixar essa história ser esquecida, pelo contrário sua tarefa é relembrar os feitos desse evento de várias denominações, que também ficou conhecido com o nome de “Revolta dos Alfaiates”, “Revolta dos Argolinhas”, além do já citado, “Revolta dos Búzios”. Daí, o autor citar o verso: “Alfaiates, argolas e búzios”. Na verdade, como já citamos, ele vai se basear na fala de José de Freitas Sacoto, um dos presos no movimento de 1798, que descreveu as características dos envolvidos, através dos sinais distintivos, identificando-os no partido da revolução, como aqueles “com brinquinho na orelha, barba crescida até o meio do queixo, com hum buzio de Angola nas cadeas do relógio [...]”³⁴³.

Como já sinalizamos, o termo que vai ser reforçado e seguido é a “Revolta dos Búzios”, fazendo a ligação com a “Cultura Africanizada”, com o búzio de Angola, com o símbolo da luta de afrodescendentes, sobretudo os pobres, alfaiates, soldados e escravizados, que o Olodum fez questão de revelar e se inspirar neste episódio de fortes marcas do passado, refletidas no presente, através da luta capitaneada pelo bloco afro, dentro do Pelourinho (Rua João de Deus/ Maciel), dentro de Salvador, dentro da Bahia, dentro do Brasil, numa possibilidade de pensarmos que a ideia do autor é mostrar como esse importante evento pode sair do local de militância do Olodum e se espalhar pelo Brasil, através dessa poderosa caixa de ressonância que é o “Vulcão Africano do Pelô”³⁴⁴.

Na década de 1990, foi à vez do bloco afro Ilê Aiyê, desenvolver várias ações ligadas ao movimento de 1798, sendo destacada a apresentação de uma peça teatral, na noite do evento destinado a Beleza Negra em 1991, com a participação do ator e militante do MNU, Mario Gusmão³⁴⁵. Neste ano, o Ilê também desfilou pelo carnaval de Salvador com o tema “*Revolta dos Búzios*”. Além de divulgar a temática em questão pela comunidade do bairro da Liberdade (Curuzu) em Salvador, o bloco afro ainda desfilou pelo centro da capital baiana, fazendo das ruas um ótimo palco de divulgação de uma história importante da Bahia. Através das canções, o movimento de 1798 e seus personagens foram mostrados, fazendo da música, um excelente material didático, cantando e encantando os ouvintes. Uma das canções

³⁴³ ADCA, 1998, v. II, p. 753.

³⁴⁴ João Jorge Rodrigues, presidente do Olodum, informa que a expressão “Vulcão Africano” foi pela primeira vez usada no carnaval de 1985, onde o tema era a *Revolta dos Búzios e Moçambique*. Ver: RODRIGUES, João Jorge Santos. *Olodum: Estrada da paixão*. Salvador: FCJA, Grupo Cultural Olodum, 1996, p.14.

³⁴⁵ Essa informação pode ser obtida através do site do bando de teatro do Olodum (bandodeteatrolodum.com.br/historico) e também existe uma imagem no Caderno de Educação nº 7, com uma imagem de Mario Gusmão, ator e militante negro, atuando na peça executada em 1991, na noite da Beleza Negra do Ilê Aiyê.

marcantes que podemos utilizar como exemplo para analisarmos o envolvimento do Ilê Aiyê com a temática, foi composta por Reinaldo Sacramento (Rezinho), intitulada, “*A Esperança de Um Povo*”, sendo assim apresentada:

A Esperança de Um Povo

Num canto envolvente
Vai meu sentimento, levar a tristeza
Num ego expresso vejo o Ilê Aiyê
Símbolo da raça negra

Revolta dos Búzios
História Passada
Deixaram mágoa em Salvador
E o povo bahianense leu o boletim dos revolucionários
Homens cidadãos
Ó povo curvado
E abandonado pelo rei
O Rei de Portugal

João de Deus, bravo guerreiro
Morreu enforcado, foi esquartejado
Por ser líder negro

A esperança de um povo
Que vivesse no mundo melhor
Liberdade, igualdade, respeito
Eu quero direito sem preconceito
Liberta eu
Liberta eu não quero sofrer mais não
Estou na beira do abismo correndo perigo
Cadê minha libertação?³⁴⁶

Osmundo Pinho, no seu livro, “*O Mundo Negro’: Hermenêutica Crítica da Reafricanização em Salvador*”, nos chama a atenção de como “os temas e as músicas reconstroem a historicidade dos negros no Brasil e na Diáspora, e a própria historicidade do carnaval e das lutas negras em Salvador”³⁴⁷. E segue dizendo que,

[...] parte desta letra transcreve literalmente o trecho do manifesto dos alfaiates, a partir dos ideais libertários iluministas, o fim da escravidão, significando nesse

³⁴⁶ A música, *A Esperança de Um Povo*, está gravada no CD Canto Negro do Ilê Aiyê (2003), na faixa 2.

³⁴⁷ PINHO, Osmundo. “*O Mundo Negro’: Hermenêutica Crítica da Reafricanização em Salvador*”. Salvador. Ed. Progressiva, Curitiba, 2010, p. 273.

sentido uma reapropriação da história, na medida em que o Ilê reivindica a negritude dos principais líderes do movimento como João de Deus ³⁴⁸.

O estudo de Francisco Carlos Cardoso da Silva, na sua tese intitulada, “*Invenções Negras na Bahia: pontos para discussão sobre o racismo à brasileira*”, fala de como o Ilê Aiyê, vai se utilizar da história do negro no Brasil e reescrevê-la em forma de música, usando essa nova roupagem da narrativa histórica como arma de combate ao racismo. Apesar de não analisar o personagem, João de Deus do Nascimento, o autor aponta para a questão da criação de novos heróis, a partir da ação do bloco afro, nos dizendo que:

Entre práticas e discursos o Ilê Aiyê caminha construindo modos de ser numa rede de combate ao racismo, produzindo uma nova realidade imagético-discursiva e escrevendo uma nova história sobre o negro. Uma história etnotextual tecida por muitas mãos, produzindo novas configurações político-culturais e assim criando novos heróis: “Num canto envolvente/ Vão meus sentimentos, levar a tristeza/ num ego expresso vejo o Ilê Aiyê/ Símbolo da raça negra/ revolta dos Búzios/ história passada/ Deixaram mágoa em Salvador/ E o povo baiano/ Leu o boletim dos revolucionários...” ³⁴⁹.

Jônatas Conceição faz uma análise sobre a música, “*A Esperança de Um Povo*”, falando das diversas questões que foram reivindicadas no movimento de 1798, influenciadas pelas ideias da Revolução Francesa, tais como os ideais de República, independência, igualdade, liberdade e fraternidade, entre outras, além do aumento de soldos dos militares, onde populares e gente elitizada participava dessas reivindicações. Mas para o autor, a questão fundamental que dividia as opiniões dos rumos do evento rebelde, estava ligada a libertação dos cativos. E neste sentido, ele coloca João de Deus do Nascimento, como um dos principais defensores dessa bandeira, afirmando que:

A liderança da Revolta, obviamente, não entendia porque também não reivindicar a libertação dos negros escravizados. Coube a ela fazê-lo. João de Deus, um dos quatro líderes negros assassinados, numa das fases do interrogatório expressa assim aquela reivindicação: “*Que havia muita pólvora, bala, e gente para o fim de reduzir o povo desta Cidade a uma igualdade, sem distinção de qualidade*”. Em outro momento, João de Deus é mais explícito: “*Que o seu barracamento havia de ser nas Fortalezas, e que todos os cativos pardos e pretos ficarão libertos sem que houvesse mais escravo algum*” ³⁵⁰.

Algumas questões são importantes para entendermos a análise que Jônatas Conceição fez em relação a João de Deus do Nascimento, a partir da canção de Reizinho. Podemos

³⁴⁸ PINHO, 2010, p. 273-274.

³⁴⁹ SILVA, Francisco C. C. *Invenções Negras na Bahia: pontos para discussão sobre o racismo à brasileira*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC-SP, 2008, p. 197.

³⁵⁰ CONCEIÇÃO; GODI, 1998, p. 39.

observar que o autor utiliza a palavra, “negro”, para se referir aos líderes da revolta, neste caso, os 4 mortos em 1799. Numa descrição que Conceição faz anteriormente sobre o mestre alfaiate, ele o chama de “negro claro”³⁵¹, mudando todas as terminologias ligadas à palavra, “pardo”, trazendo a afrodescendência dos mestiços atuantes no movimento de 1798 para o reforço da luta contra o racismo e a favor da valorização dos negros. Daí, todos os pardos são resgatados e incorporados como negros, a partir da militância do movimento negro baiano que sabiamente se utilizou de um evento histórico para divulgar seus ideais. Como analisou Petrônio Domingues,

Para incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU resolveu não só despojar o termo “negro” de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Assim, ele deixou de ser ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás. O termo “homem de cor”, por sua vez, foi praticamente proscrito³⁵².

Outra questão importante é a ligação que Conceição fez em relação à bandeira da liberdade dos cativos, colocando João de Deus do Nascimento como uma das vozes ativas dessa causa, tomando como argumento a denúncia de Joaquim José de Santana, que revelou ter ouvido dizer do próprio mestre alfaiate, as frases acima, ligadas ao uso de armas para a conquista da igualdade, além da libertação dos escravizados³⁵³.

Jônatas Conceição diz que o aspecto que mais lhe chamou a atenção na composição da música em questão “é o da subjetividade do poeta”. Para ele, o compositor,

[...] se envolveu de tal maneira com o drama dos líderes assassinados que o seu “*canto envolvente*” vai “*levar a tristeza*”, através de um “*ego*” que é o Ilê Aiyê. Em alguns trechos da canção a voz do poeta e a voz do personagem da Revolta- no caso Reizinho privilegiou João de Deus- se identificam: “*Liberta eu, não quero sofrer mais não/ Estou na beira do abismo correndo perigo/ Cadê minha libertação?*”³⁵⁴.

Conceição segue analisando, nos dizendo que:

No primeiro verso o pronome pessoal de caso reto EU, usado singularmente em contexto oblíquo, deixa-nos também com duas possibilidades interpretativas: refere-se ao drama histórico de João de Deus prestes a ser enforcado e esquartejado e, refere-se ao EU do poeta, ao negro brasileiro de hoje que, assim com a liderança da Revolta, ainda luta contra o racismo, a discriminação e pelo poder político, e é assassinado diariamente pelas polícias brasileiras³⁵⁵.

³⁵¹ CONCEIÇÃO; GODI, 1998, p. 24.

³⁵² DOMINGUES, 2007, p.115.

³⁵³ A denúncia de Joaquim José de Santana, que contém essa citação está no ADCA, 1998, v. I, p. 289.

³⁵⁴ CONCEIÇÃO; GODI, 1998, p. 42.

³⁵⁵ CONCEIÇÃO; GODI, 1998, p. 42.

É impressionante como o poeta Jônatas Conceição conseguiu analisar com maestria a ligação entre o passado e o presente, contido nos fortes versos do compositor Reginaldo Sacramento. A luta de João de Deus do Nascimento nos fins do século XVIII é assim vista, como um exemplo a ser seguido em prol das lutas atuais, onde muitos jovens negros, ainda sofrem os resquícios de tempos atrás, com a exclusão, o racismo e a violência. Hoje, assim como ontem, ainda se luta pela ascensão do povo negro no poder, pelo combate a discriminação racial e pela eliminação de inúmeros casos de extermínios de jovens negros em nosso país.

Jônatas Conceição finalizou sua análise sobre a canção, destacando três passagens assim citadas:

1) a explicação de traços de identidade étnica da liderança da Revolta, na letra representada por João de Deus (“Por ser líder negro/// “Ilê Aiyê- Símbolo da raça negra”); 2) uma preocupação do poeta em retratar fielmente, com dados da História, o drama da Revolta (“João de Deus (...) / Morreu enforcado, foi esquartejado”/// “E o povo bahianense leu o boletim dos revolucionários”/// “Homens cidadãos/ Ó povo curvado/ E abandonado pelo rei/ o rei de Portugal”); e 3) a leitura que os líderes negros da Revolta fizeram das teses da Revolução Francesa (“A esperança de um povo/ Que vivesse no mundo melhor/ Liberdade, igualdade, respeito/ Eu quero direito sem o preconceito”)³⁵⁶.

Como vimos, Conceição buscou nas linhas e entrelinhas, revelar o quanto uma canção/poema, narra uma história referindo-se a diversos elementos importantes para o conhecimento do movimento de 1798 e do personagem João de Deus do Nascimento, mostrando a apropriação do mestre alfaiate como líder negro, na busca em divulgar histórias de personagens afrodescendentes que foram ativos no passado e que passam a servir de referência e inspiração para as lutas do presente. Para o compositor, o mestre alfaiate e seus companheiros lutaram contra a opressão do sistema monárquico português que deixava o povo baiano curvado e abandonado. Luta pela liberdade, igualdade e fraternidade inspirada nos ideais da Revolução Francesa, mas traduzidas para o presente como uma luta por respeito, por direito, sem preconceito, enfim, uma luta contra o racismo e a exclusão, em todos os sentidos, do povo negro. Assim, Reizinho, não só colocou João de Deus do Nascimento como símbolo dessa luta, mas também o exaltou, chamando-o de “bravo guerreiro”.

Por que João de Deus do Nascimento foi o escolhido? A resposta pode não ser tão fácil, pois não sabemos o real pensamento do compositor. Mas, as citações que fizeram sobre o mestre alfaiate o acusando de levantar a bandeira da libertação dos cativos, as denúncias que o colocaram como protagonista dessa história, a contestação dele perante os homens brancos

³⁵⁶ CONCEIÇÃO; GODI, 1998, p. 42.

de sua época, a não aceitação do lugar que ele ocupava e o desejo de ser grande, de ter dinheiro, de ter poder, a atitude em se vestir, a questão de ser pai de uma família numerosa, de ter uma vida ativa com passagens polêmicas e morrer por ter se envolvido no movimento de ideais revolucionários, podem representar algumas pistas que fazem do personagem um símbolo para as gerações atuais, um homem de carne e osso com ideais que ainda urgem. Com diz o compositor, João de Deus é referenciado como “um líder negro”.

Em 1998, ano do bicentenário do movimento rebelde baiano, diversas ações foram feitas pelos movimentos negros, especialmente pelos blocos afros, Ilê Aiyê e Olodum. Por exemplo, o Ilê lançou o Caderno de Educação com o título, “*Revolta dos Búzios, 200 anos*”. Já o Olodum, desfilou o seu bloco Olodum Mirim no carnaval de Salvador, homenageando a chamada “*Revolta dos Búzios*”, onde foram feitas petições para o prefeito da época, Antônio Imbassahy, no sentido de criar um monumento na Praça da Piedade em homenagem aos 4 mortos do movimento de 1798, além da criação de uma placa para ser colocada na Rua João de Deus, em homenagem a esse personagem. Tempos depois essas ações foram realizadas.

Já na primeira década do século XXI, o bloco afro Olodum Mirim, voltou a desfilar com a temática da *Revolta dos Búzios*, durante o carnaval de Salvador em 2007. Na ocasião os jovens cantaram pelas ruas a música, “*Os Búzios do Olodum*”, composta por Marcelo Gentil e Romir Conde Garcia. A canção fala, entre seus versos, da luta contra escravidão e utiliza o nome de João de Deus do Nascimento em seu refrão, ligando o movimento de 1798 com o nome do mestre alfaiate, a ação do Olodum em preservar essa memória e a localidade do Pelourinho, que abriga o bloco afro divulgador dessa história. E assim diz a letra da canção:

Os Búzios do Olodum

Episódio notório e
Marcante em Salvador
Movimento social
E político
Que irmanou todo povo
Em um só clamor
Ricos, brancos e negros
Reerguendo a bandeira
Da libertação
Unidos tramaram uma conjuração
Se opuseram à escravidão
Ricos brancos e negros e irmãos
Ricos brancos e negros e irmãos

Revolta dos Búzios Salvador
João de Deus e Olodum
Eu sou do Pelô
João de Deus e Olodum
Somos do Pelô

Revolta dos Búzios Salvador
O Olodum vem lembrar
Uma luta oculta pela História
No Pelourinho se ouve ecoar
João de Deus e Lucas Dantas
Serão lembrados eternamente
Por lutarem pelo seu povo
Tornaram-se mártires inconfidentes

Revolta dos Búzios Salvador
João de Deus e Olodum
Eu sou do Pelô
João de Deus e Olodum
Somos do Pelô

Traídos covardemente
Por amigos de confiança
Os quais se escondem eternamente
Nas covardes sombras da ignorância
Traíram os Búzios, mas se esquecem
Que o Olodum vive a memória
E não esquece os que morreram na luta
Nos Búzios da nossa real História ³⁵⁷.

A partir do título da canção retratada, percebemos como os compositores associaram essa história de luta à militância do bloco afro, mostrando como o Olodum se tornou uma espécie de porta voz, o maior divulgador do movimento de 1798 entre o povo. Uma história associada aos elementos de identificação da participação ativa de afrodescendentes no evento rebelde através da associação com os búzios, mostrando como o Olodum pode ser considerado um herdeiro dessa tradição de reivindicações e luta pela igualdade, liberdade e fraternidade, sobretudo no que diz respeito ao combate ao racismo e a inclusão do povo negro.

Nos primeiros versos da canção, os compositores falam da importância histórica do movimento de 1798, mostrando didaticamente o espaço histórico do evento e classificando-o como um “movimento social e político”, nos fazendo lembrar os estudos de Affonso Ruy, que

³⁵⁷ A música *Búzios do Olodum* compõe o CD duplo “Tambor Cidadão” de 2007, interpretada por Rodrigo de Deus, da Banda Olodum Mirim, com participação de Tonho Matéria.

intitula a temática como a “*Primeira Revolução Social Brasileira*” e Ubiratan Castro de Araújo, que intitula os mortos envolvidos na trama como “os primeiros políticos do povo na Bahia”. Os compositores falam da agenda de fraternidade e da luta pela igualdade entre brancos e negros, não utilizando o termo “pardo”, mas cometem um equívoco ao colocar: “Ricos, brancos e negros/ reerguendo a bandeira da libertação/ Unidos tramaram uma conjuração/ se opuseram à escravidão”. Primeiro que os ricos e brancos não foram favoráveis à agenda da libertação dos cativos, talvez esse seja o ponto de maior divergência entre os ideais dos rebeldes. Aliás, essa bandeira não foi erguida anteriormente pela elite, portanto não foi no movimento de 1798 que ela seria reerguida. A agenda de libertação dos escravizados foi encontrada nos depoimentos dos pobres, pardos e pretos livres, forros e escravizados presos no movimento rebelde baiano.

No refrão, os compositores citam a terminologia que o movimento negro intitula diante do movimento de 1798, chamado de “Revolta dos Búzios” e fala de João de Deus do Nascimento como símbolo usado por eles para representar o evento histórico, citando o personagem e o Olodum, numa ideia do bloco afro enquanto representante atual das lutas passadas, tendo como sede, como palco de divulgação do tema e da continuidade da luta, o Pelourinho, que é o local onde algumas tramas do evento histórico em questão aconteceram, onde o Olodum possui sua principal residência e onde se homenageia o mestre alfaiate.

Em seguida os compositores mostram a função do bloco afro, que é a divulgação da “Revolta dos Búzios”: “O Olodum vem lembrar/ Uma luta oculta pela História/ No Pelourinho se ouve ecoar”. Eles denunciam o desconhecimento do movimento de 1798, dessa história de luta silenciada e negligenciada na historiografia, na medida em que o grande público desconhece o fato, sendo o Olodum, neste sentido, responsável por fazer essa história ecoar. João de Deus do Nascimento volta a ser citado, desta vez junto a Lucas Dantas, numa homenagem em que se fala da preservação da memória e reconhecimento pela luta e pelo martírio de ambos, que neste caso, deram a vida pelo ideal de melhoria para o povo: “João de Deus e Lucas Dantas/ Serão lembrados eternamente/ Por lutarem pelo seu povo/ Tornaram-se mártires inconfidentes”.

A música é finalizada com denúncia das ações dos delatores, Joaquim José da Veiga, Joaquim José de Santana (os dois que denunciaram João de Deus do Nascimento) e José Joaquim de Sirqueira (que denunciou Lucas Dantas). Talvez, por essa razão os compositores citaram apenas o nome dos delatados que: “Foram traídos covardemente/ Por amigos de confiança”. Esses versos mostram que os atos dos delatores são vistos como grande covardia,

sendo considerado como uma tremenda traição, onde estes “se escondem eternamente/ Nas covardes sombras da ignorância”, talvez pelo desconhecimento do povo em relação ao evento histórico. Porém, na visão dos autores, o Olodum tem a missão de não deixar essa história ser ocultada, revelando seus traidores e deixando acessa a memória dos mártires, contando e divulgando a história real dos “Búzios”, que pode ser interpretada como a verdadeira história de ideais, luta e sacrifício, daqueles que perderam a vida pela causa: “Traíram os Búzios, mas se esquecem/ que o Olodum vive a memória/ E não esquece os que morreram na luta/ Nos Búzios da nossa real História”.

Com a lei 10.639/03 a temática sobre o movimento de 1798, ganhou um pouco mais de espaço, levando a elaboração de materiais didáticos, como a revista em quadrinhos feita em 2007, por Maurício Pestana em parceria com o Olodum, intitulada, “*Revolta dos Búzios: Uma História de Igualdade no Brasil*”, que foi distribuída nas escolas municipais de Salvador promovendo a luta pelo reconhecimento em lei do heroísmo dos baianos e a construção de “lugares de memórias”, tais como a inclusão dos nomes desses personagens no “*Livro dos Heróis da Pátria*”, utilizando uma linguagem didática que alcançasse o aluno, fazendo o discente entender de uma forma lúdica, a história do movimento baiano de 1798 e sua importância na luta pela igualdade nos dias atuais. Outra questão a ser levantada é a utilização da palavra “negro” e “herói” para reforçar e valorizar os feitos daqueles pardos do século XVIII, que foram resgatados e incluídos como afrodescendentes que lutaram em prol da causa negra. Além disso, João de Deus do Nascimento vai ganhar um grande destaque nesse material, que o considera como “o maior exemplo de liderança jovem e aguerrida” do evento rebelde de 1798.

Esses negros tinham uma coisa em comum. Embora em sua maioria denominados como mulatos, por serem filhos de brancos com negras, tinham consciência racial; conviviam e combatiam a discriminação da qual eram vítimas; tinham uma forte autoestima e entendiam que a educação era fundamental; sabiam ler e escrever; eram corajosos, atrevidos e revolucionários. Tanto é que apostaram tudo na distribuição dos panfletos convocando o povo baiano para a rebelião e a liberdade.

O maior exemplo dessa liderança jovem e aguerrida foi João de Deus do Nascimento, jovem bonito, o alfaiate João de Deus se dizia o homem mais elegante de Salvador, pois fazia as roupas das pessoas mais elegantes e importantes da cidade em sua tenda na Rua Chile, mas caprichava mesmo em suas roupas, portanto se dizia mais elegante que todos.

Essa autoestima, aliada à garra, ao censo de justiça e coragem e suas ações fizeram daqueles jovens verdadeiros heróis nacionais. Fato que a História oficial do Brasil insiste em ignorar ³⁵⁸.

³⁵⁸ PESTANA, 2007, p.14.

As crianças e adolescentes são elementos fundamentais nessa tarefa de reconhecimento e posituação dos negros ao longo da História, principalmente no ambiente escolar que cumpriria muito bem sua tarefa se funcionasse como caixa de ressonância de exemplos das lutas dos negros, coisa que não acontece satisfatoriamente na prática. Como vimos, o exemplo importante que foi dado para divulgação e valorização dessa história vem a partir da iniciativa do Olodum e do Ilê Aiyê, com seus projetos pedagógicos, construindo materiais didáticos, levando a temática de 1798 para as ruas, para as escolas, enfim, fazendo com que os jovens não só aprendam a tocar, dançar e cantar, mas, sobretudo, a se educar conscientemente com a discussão da questão racial e da luta contra o racismo, em prol do respeito e da igualdade. Fazendo com que os populares se apropriem dessa história, tomando-a como inspiração das lutas atuais, levando o nome de João de Deus do Nascimento para a boca e para mente do povo.

Outras homenagens

Além de algumas abordagens exaltando e homenageando João de Deus do Nascimento na historiografia, nas músicas e nas cartilhas educativas dos blocos afros baianos, Ilê Aiyê e Olodum, outras homenagens também foram feitas ao mestre alfaiate ao longo da história. Sendo uma das mais importantes, a nomeação da antiga Rua do Maciel no Pelourinho que passou a se chamar Rua João de Deus.

A resolução nº 86 de 28 de maio de 1894, na gestão do intendente municipal da capital do Estado da Bahia, José Luiz de Almeida Couto, determinava as denominações dos logradouros sendo assim descritas:

Art. 1º. O Districto da Sé limita-se ao Norte com o da Rua do Paço:

Art. 2º. As ruas d'esse Districto terão as denominações que seguem: Portas do Carmo; rua do Motta; rua do Ferrão; rua do Maciel [...] ³⁵⁹.

De acordo com a documentação acima descrita, a Rua do Maciel, já tinha essa denominação oficialmente desde fins do século XIX. Segundo o jornalista, Luiz Eduardo Dorea, no seu livro, “*Histórias de Salvador no nome das suas ruas*”, o Maciel ao longo do tempo passou a ser chamado de Maciel de Baixo e Maciel de Cima. Com o autor descreveu:

Localizadas na área de influência do Pelourinho, as ruas do Maciel de Baixo e do Maciel de Cima têm este batismo comum originado na figura de José Sotero *Maciel* de Sá Barreto, cidadão importante na antiga Salvador, com direito a “brasão de armas na porta do seu solar, que mais tarde se chamou do Ferrão”. Aquelas vias foram abertas em local conhecido anteriormente como a Quinta do Maciel, da qual era *Maciel* o proprietário, sendo “quinta” aí entendida no sentido que tem em Portugal, de “grande propriedade rústica, com casa de habitação”.

Dentro dos limites do seu terreno, ele cultivava uma lavoura de subsistência, o que serviu para dar origem ao batismo de uma área próxima, que passou a ser popularmente indicada como hortas do Maciel, onde mais tarde seria aberta uma via chamada Ruas das Flores. Os complementos “de Baixo” e “de Cima” eram comuns a algumas ruas da Cidade do Salvador, levando-se em conta o desnível existente entre uma e outra em conformidade com os acidentes naturais do terreno ³⁶⁰.

O Maciel de Cima foi o local que mudou de nome para homenagear o mestre alfaiate João de Deus do Nascimento. Aí ficamos a perguntar o porquê, por quem e quando essa mudança foi feita, achando que essa modificação havia acontecido pelas ações do movimento

³⁵⁹ O documento foi conseguido na SUCOM, no setor de logradouros, gentilmente disponibilizado pelo funcionário Sérgio Pinto em 18 de setembro de 2015.

³⁶⁰ DOREA, Luiz Eduardo. *Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas*. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 176-177.

negro, especialmente pelo Olodum, que adquiriu em 1985, a sua sede no Maciel de Baixo e segundo seu diretor, João Jorge Rodrigues:

O imóvel que hoje abriga a Casa do Olodum está situado na Rua Gregório de Mattos, 22, Pelourinho, na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, no Brasil. É um imóvel que está diretamente ligado à história da rebeldia social e política do negro baiano, pois foi construído entre os anos de 1790 e 1798, este último o ano da deflagração da Revolta dos Búzios, primeiro movimento político a pregar o fim da escravidão e a república como forma de governo³⁶¹.

Mas a dúvida só tendeu a aumentar, pois se o Olodum tinha sua sede no Maciel de Baixo (Rua Gregório de Mattos) e tinha seu prédio ligado ao tempo do movimento de 1798, por que não foi essa localidade que homenageou o mestre alfaiate? Na verdade, descobrimos que o nome da Rua João de Deus, foi dado muito antes do que pensávamos e, ao que parece, não foi fruto da ação do movimento negro baiano e sim da ação do ex-diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia, Francisco Borges de Barros, admirador do mestre alfaiate.

O ato nº 101 de 25 de outubro de 1932, assim descreveu:

O engenheiro civil José Americano da Costa, Prefeito da Cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia, tomando em consideração proposta apresentada pela comissão encarregada da nomenclatura urbana, sob a presidência do não prefeito, engenheiro civil Arnaldo Pimenta da Cunha e composta dos Srs.: - Drs. Theodoro Sampaio, Francisco Borges de Barros, Milton da Rocha Oliveira e o contratante do serviço de plaqueamento da cidade, Sr. R. A. Baptista, cuja comissão sugeriu a modificação das denominações de varias ruas e praças desta Cidade, conforme enumera a relação anexa, no uso de suas atribuições, resolve aprovar a referida proposta, mandando que entre a mesma em execução.

Manda que se publique e se expeçam as necessárias comunicações.

Gabinete da Prefeitura da Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia, em 25 de novembro de 1932.

(Assinado) – José Americano da Costa, Prefeito.

A. Carneiro da Rocha, Secretário.

Nomes antigos

Nomes para gravar nas placas

Rua Maciel de Cima.....Rua João de Deus [...]

Bahia 25 de outubro de 1932

(Assinados)

Dr. Francisco Borges de Barros

R. A. Baptista.³⁶²

³⁶¹ RODRIGUES, João Jorge. *Olodum: Estrada da Paixão*. Salvador: FCJA, Grupo Cultural Olodum, 1996, p. 41. A informação sobre a aquisição do imóvel pode ser encontrada no mesmo livro na página 14.

³⁶² O documento foi conseguido na SUCOM, no setor de logradouros, gentilmente disponibilizado pelo funcionário Sérgio Pinto, em 18 de setembro de 2015. Atualmente a Rua João de Deus, sob o efeito da lei 5.618/99 (encontrado no DOM de 18/10/1999), na gestão do prefeito Antônio Imbassahy, fez retornar o antigo nome que é o Maciel de Cima, mas as placas de azulejo português tombadas no Pelourinho não podem ser retiradas, ficando assim o nome do mestre alfaiate gravado nas paredes do Centro Histórico de Salvador. A imagem a seguir pertence ao arquivo pessoal do autor.



Em 1998, o bloco Olodum Mirim fez uma petição ao prefeito Antônio Imbassahy, em virtude das comemorações do bicentenário do movimento de 1798, chamando a atenção para a realização de outras homenagens aos homens que perderam a vida por conta do evento rebelde, pedindo a construção de um monumento na Praça da Piedade e uma placa em homenagem a João de Deus do Nascimento, a ser colocada na rua que recebe o seu nome no Maciel de Cima.

Os pedidos das ações encabeçadas pelo movimento negro baiano foram atendidos e a Praça da Piedade ganhou em 2004, quatro bustos com informações, mostrando dados biográficos e a pauta dos planos associados a João de Deus do Nascimento, Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas do Amorim Torres e Manoel Faustino dos Santos Lira, numa obra feita pelo artista Hebert Vianna Magalhães, inaugurada pelo prefeito Antônio Imbassahy no seu segundo mandato, em cerimônia realizada no dia 8 de novembro do ano referido, data em que se completava 205 anos do enforcamento e esartejamento dos condenados acima citados, mortos brutalmente na localidade³⁶³.

Segundo a pesquisadora Neila Maciel, o artista Herbert Viana Magalhães, construiu os bustos com 2,20 m de altura e a base de 0,40 x 0,40 m, utilizando a técnica de fundição e placas de granito, bronze e granito³⁶⁴. Posteriormente as obras foram depredadas por vândalos, chegando a ter um dos bustos furtados. Somente em 2011, na gestão do prefeito João Henrique de Barradas Carneiro, os bustos passaram por uma reforma (o busto furtado foi refeito) e foram reinaugurados em agosto do citado ano.

Atualmente o busto de João de Deus do Nascimento encontra-se na Praça da Piedade, com o seguinte texto:

Nasceu na Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, em 1771, filho de José de Araújo e Francisca Maria.
Casado com Luiza Francisca de Araújo, livre, mestre alfaiate e cabo de esquadra do 2º Regimento de Milícia e foi preso em 16 de setembro de 1798, enforcado e esartejado nesta praça, aos 27 anos.
Mártir do movimento revolucionário de 1798, intitulado Conspiração dos Búzios, Revolta dos Alfaiates ou Conjuração Baiana, defendeu a causa da independência do Brasil, da proclamação da República, da abolição da escravatura e dos direitos iguais para todos os cidadãos³⁶⁵.

³⁶³ Ver o Diário Oficial do Município de Salvador do dia 8 e 10 de novembro de 2004.

³⁶⁴ MACIEL, Neila. *Projeto de Mapeamento de Painéis e Murais artísticos de Salvador*. Segunda Etapa, Relatório Final. FUNCEB, Salvador, 2010, p. 23.

³⁶⁵ As informações contidas no monumento pertencente à Prefeitura Municipal de Salvador. Apesar da reinauguração, o texto original parece ter sido mantido, talvez com um erro quanto à data da inauguração feita por Antônio Imbassahy em 8 de novembro de 2004 e atualmente está escrito 4 de novembro de 2011, sendo também modificada a placa que passou a ter o slogan e o nome do prefeito João Henrique. Sobre a imagem, ver: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1b/joaodedeusdonascimento.jpg>.



JOÃO DE DEUS DO NASCIMENTO

NASCEU NA VILA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO PORTO DA CACHOEIRA, EM 1771, FILHO DE JOSÉ DE ARAÚJO E FRANCISCA MARIA.

CASADO COM LUIZA FRANCISCA DE ARAÚJO, LIVRE, MESTRE ALFABETE E CABO DE ESQUADRA DO 2º REGIMENTO DE MILÍCIA, FOI PRESO EM 18 DE SETEMBRO DE 1798, JULGADO PELO TRIBUNAL DA RELAÇÃO EM 05 DE NOVEMBRO DE 1798, ENFORCADO E ESQUARTEJADO, NESTA PRAÇA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 1798, AOS 27 ANOS.

MARTIR DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DE 1798, INTITULADO CONSPIRAÇÃO DOS BUZIOS, REVOLTA DOS ALFABETES OU CONJURAÇÃO BAIANA, DEFENDEU A CAUSA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO E DOS DIREITOS IGUAIS PARA TODOS OS CIDADÃOS.

INAUGURADO NA GESTÃO DO PREFEITO ANTONIO HEBASSAINE, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2004.
RESTAURADO NA GESTÃO DO PREFEITO JOÃO HENRIQUE BARRADAS CARNEIRO EM JUNHO DE 2011.

Existem alguns equívocos quanto às informações colocadas no busto do mestre alfaiate, como por exemplo, a data de sua prisão, que foi em 26 de agosto de 1798 e os planos associados aos “mártires”, como a “Independência do Brasil”, quando na verdade esse foi um movimento local. Mas, consideramos o monumento sobre o personagem como algo positivo, servindo para não deixar apagada a história do mestre alfaiate e de seus companheiros. Um lugar onde as pessoas podem registrar de alguma forma, as informações ali contidas, incluindo a imagem destes, que são retratados como negros.

Neste sentido ficamos com a orientação de Pierre Nora, quando este fala dos “lugares de memória”, onde pensamos que, as homenagens e comemorações, sobretudo daqueles que foram ocultados ou depreciados por um longo tempo, como o personagem do nosso estudo, funcionam como importante elemento para fazer a história eternizá-los, mesmo modificando suas abordagens ao longo dos tempos, servindo de interesses aos grupos que criam esses monumentos, de acordos com suas convicções e com a serventia que a imagem do sujeito histórico pode lhes dar. Como o autor observou em seus estudos:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência à verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria ³⁶⁶.

Assim, outros “lugares de memória”, contendo as homenagens sobre João de Deus do Nascimento, foram surgindo pelas ruas de Salvador, tendo como exemplo, uma placa comemorativa solicitada pelo Olodum para ficar exposta na rua que possui o nome do mestre alfaiate no Maciel de Cima/ Pelourinho. Na placa, temos uma pequena parte da biografia do personagem, a data da prisão, o local e a data da morte. Mas, o que nos chamou a atenção, foi à utilização do termo “herói da Revolta dos Búzios”, mostrando a contribuição incansável do Olodum no processo de heroização do mestre alfaiate ³⁶⁷.

³⁶⁶ NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História 10. Nº 10. Dez. PUC-SP, 1993, p. 13.

³⁶⁷ João Jorge Rodrigues nos informou que a placa foi colocada em 2006 e retirada em 2007, na entrada da Rua João de Deus, durante a gestão do prefeito João Henrique de Barradas Carneiro.



*JOÃO DE DEUS DO NASCIMENTO
nasceu na Vila de Cachoeira - Ba,
no ano de 1771. Homem livre, pardo,
cabo de esquadra do 2º Regimento
desta praça, mestre alfaiate, era
casado com D. LUIZA FRANCISCA
D'ARAÚJO e tinha filhos.*

*Herói da Revolta dos Búzios,
preso em 26 de agosto de 1798,
enforcado e esquartejado na Praça
da Piedade, Salvador-Ba, em
18 de novembro de 1799.*

As informações contidas na placa nos faz pensar em algumas questões referentes às homenagens feitas ao mestre alfaiate. Inicialmente o texto parece seguir a documentação da época do fato ocorrido, principalmente por denominar João de Deus do Nascimento como *pardo*, haja vista que as homenagens feitas pelos movimentos negros, utilizam o termo *negro* para referir-se ao personagem e a todos os outros na mesma condição. Fica então o questionamento em relação a esse item, já que textos anteriores trazem o termo por último adotado³⁶⁸.

Isso fica mais intrigante, pois se utiliza, no decorrer da homenagem, a classificação do movimento de 1798 como a “Revolta dos Búzios”, ligando o fato, a luta de afrodescendentes incluídos no evento e a pauta da libertação dos cativos. Realmente nos fazendo pensar que a palavra *pardo*, acabou passando despercebida na confecção da homenagem ou realmente foi proposital, mostrando que a documentação da época descrevia assim. O fato é que ser pardo para os movimentos negros, também é ser negro, ser afrodescendente.

Por fim, o termo *herói*, vai aparecer nitidamente nesta homenagem, que ocorreu no ano de 2006, ou seja, antes de acontecer à legitimação deste, como herói da Pátria, fato que só ocorreu em 2011. Assim, podemos perceber como as ações de heroicização, neste caso, guiadas pelo Olodum, ganharam uma grande visibilidade, na medida em que a placa foi colocada num dos maiores locais turísticos de Salvador, com uma enorme efervescência artística e cultural, que é o Maciel/Pelourinho. Aquele nome cantado, gravado na Praça da Piedade e no Maciel de Cima, passava a ganhar mais visibilidade. Pena que a placa foi retirada no ano seguinte, ao que parece, devido à degradação física e social do local na época, não permitindo, neste sentido, que o nome de João de Deus do Nascimento fosse mais bem propagado.

³⁶⁸ Sobre a imagem da placa em homenagem a João de Deus do Nascimento, ver: <http://jeitobaiano.atarde.uol.com.br/wp-content/uploads/2009/08/09/olodum-e-a-revolta-dos-buzios/>.

O “herói negro”

Ao falar do processo de heroicização de um sujeito histórico, devemos perceber que a sua construção enquanto herói surge necessariamente dos anseios de um grupo ou de determinados grupos que defendem suas bandeiras, suas convicções e vão buscar nos personagens do passado, exemplos de lutas e feitos que possam justificar, inspirar e fortalecer seus ideais no presente. Em nosso estudo, percebemos como as ações dos movimentos negros, sobretudo na Bahia, foram fundamentais para valorização do movimento de 1798 e a exaltação de seus personagens pardos que representam a descendência africana no aspecto da cor, retomados agora como negros, símbolos de uma luta que ainda continua em busca de igualdade, liberdade e fraternidade.

O historiador José Murilo de Carvalho, diante dessa discussão, nos fala como “a luta em torno do mito de origem da República mostrou a dificuldade de construir um herói para o novo regime”³⁶⁹. Para o autor, os republicanos precisavam de um símbolo, um mártir, um herói, alguém que pudesse servir de identificação para o regime, sobretudo na tentativa de mostrá-lo aproximado ao povo. Daí, os republicanos foram buscar o mártir mineiro, Tiradentes. Sobre isso Carvalho observou que:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado³⁷⁰.

O historiador Paulo Miceli, em seu livro, “*O Mito do Herói Nacional*”, nos fala um pouco sobre a discussão em torno do papel dos heróis, descrevendo que:

O herói é herói e ponto final. Discutir seu papel é pôr em questão a Pátria, a Religião, as Forças Armadas, a Revolução, o Partido- enfim, todas as coisas

³⁶⁹ CARVALHO, 1990, p.55.

³⁷⁰ CARVALHO, 1990, p.55.

sagradas e intocáveis, respeitosamente grafadas com a inicial maiúscula e inscritas, com força de herói, na consciência das pessoas. Menos na consciência dos heróis, evidentemente, que só viraram heróis por simbolizar a luta contra as imposições que os oprimiam³⁷¹.

Os historiadores, Carvalho e Miceli, vão mostrar em seus escritos a importância da construção dos heróis enquanto símbolos de uma nação ou fortes representantes de algum grupo ligado aos movimentos políticos, sociais, religiosos, entre outros, revelando que, por traz do processo de heroicização, os variados interesses são apresentados na busca de representantes que fortaleçam seus ideais. Em nosso estudo, foram os movimentos negros que tomaram de maneira mais explícita as rédeas do processo de heroicização dos personagens mortos em 1799.

Para o movimento negro baiano, a construção de João de Deus do Nascimento como “herói” e “herói negro”, vem atender as necessidades desse grupo, em prol de lutas contra o racismo, pela valorização e inclusão do povo negro em todos os sentidos, buscando num sujeito histórico de forte personalidade, sem meias palavras, contestador e, por isso, depreciado e punido em sua época, um personagem que traz elementos que simbolizam as lutas do agora, servindo para responder as necessidades e aspirações deste grupo.

Mas, a luta em prol da heroicização do mestre alfaiate e de seus companheiros, ao que perece, não foi tarefa fácil. Primeiramente fazê-los serem reconhecidos entre os seus, no caso entre aqueles que defendem a causa negra, depois lutar para que esse reconhecimento alcançasse a esfera da legalidade, no sentido de ter o nome destes, incluídos no panteão dos heróis da Pátria e depois sustentar, divulgar e conscientizar as pessoas da importância dos personagens para sua consagração. O presidente do Olodum, João Jorge dos Santos Rodrigues, em entrevista concedida a revista *Veja*, no ano de 1993, desabafou, dizendo que:

No mesmo período em que Tiradentes pregou a independência e o não pagamento da derrama, houve na Bahia a Revolta dos Búzios, que terminou com quatro negros enforcados. Eles queriam independência, república, abolição da escravidão e salários iguais para todos. Foram mortos pela Coroa portuguesa e não são heróis nem na Bahia³⁷².

Diversas ações foram realizadas nesse processo de heroicização em questão, pelas vias da educação, pelas ruas, pelas esferas políticas, enfim, numa busca árdua para o alcance de tal objetivo. Sendo assim, vamos nos debruçar sobre alguns desses pontos, para traçarmos essa

³⁷¹ MICELI, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo, Editora Contexto, 1988, p.10-11.

³⁷² Entrevista concedida a Ernesto Bernardes. *Veja*. São Paulo, 9 de junho de 1993. Ver: RODRIGUES, 1996, p. 215.

trajetória de ações realizadas pelos movimentos negros, em busca da inclusão no *Livro dos Heróis da Pátria*, destes personagens, na qual se inclui o mestre alfaiate.

Segundo o historiador, José Ricardo Oriá Fernandes, o Panteão da Pátria, onde fica o “*Livro dos Heróis da Pátria*”, foi inaugurado em 7 de setembro de 1986, como o nome “Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves”, prestando uma homenagem póstuma ao ex-presidente e a nova República, pós ditadura. Posteriormente os nomes dos candidatos a heróis foram sugeridos para a inclusão no livro de aço, sendo tarefa dos políticos na ativa, apresentarem seus projetos de lei para a aprovação e legalização dos seus pretendidos. Para Fernandes:

A indicação de um determinado nome pode ser feita por qualquer parlamentar (Deputado ou Senador), pelo Poder Executivo até por iniciativa popular, mediante apresentação de um projeto de lei. Para que se torne lei, o projeto precisa ser votado pelas duas Casas Legislativas e depois sancionado pelo Presidente da República [...]. Desde 1989, quando se deu a primeira inscrição dos nomes de Tiradentes e Deodoro da Fonseca no Panteão da Pátria, através da Medida Provisória nº 105, de 13 de novembro de 1989, por ocasião das comemorações alusivas ao bicentenário da morte do mártir da Inconfidência e do centenário da República no Brasil, temos presenciado a iniciativa por parte do Executivo e de parlamentares propondo a inscrição de nomes para figurar no “Livro dos Heróis da Pátria”³⁷³.

Neste sentido, o senador Abdias do Nascimento, elaborou o projeto de lei nº 234 de 23 de outubro de 1997, onde tinha na sua ementa o seguinte texto: “Inscreve os nomes de João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres, líderes da Conjuração Baiana de 1798, no “*Livro dos Heróis da Pátria*”³⁷⁴. O projeto tramitou pelo final de 1997 e pelo ano de 1998, sendo arquivado em 29 de janeiro de 1999 por conta do encerramento da legislatura do senador. É importante notarmos que o senador Abdias do Nascimento foi um dos maiores ícones da luta do movimento negro no Brasil e tentou colaborar com a causa da heroização dos personagens citados, aproveitando um momento histórico propício para esse reconhecimento, pois o projeto tramitou pelo Congresso, justamente no período em que se iniciava os preparativos para a comemoração do bicentenário do movimento rebelde baiano de 1798, sendo uma excelente oportunidade de homenageá-los. Mas, o projeto foi arquivado, sendo resgatado somente dez anos depois.

Mesmo sem a inclusão no “*Livro dos Heróis da Pátria*”, os personagens em questão tiveram suas homenagens, especialmente feitas pelo movimento negro baiano, tendo como

³⁷³ FERNANDES, José Ricardo Oriá. *O parlamentarismo brasileiro e a construção da memória nacional: os monumentos históricos em praça pública (1891-1986)*. Florianópolis, XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, p. 10.

³⁷⁴ Projeto de Lei nº 234 de 23 de outubro de 1997 de autoria do senador Abdias do Nascimento. Ver no link: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/3002>. Acesso em 2 de setembro de 2015.

exemplo, o lançamento do Caderno de Educação do Ilê Aiyê, no ano de 1998, em comemoração ao bicentenário da “Revolta dos Búzios”, saudando os mártires do evento, dizendo: “Aos nossos Heróis Nacionais”³⁷⁵. Mostrando que as ações deste processo de heroicização não ficaram arquivadas, como aconteceu com o projeto do senador Abdias do Nascimento. A movimentação do Ilê Aiyê procurava minar essa barreira através da educação, divulgando sua cartilha sobre a temática na busca do reconhecimento dos personagens preteridos a heróis.

Vimos que o Olodum também lutou muito por essa causa, pressionado as políticas públicas locais para valorização e (re) conhecimento dos mártires de 1798, tendo como exemplo a placa em homenagem a João de Deus do Nascimento, chamando-o de “herói da Revolta dos Búzios”, antes mesmo da retomada do projeto de lei para sua inclusão no “*Livro dos Heróis da Pátria*”.

A cartilha escrita por Maurício Pestana, “*Revolta dos Búzios: Uma História de Igualdade no Brasil*” trilhou um caminho importante para divulgação dessa história e o reconhecimento dos seus personagens como heróis, representando um excelente material didático, na busca de possibilitar o despertar e a atenção dos docentes sobre o movimento rebelde baiano de 1798. O autor que descreveu João de Deus do Nascimento como “maior exemplo de liderança jovem e aguerrida” do evento histórico e as ações dele e de seus companheiros, como atos heroicos, seguiu afirmando que “essa auto-estima, aliada à garra, ao senso de justiça, de coragem e suas ações fizeram daqueles jovens verdadeiros heróis nacionais, fato que o Brasil insiste em ignorar”³⁷⁶.

Pestana seguiu destacando as ações do mestre alfaiate, ao falar da atitude heroica deste no dia de sua prisão, relatando que: “Na manhã do dia 26 de agosto, João de Deus e sua mulher foram presos. Embora tivesse a fama de valentão, João de Deus em uma atitude heroica e pacifista não respondeu de forma violenta a nenhum de seus algozes”³⁷⁷.

Após descrever brevemente sobre a prisão dos demais envolvidos no movimento de 1798, Pestana segue na sua linha de heroicização, defendendo que os personagens que acabaram sendo condenados e punidos com a morte em 1799, tiveram atitudes heroicas, pois assumiram a culpa e não entregaram os seus. Para o autor:

³⁷⁵ CONCEIÇÃO, Jônatas; GODI, Antônio. *Revolta dos Búzios, 200 anos*. Cadernos de Educação do Ilê Aiyê. Projeto de Extensão Pedagógica, vol. 7, Salvador, 1998, p. 3.

³⁷⁶ PESTANA, 2007, p.14.

³⁷⁷ PESTANA, 2007, p.17.

Apenas quatro homens em atitudes heroicas admitiram a culpa e não tentaram passar a responsabilidade para os companheiros. Foram eles: os alfaiates João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira e os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres.

Os quatro heróis se mantiveram firmes em suas declarações; não negaram, confessaram a participação que os animavam; não omitiram suas responsabilidades; ficaram isolados na arena; tiveram a bravura dos mártires: foram marcados pelo destino para virarem heróis da nação brasileira³⁷⁸.

Sabemos que os depoimentos da época revelam que os envolvidos, fizeram de tudo para escaparem de suas penas. João de Deus do Nascimento, por exemplo, fingiu passar mal, fingiu demência, negou alguns fatos, depois assumiu o envolvimento. Lucas Dantas do Amorim Torres, no início envolveu todo mundo, depois disse que não estava muito bem das ideias na época, devido ao ferimento que levava na testa. Manuel Faustino dos Santos Lira negou ter convidado o seu mestre alfaiate para entrar no evento rebelde. Luís Gonzaga das Virgens negou ter escrito os boletins manuscritos. Atitudes normais de pessoas que estavam pressionadas, querendo escapar de uma punição mais severa, não tirando os méritos dos planos e ações que o fazem serem vistos por muitos como revolucionários, mártires e heróis.

Maurício Pestana não descreveu os pontos polêmicos, envolvendo o mestre alfaiate, talvez por escrever seguindo a linha da exaltação do personagem e seus companheiros citados, talvez por julgar que não fosse necessário, escrever uma história destinada a um público infanto-juvenil com questões envolvendo violência ou amantes. Talvez, para o autor, explicitar somente os ideais dos personagens, tenha sido mais interessante, do ponto de vista de divulgar positivamente essa história. Pensamos que o objetivo dele foi buscar a valorização do evento histórico e de seus personagens heroicizados, mas também pensamos que a revelação de algumas histórias tidas como polêmicas só enriqueceria o enredo que se pretende contar, pois devemos entender que os heróis de qualquer história são de carne e osso, com qualidades e defeitos, sonhos e frustrações. Como nos diz Paulo Miceli, “não se pode esquecer que a vida do herói, como a de todas as pessoas, além de repleta de imprevistos, obedece a instintos, paixões, sentimentos, pensamentos [...]”³⁷⁹.

A tarefa da heroicização é bastante explícita na cartilha de Maurício Pestana, mostrando ao final, uma lista de reivindicações para a valorização e reconhecimento dos chamados “Heróis da Revolta dos Búzios”, no alcance de um lugar digno na História, com a nomeação de ruas, instituição de prêmios literários, construção de espaços festivos e de

³⁷⁸ PESTANA, 2007, p.19-20.

³⁷⁹ MICELI, 1988, p.11.

aprendizado, além da inclusão dos nomes destes “no Livro dos Heróis da Pátria, no Panteão da Pátria em Brasília”³⁸⁰.

Em 2009, o deputado federal, Luiz Alberto Silva dos Santos, apresentou na Câmara dos Deputados, o projeto de lei nº 5.819-B/2009, retomando o projeto arquivado do senador Abdias Nascimento, atendendo aos pedidos feitos pelo movimento negro baiano. O projeto em questão trouxe o nome da “Revolta dos Búzios” em seu texto, apresentando as comissões e os relatores envolvidos no parecer deste, assim descrito:

Inscribe os nomes de heróis da Revolta dos Búzios: João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas, Manuel Faustino e Luis das Virgens, no Livro dos “Heróis da Pátria”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: Dep. Emiliano José); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: Dep. Luiz Couto)³⁸¹.

Na justificativa apresentada pelo deputado federal, Luiz Alberto, na Sala de Sessões da Câmara dos Deputados, em 19 de agosto de 2009, ficou explicitado à questão da ligação da revolta com a luta dos afrodescendentes no passado, sobretudo na luta pela liberdade, e a inspiração que estas ações revolucionárias trouxeram para as lutas presentes, deixando um legado de coragem, como um combustível para as aspirações atuais, em busca do combate de questões que ainda amarguram, depreciam e excluem o povo negro. Para o deputado:

Na Bahia Colonial viviam milhões de africanos e seus descendentes, a maioria esmagadora sem quaisquer direitos humanos respeitados, sem direito a ir e vir livremente, sem liberdade de expressão ou crença, sem direito de reunir-se. O legado da Revolta dos Búzios, assim como de outras revoltas organizadas e levadas adiante por africanos, negros livres, forros e libertos é indiscutivelmente o da liberdade, ainda que na diáspora forçada. A inspiração que nos deixaram é a coragem para lutar mesmo que tudo esteja contra as nossas aspirações. Somos descendentes dos revolucionários e não temos o direito de nos esquecer disso. Vivemos sobre um chão em que correu o sangue derramado em revoltas que, sem dúvida alguma, contribuíram para que o Brasil se libertasse de Portugal. Em nosso país ser negro ou negra também é ter a consciência de que muitos morreram para que se esteja vivo e livre. O Boletim dos Revolucionários pregava ideias que nos são caras, mas ainda não conseguimos estender a todos e todas nesse país: Dizia um dos panfletos dos revoltosos dos Búzios: “está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade, tempo em que todos seremos irmãos, tempo em que todos seremos iguais”. Em nome desse legado de coragem e persistência, ao custo da própria vida, é que apresentamos esta proposição que inscreve João de Deus, Lucas Dantas, Manuel Faustino e Luis das Virgens no “Livro dos Heróis da Pátria”³⁸².

³⁸⁰ PESTANA, 2007, p.24.

³⁸¹ Projeto de Lei nº 5819-B, de 2009 do Sr. Luiz Alberto, p. 1. Ver no link: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/709049.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2015. O deputado baiano Luiz Alberto Silva dos Santos é membro do PT e militante do movimento negro.

³⁸² Projeto de Lei nº 5.819-B, de 2009 do Sr. Luiz Alberto, p. 2. Esse texto também se encontra publicado na cartilha dos “*Heróis Negros do Brasil*” publicada em 2011, pela Fundação Pedro Calmon, que na época tinha como presidente o historiador Ubiratan Castro de Araújo.

No relatório pela aprovação do projeto de lei 5.819-B/2009, o parecer da Comissão de Educação e Cultura, feito pelo relator, deputado Emiliano José, foi favorável a aprovação. No texto o relator associou o movimento de 1798 com as questões ligadas à liberdade, a democracia e o fim da escravidão, mostrando a ação dos personagens reivindicados a heróis. O parlamentar da bancada baiana falou sobre João de Deus do Nascimento, contando alguns dados biográficos do personagem, mostrando algumas passagens de sua vida pessoal, como o caso com a jovem Ana Romana, a depreciação que fizeram sobre ele no calor dos acontecimentos e as ações revolucionárias elencadas pelo relator, vistas na rebeldia, na contestação e na ousadia do mestre alfaiate, que foram colocadas como defeitos no passado pelas classes dominantes, mas vistas atualmente como qualidades que inspiram os oprimidos de hoje na luta contra as desigualdades. Como falamos anteriormente, a justificativa de um olhar especial sobre João de Deus do Nascimento estão nas demandas do presente. E assim, o deputado Emiliano José, descreveu:

João de Deus do Nascimento foi preso três dias depois, 26 de agosto. Filho da parda forra Francisca Maria da Conceição e de José de Araújo, branco, tinha 27 anos e possuía uma oficina à Rua Direita do Palácio. Era pai de cinco filhos, e tivera uma relação amorosa conturbada com a jovem Anna Romana, dez anos mais nova que ele. Ao ser preso, começa fingindo demência. No terceiro interrogatório, decide negar ter tido qualquer idéia de revolução ou aliciar quem quer que seja para isso.

A 11 de setembro, no entanto, estufa o peito e assume fazer parte do projeto revolucionário. Pelo depoimento das testemunhas, é possível perceber o seu espírito aguerrido, altivo e revolucionário. “Insolente, atrevido e despejado, pronto para toda ação má”- era assim que o definia o coronel Dom Carlos Balthazar da Silveira. “Muito petulante, altivo e insolente, capaz de empreender qualquer projeto mau, e ruinoso”- assim o deputado da Junta de Administração da Fazenda Real, Francisco Gomes de Souza, o definia.

As palavras atravessam os séculos e se metamorfoseiam. Olhadas hoje, da perspectiva das classes dominadas, a partir do olhar revolucionário dos oprimidos, o que era visto como defeito no mestre-alfaiate, converte-se no seu contrário. São os defeitos- sua insolência, seu atrevimento, sua altivez- que revelam o revolucionário e devem ser vistos, portanto, a partir do olhar dos oprimidos, como extraordinárias qualidades. São os defeitos apontados por seus acusadores que atestam sua alma revolucionária. Uma testemunha, José Antônio dos Santos, diz ter ouvido o mestre-alfaiate proclamar: “Viva a bela Liberdade”³⁸³.

É importante salientar que o único dos reivindicados a herói, analisado pelo deputado Emiliano José, como um sujeito contestador, ativo com a “alma de revolucionário”, foi o mestre alfaiate. O parlamentar relatou sobre os outros envolvidos, mas falou de João de Deus

³⁸³ Parecer da Comissão de Educação e Cultura, tendo como relator o deputado Emiliano José, que votou favorável a aprovação do Projeto de Lei nº 5.819-B, de 2009 do Sr. Luiz Alberto, apresentado em 21 de outubro de 2009 na Sala da Comissão. Os deputados presentes desta Comissão aprovaram com unanimidade o texto, dando o parecer favorável à constitucionalidade do projeto citado, em 28 de outubro de 2009. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, também aprovou o projeto no parecer do relator, deputado Luiz Couto, em 26 de novembro de 2009.

do Nascimento com mais ênfase, mesmo concordando que ele não foi o principal líder e sim Lucas Dantas do Amorim Torres. Em nossa análise, o relator em questão mostra como o mestre alfaiate simbolizou o “espírito aguerrido, altivo e revolucionário” ao não aceitar as condições que lhe foram impostas, a não aceitação do lugar social em que ele estava inserido, levando-o a questionar os membros das camadas dominantes, batendo de frente com as “pessoas de consideração” de sua época, ou seja, os brancos em condição social diferenciada, que souberam descontar seus incômodos com João de Deus do Nascimento, dando depoimentos que o depreciava e o condenava.

Porém, séculos passados, a contestação deste sujeito histórico vai servir de inspiração as camadas oprimidas de hoje, ainda excluídas, ainda em busca de liberdade e igualdade, ainda precisando de forças para a contestação e luta por um futuro mais digno, sem os resquícios negativos do passado, representados hoje pelo racismo. Assim como o mestre alfaiate não aceitava sua condição socioeconômica, vislumbrando ser um dia um grande homem nessa terra, percebemos que seu exemplo de não aceitação, faz dele um símbolo de luta adotado pelo movimento negro baiano.

Após ser aprovado por todas as fases, o projeto de Lei 5.819-B/2009, foi sancionado pela Presidente da República, Dilma Rousseff, como Lei 12.391, de 4 de março de 2011, apresentando o seguinte texto:

LEI Nº. 12.391, DE 4 DE MARÇO DE 2011

Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria os nomes dos heróis da “Revolta dos Búzios” João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, Manoel Faustino Santos Lira e Luís Gonzaga das Virgens e Veiga.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Inscrevam-se no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade, em Brasília, os nomes dos heróis da “Revolta dos Búzios” João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, Manoel Faustino Santos Lira e Luís Gonzaga das Virgens e Veiga.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de março de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

Anna Maria Buarque de Hollanda.

A aprovação da lei acima representou uma significativa vitória para o movimento negro baiano, que há décadas vinha lutando pelo reconhecimento destes sujeitos históricos, agora inscritos no “*Livro dos Heróis da Pátria*”, incorporando assim, personagens que fortalecem a causa, se unindo a outro herói reverenciado por esse grupo, que é o Zumbi dos Palmares.

Em comemoração a esse feito, diversas ações foram realizadas, como a divulgação da cartilha, elaborada pela Fundação Pedro Calmon, em parceria com os poderes públicos do Estado da Bahia, publicada logo após a aprovação da Lei 12.391/11, intitulada, “*Os Heróis Negros do Brasil*”, mostrando o processo da heroicização na esfera política, a contextualização do movimento de 1798, feita pelo historiador Ubiratan Castro de Araújo, além do perfil dos “heróis da Revolta de Búzios” e os boletins manuscritos no seu original, preservados no Arquivo Público do Estado da Bahia, num rico trabalho de reconhecimento dessa história.

Dentre diversas ações em homenagem ao movimento de 1798 e seus personagens heroicizados, destacamos o calendário histórico lançado em 2012, pelo cineasta Antônio Olavo, que foi distribuído pelos setores públicos do Estado da Bahia, num trabalho que traz o contexto histórico do evento, o perfil dos mártires de 1799, a Lei 12.391/11 e a reivindicação do autor pelo reconhecimento do escravo Antônio Olavo, preso por conta do evento e logo depois encontrado morto, em 29 de agosto de 1798, na cadeia da Relação, com suspeita de envenenamento. Para Olavo, “Antônio José, quinto mártir da Revolta, está à espera de também ter o justo reconhecimento de sua memória”³⁸⁵.

O autor do calendário “*1798: Revolta dos Búzios*” descreveu João de Deus do Nascimento como mártir, mostrando que este herói da Pátria, causou polêmica em sua época, com fama de valente e o comportamento desafiador, incomodou e colecionou desafetos, sendo um homem destemido e ousado, que se envolveu no evento por questões ligadas a liberdade e a igualdade numa época em que o povo negro era atingido majoritariamente pela escravidão³⁸⁶.

³⁸⁴ A Lei 12.391/11 pode ser acessada no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12391.htm (acesso em 6/10/2015 às 17h45min). A lei em pauta também foi publicada no livro da Fundação Pedro Calmon, *Os Heróis Negros do Brasil*, 2011, p. 13.

³⁸⁵ OLAVO, Antônio. *Calendário da Revolta dos Búzios de 1798*. Salvador. Portifolium Laboratório de Imagens, 2012, p. 13.

³⁸⁶ OLAVO, 2012, p.9.

Antônio Olavo ligou diretamente a ação do mestre alfaiate com a questão da libertação dos cativos, apontando a possibilidade de sua tomada de consciência, neste sentido, por também ter “nascido cativo” e posteriormente conquistado a liberdade, pagando pela condição de livre. Porém, não localizamos em nossa pesquisa, comprovações que João de Deus do Nascimento teria sido escravo e como já vimos, à compra dessa “liberdade”, muito provavelmente está ligada a questões judiciais em que o personagem se envolveu. Mas, o que elencamos como importante é essa associação do mestre alfaiate a questão da luta contra a escravidão. A agenda da liberdade dos cativos, juntamente com a personalidade forte e o espírito contestador, vão fazer de João de Deus do Nascimento, o herói símbolo do movimento negro baiano.

Dotado de uma personalidade forte, João de Deus provavelmente seja o personagem mais controvertido e polêmico da conspiração de 1798. Homem pardo, nascido cativo na Vila de Cachoeira [...] comprou sua liberdade pela quantia nada módica de 600 mil réis. O processo de conquista da liberdade certamente possibilitou a este pardo alfaiate uma tomada de consciência das profundas desigualdades na sociedade baiana, mergulhada por quase 200 anos em um sistema de escravidão que atingia diretamente a majoritária população negra, obrigada a viver em situação deplorável³⁸⁷.

Apesar de mostrarmos um histórico de ações para a heroicização desses novos “heróis negros”, muitas inquietações surgem sobre essa temática: Será que essa história dos heróis não está ultrapassada? Será que os heróis realmente inspiram e servem para as questões do presente? Será que no ensino de História ainda cabe essa abordagem em cima dos “feitos heroicos” de determinado(s) sujeito(s)? Será que a construção e divulgação de heróis tão somente atende a um grupo específico, não fazendo destes um símbolo para a Pátria? Precisamos de novos heróis? O povo negro precisa de novos heróis que o represente?

Essa é uma discussão nada fácil. É muito provável que nesse debate, existam aqueles que defendem que a história dos heróis está completamente ultrapassada, pois fala de uma história positivista, de cima para baixo, baseada em feitos de um sujeito, que foi enaltecido para representar um regime, tais como, Pedro I, no período monárquico, e Tiradentes, no período republicano, geralmente utilizados como uma espécie de maquiagem para iludir o povo.

Por outro lado, há aqueles que defendem a história dos heróis, sobretudo por mostrar as ações de personagens diferenciados em sua época, que lutaram e morreram por determinados ideais, sendo responsáveis por ações revolucionárias, ajudando a inspirar a

³⁸⁷ OLAVO, 2012, p.9.

nação, sendo excelentes fontes biográficas para reprodução de uma época, quando humanizados, despertando interesse nas pessoas em querer conhecer mais o personagem e conseqüentemente tomar gosto pela História.

Pensamos que, a depender da abordagem que se faça em relação ao herói, podemos ter os dois lados da moeda. Atualmente os heróis do passado já não gozam de tanto prestígio, já não são tão abordados no ensino de História e nem sequer, são comemorados ou homenageados de maneira explícita nos feriados ou datas referidas a eles. Talvez isso seja realmente uma consequência da não abordagem da história desses heróis na sala de aula, por exemplo. Ou da pouca importância, não identificação e não representação que esses personagens de um passado mais distante possuem com a nação no tempo presente.

Cabe ao ensino de História, dar a devida proporção da abordagem, a esses sujeitos históricos, que não podem ser esquecidos ou desprezados, e sim colocados, como uma possibilidade de aprendizado a partir de suas histórias de vida, que vá além do privilégio de apenas um sujeito e seus feitos, mostrando o contexto em que a história se passa, trazendo dados biográficos, mostrando o personagem de carne e osso, com seus defeitos e qualidades, as redes sociais do evento histórico, outros sujeitos que ajudam a montar o cenário, enfim, existem caminhos na abordagem histórica que podem desconstruir e reconstruir um herói, tornado agradável à forma de olhar e contar o passado. Mostrando sempre, quais interesses estão por trás desse herói construído por um determinado grupo específico, ampliando, não só o conhecimento sobre o personagem heroicizado, mais também sobre os outros contextos e personagens responsáveis pela heroicização.

Sobre essa questão da construção dos heróis, o historiador Paulo Miceli, observou que:

Esta relação de herói com seus “seguidores” também representa um risco à sua condição, pois tão logo o grupo que se quis representado nele, por qualquer motivo, fique impedido de sustentar esta identificação, o herói será substituído por outro que melhor simbolize a esperança que ele pareceu encarnar. Isso que dizer que os heróis podem ser produzidos e desfeitos, ao sabor de novos interesses ou paixões. E será que isso significa também que os homens e instituições têm necessidade de heróis? É preciso ter coragem para dizer que esta não é uma necessidade que faz parte da condição humana, é algo que foi criado e incorporado pela espécie por desejo ou imposição, o que também não tem nada a ver com o uso do herói “para o bem ou para o mal”³⁸⁸.

Na tentativa de superação do ensino tradicional, percebemos a dificuldade em traçarmos a importância sobre os heróis, sempre relacionados a um grupo específico de interesses, ora agradando a uns, ora desagradando a outros. A história de heróis brancos,

³⁸⁸ MICELI, 1988, p.12.

membros da elite ou representantes do poder, não agradam, por exemplo, os que seguem a linha dos movimentos negros, por não encontrar nestes, nenhuma identificação, nem contribuição como a sua luta. E quanto aos heróis negros? É possível que existam grupos que não concordam ou não enxergam nenhum ato heroico ligado a personagens afrodescendentes. O que fazer então? Uma possibilidade é abordar esses personagens levantando essa discussão, revelando o que está por trás do herói, sem defendê-lo, humanizar o herói e tentar aproximá-lo das ações feitas por pessoas comuns que praticam atos que podem ser considerados heroicos todos os dias, mas que não são reconhecidas na História e não são legitimadas enquanto tal. Mostrando que os heróis legitimados podem representá-los ou não, mas sempre trazem uma história, que a depender da ótica abordada, pode vir a ser uma grande sacada dentro do ensino de História, possibilitando, por exemplo, uma melhor abordagem deste processo histórico no Brasil, vivido pelos afrodescendentes.

Ao falar dos movimentos negros e dessas questões envolvendo os heróis negros no ensino de História, Isabel Cristina Martins Guillen, contribuiu com a discussão, dizendo que:

É óbvio que há um caráter positivo nessa demanda, pois colocam em questão os silêncios impostos à história, e que tornaram invisíveis por muito tempo a atuação dos afro-descendentes na história do Brasil para além de suas contribuições para a nossa formação através da culinária, da música e da ginga brasileira³⁸⁹.

Para a autora, nessa discussão sobre os heróis negros, os movimentos negros têm caminhado para dar visibilidade a estes,

[...] ao reivindicar que os homens e mulheres negros, em sua singularidade, compareçam no rol dos heróis nacionais, para afirmar a resistência dos negros à escravidão, exemplos que hoje se necessita para lutar contra o racismo e a discriminação, para lutar por políticas de afirmação e reparação racial³⁹⁰.

Guillen, concluiu que “os heróis têm, portanto, papéis importantes no jogo de memórias sociais e identidades que o ensino de História enceta. Mas é evidente que não suprem a maioria dos anseios por um reconhecimento histórico pelos movimentos negros”³⁹¹. Analisamos, como isso, que os movimentos negros também buscaram apresentar suas armas para suprir essa necessidade de identificação com personagens heroicos que o representasse, que preenchesse esse anseio de valorização e reconhecimento de sujeitos históricos do passado, que por seus feitos, podem e devem ter o mesmo *status* de herói, daqueles já

³⁸⁹ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *África e Cultura Afro-Brasileira: Imbricações entre história, ensino e patrimônio cultural*. Clio- Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-2, 2008, p. 351.

³⁹⁰ GUILLEN, 2008, p. 352.

³⁹¹ GUILLEN, 2008, p. 352.

cristalizados pela elite branca dominante. Daí a luta para inserção de mais heróis negros não só no “*Livro dos Heróis da Pátria*”, mas em todos os livros didáticos que abordam as temáticas em que estes estejam envolvidos. Como diz a autora, em relação à questão da inserção desses heróis no ensino de História, “trata-se mais uma vez, de uma ambiguidade com que o professor de história precisa tratar em seu cotidiano”³⁹².

A construção e legitimação de João de Deus do Nascimento como herói negro traz mais perguntas do que respostas em relação ao efeito que esse título de herói, pode fazer. Existem aqueles que acham que chamá-lo de herói seria compará-lo ao mesmo caso dos outros personagens, hoje desprezados na historiografia ou no ensino de História, por representarem apenas o feito de uma pessoa ou de um grupo, desprezando, assim as pessoas comuns ou outros grupos sem identificação com tal história. Outros reforçam a ideia de que a transformação do mestre alfaiate como herói e herói negro, representa um *status* que dá um maior reconhecimento, uma maior valorização e uma maior inserção de sujeitos históricos afrodescendentes, que passam a serem mais respeitados e melhor historiados.

Por mais que tentamos a neutralidade ou a imparcialidade nas análises, sempre surge à pergunta: De qual lado estamos? Na verdade a nossa tarefa não é simplesmente escolher um lado ou defender uma causa, mas sim, apresentar elementos que possam contribuir e avançar nessa discussão, contar uma história e tirar implicações dela. Porém, não podemos negar que o fato de apresentarmos o mestre alfaiate como herói nacional, nos despertou e despertou nas pessoas, o interesse para saber mais sobre o personagem e conseqüentemente o contexto histórico vivido por ele, assim, nos inclinamos a ver a questão da heroicização deste sujeito histórico, como positiva. Resta saber, se o “herói negro”, João de Deus do Nascimento, atende aos anseios do povo brasileiro, não somente do povo negro, não somente do povo pobre de todas as raças, mas de todos aqueles que lutam pela quebra de hierarquizações pelo critério de cor, melhores salários e menos desigualdades em todos os sentidos. De toda sorte, o mestre alfaiate, já nos atendeu com a sua rica história.

³⁹² GUILLEN, 2008, p 352.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XVIII, a Bahia foi palco de contestação da ordem vigente, com posições contrárias ao absolutismo real português, oficialmente representado pela rainha, d. Maria I, que já apresentava problemas de saúde mental, levando ao exercício do cargo o príncipe regente d. João. Segundo a historiadora Kátia Mattoso, “com os seus cinquenta mil habitantes, repartidos entre livres, libertos e escravos, a cidade de Salvador era, no findar do século XVIII, uma grande cidade”³⁹³. Neste cenário, foi se formando uma rede de pessoas de diversas classes sociais, com interesses diversos, tendo em comum à contestação frente ao esquema colonialista e opressor lusitano, expressando seus desejos em panfletos espalhados pela cidade de Salvador em agosto de 1798.

O mosaico de contestação nos permitiu fazer um recorte perante a questão do posicionamento contrário às desigualdades sociais e ao regime escravista, com pessoas que sonharam com a liberdade e a igualdade em solo baiano. Pardos e pretos, especialmente, passaram a fomentar ideias de um mundo menos desigual, explicitados nas denúncias dos depoentes e nas falas de alguns acusados, no qual analisamos e enxergamos o embrião da luta abolicionista no Brasil.

Nesse contexto recortamos como objeto de estudo, um personagem que participou desse movimento de 1798, chamado João de Deus do Nascimento, sobretudo pelo seu espírito contestador, visto na análise dos depoimentos dos Autos da Devassa, onde vários homens brancos e poderosos da época depõem e depreciam a sua imagem, por este mostrar-se favorável a mudanças, especialmente na quebra das hierarquias pelo critério da cor. Como homem simples e trabalhador, via através das reivindicações, a possibilidade de mudanças sociais e isso incomodou a elite da Bahia setecentista. Para Kátia Mattoso:

Assim, enquanto a esmagadora maioria dos acusados pertence à categoria de livre de cor da população baiana e exerce ocupações humildes, as testemunhas foram essencialmente recrutadas entre a população livre branca, e entre os que têm ocupações que desfrutam de certo prestígio social; estes representam 69,7% das testemunhas³⁹⁴.

Após a condenação e morte de João de Deus do Nascimento, percebemos que no século XIX, a sua depreciação continuou, pois no período do segundo reinado, o ideal

³⁹³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX: itinerário de uma historiadora*. Ed. Corrupio, Salvador, 2004, p.318.

³⁹⁴ MATTOSO, 2004, p.321.

aboliconista ganhou força, mas, setores da elite, tentaram afastar os exemplos anteriores de luta de pardos e pretos, tendo como exemplo o artigo da *Revista Popular* de 1860, de autoria do cômego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que atendeu aos interesses elitistas e escravistas da época.

No pós-abolição e instalação da República no Brasil, a imagem de João de Deus apareceu nos discursos publicados na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com abordagens que já falavam das ações revolucionárias e do martírio dos personagens envolvidos no evento histórico, vistas no artigo de José Carlos Ferreira, publicado em 1900. Outros estudiosos baianos vão seguir a linha da exaltação, com destaque para o diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia, Francisco Borges de Barros, e para Braz do Amaral, reivindicando nas primeiras décadas do século XX, um melhor olhar sobre a história do movimento de 1798, tendo destaque para a escrita elogiosa que explicitaram sobre o mestre alfaiate. Neste mesmo período, o estudioso e político baiano, Egas Muniz, vai reivindicar homenagens em praça pública aos mártires do evento, destacando o valor dos pardos mortos pela causa do movimento de 1798.

Com os estudos de Affonso Ruy na década de 1940 e os estudos de Luís Henrique Dias Tavares e Kátia Mattoso, a partir das décadas de 50 e 60, o evento vai ganhar uma maior dimensão, onde estes autores vão trazer uma análise mais aprofundada sobre o tema, mostrando o martírio e o caráter revolucionário dos personagens populares em questão, somado aos estudos de Florisvaldo Mattos e Carlos Guilherme Mota na década de 1970 e aos estudos de Istvan Jancsó e Ubiratan Castro de Araújo na década de 1990.

Posteriormente, as ações do movimento negro baiano, despontam como veículos de divulgação de massa desse evento, destacando a atuação dos blocos afro Ilê Aiyê e Olodum nas décadas de 1980 e 1990, desfilando a “Revolta dos Búzios” pelas ruas nos carnavais de Salvador, entoando músicas que prestam homenagens aos mártires de 1798, onde destacamos letras que falam de João de Deus do Nascimento, personagem que vai ser referenciado como “bravo guerreiro” e “líder negro”, atendendo aos interesses e anseios desse movimento social frente à luta de valorização do povo negro. Atualmente, tanto os movimentos negros quanto os poderes públicos, prestam homenagens aos afrodescendentes que lutaram pela liberdade e igualdade. Buscando o resgate e o reconhecimento desses sujeitos históricos oriundos do povo negro, agora legitimados como “Heróis de Búzios” e “Heróis Negros do Brasil”. A tarefa agora é fazer esse heroísmo ser conhecido e reconhecido.

Ao longo do estudo foi possível percebermos como os estudiosos foram modificando suas abordagens sobre o mestre alfaiate e como as questões ligadas a escravidão foram associadas a João de Deus do Nascimento, tanto para depreciá-lo como para exaltá-lo, levando o movimento negro baiano a destacá-lo no processo de heroicização pela ousadia que o personagem despertou durante o evento de 1798, vistas como defeitos em sua época, mas, como qualidades no tempo presente, incentivando a luta por demandas até hoje reivindicadas por igualdade, liberdade, melhorias salariais, inclusão dos afrodescendentes, combate ao racismo, entre outras bandeiras, ainda urgentes. Se a escravidão física foi vencida é preciso agora superar a escravidão mental, representadas pela baixa estima e pelos lugares de exclusão ofertados e relacionados ao povo negro. Tudo nos leva a crer que o movimento negro baiano faz de João de Deus do Nascimento, um símbolo dessas lutas, por causa de sua personalidade forte e seu espírito contestador e afrontador para os padrões da Bahia setecentista.

A história dos heróis negros baianos ainda precisa ser mais bem divulgada. Por isso, não sabemos se João de Deus do Nascimento e seus companheiros serão reconhecidos pela nação brasileira com este *status* de “Heróis Negros da Pátria”. Mas, não deixamos de opinar, quanto à positivação da temática neste processo de heroicização que, sem dúvidas, vêm dando a maior valorização e visibilidade ao movimento de 1798, ganhando bastante terreno após a aprovação da Lei 12.391/11, com ações do governo baiano, promovendo vários projetos de divulgação destes personagens através de cartilhas educativas, calendários históricos sobre o tema, concursos para aprovação de projetos para valorização destes, enfim, uma série de atos que podem, por exemplo, chegar aos educandos, contemplando a lei 10.639/03 e 11.645/08, fazendo da educação, uma excelente caixa de ressonância e o propício ambiente para preservação da memória de pardos e pretos. Afrodescendentes que muito lutaram na História do Brasil, mas, por muito tempo foram ocultados, levando a estimulação de abordagens dignas sobre novos personagens, homens e mulheres negras, que jamais foram passivos neste processo histórico de nosso país.

Sugerimos como estratégia, trazer a tona os heróis ligados à luta dos afrodescendentes, usando suas biografias nos livros didáticos ou paradidáticos, aplicados ao ensino, além de levantar as discussões sobre as questões dos heróis: Será que realmente servem para História ou para o ensino da História? Reconhecer os heróis é desprezar o papel das pessoas comuns nos processos históricos? O herói negro tem o mesmo peso do herói branco? Reconhecer os heróis negros é importante para valorização das lutas do povo negro? Preferimos lançar essas

perguntas para fomentar possíveis discussões. Porém, se for um ganho, abordar sujeitos heroizados negros para mostrar exemplos de resistência e ação destes na História, tendemos a aceitar tal proposta. Principalmente por que, no rol das possibilidades, este tipo de abordagem, ligando biografias a eventos históricos parece atrativo no conversar, ensinar e aprender. Para Kalina Vanderlei Silva, a biografia,

[...] se apresenta como meio que facilita a discussão histórica ao despertar a curiosidade dos alunos porque fornece nomes e faces aos processos históricos. Ou seja, a biografia personaliza a História que enfoca estruturas e processos amplos. E, em uma sociedade em que a individualização está por toda parte, associar contextos históricos a personagens que os alunos possam nomear, dos quais os alunos possam se recordar, é fornecer as ferramentas mais básicas para que esses estudantes possam conhecer e, mais importante, se interessar por esses momentos históricos ³⁹⁵.

Entendemos que é preciso trazer personagens como João de Deus do Nascimento para ampliar o debate sobre o movimento de 1798 e sobre os heróis negros na História e no ensino de História, para servir de inspiração e de combustível não só na caminhada dos movimentos negros, mas de todos aqueles que lutam contra as insistentes desigualdades sociais, formando redes cada vez mais amplas para que os exemplos positivos dos afrodescendentes sejam divulgados, especialmente em nossas escolas públicas, numa prática de melhor conhecimento do passado e valorização do negro.

Portanto, desejamos que o mestre alfaiate, possa ter a sua memória cada vez mais divulgada, assim como a memória de Manoel Faustino dos Santos Lira, Lucas Dantas do Amorim Torres, Luís Gonzaga das Virgens, e outros ainda esquecidos, indo totalmente contra a sua sentença da época, que dizia que estes seriam “infames para sempre” e que a sua memória jamais seria lembrada. Seguimos um roteiro contrário, fazendo questão de não deixar essa memória no esquecimento, mostrando como o “pardo infame”, João de Deus do Nascimento, foi elevado à condição de “herói negro”, servindo aos amantes e não amantes da História, elementos que despertem a paixão, a análise, o questionamento, a crítica, a dúvida, o desafio e o prazer de mergulharmos no passado e fazer deste um elo com o nosso presente.

³⁹⁵SILVA, Kalina Vanderlei. *Biografias*. In. *Novos temas nas aulas de História*. Organização de Carla B. Pinsky, São Paulo, Contexto, 2010, p. 17.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALVES, Ivan. *A Revolta dos Alfaiates: Na Bahia, Inconfidência com apoio das massas*. In: *OS Grandes Enigmas da História*, Rio de Janeiro, Otto Pierre Editores, 1982.
- AMARAL, Braz Hermenegildo do. *A Conspiração Republicana da Bahia*. Revista do IGHB, Salvador, V. 52, 1926.
- AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Esclarecimentos pelo qual se preparou a Independência*. RIHB, Rio de Janeiro, tomo 101, v. 155, 1927.
- AMARAL, Braz Hermenegildo do. In: Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, v. III. Imprensa Oficial do Estado, 1931.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia: Transição conservadora e formação da nação (1838-1850)*. Salvador, EDUFBA, 2009.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A política dos homens de cor no tempo da independência*. In: *Animai-vos Povo Bahiense! A Conspiração dos Alfaiates*. Salvador, Omar G. Editora, 1999.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A Bahia no Tempo dos Alfaiates*. In: *II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia*. Academia de Letras da Bahia, Salvador, 1999.
- BARROS, Francisco Borges de. *Sobre a Conspiração de 1798-1799 na Bahia*. In: *Anais do Arquivo Público da Bahia*, Vol. 2, 1917.
- BARROS, Francisco Borges de. *Symptomas de uma época- Sedição de 1798: as origens do movimento revolucionário*. In: *Anais do Arquivo Público da Bahia*, Vol. 9, 1922.
- BORGES, Jafé. *Um Cavalheiro da Luz*. Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta M. (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 7ª ed.- Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.
- CARVALHO, Austricliano de. *Brasil Colônia e Brasil Império*. Tomo I, *Brasil-Colônia*, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio Rodrigues e C. 1927.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2002.
- CINTRA, Francisco Assis. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1922.

CONCEIÇÃO, Jônatas; GODI, Antônio. *Revolta dos Búzios, 200 anos*. Cadernos de Educação do Ilê Aiyê. Projeto de Extensão Pedagógica, vol. 7, Salvador, 1998.

CORRÊA, Viriato. *A Conspiração dos Búzios*. Revista do IGHB, Salvador, v.58, 1932.

DAZZI, Camila. *Os Inconfidentes Baianos*. In. Imagem da Capa. RHBN, ano 10, nº 118, julho de 2015.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo [online], v. 12, n.23, pp.100-122, 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.

DOREA, Luiz Eduardo. *Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas*. Salvador: EDUFBA, 2006.

FRAGA FILHO, Walter da Silva. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2006.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. *O parlamentarismo brasileiro e a construção da memória nacional: os monumentos históricos em praça pública (1891-1986)*. Florianópolis, XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

FERREIRA, José Carlos. *Princípios Jacobinos- a sedição de 1798 na Bahia*. RIGHB, vol. 7, nº 26, 1900.

FLEXOR, Maria Helena O. (Org.). *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates (ADCA)*. Salvador, APEB/ Secretaria de Cultura e Turismo, 1998.

FLEXOR, Maria Helena O. *Os Oficiais Mecânicos e o Negro no Espaço Urbano de Salvador*. In: Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-americano. Ouro Preto, 2006.

FLEXOR, Maria Helena O. *Os Oficiais Mecânicos na Cidade de Salvador*. Prefeitura Municipal de Salvador; Departamento de Cultura; Museu da Cidade, 1974.

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. *Heróis Negros do Brasil. Bahia: 1798, A Revolta dos Búzios*. Salvador, 2011.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *África e Cultura Afro-Brasileira: Imbricações entre história, ensino e patrimônio cultural*. Clio- Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-2, 2008.

JANCSÓ, István. *A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII*. In: *História da Vida Privada no Brasil*, v. I, São Paulo, Companhia da Letras, 1997.

- JANCSÓ, István. *Na Bahia contra o Império*. São Paulo/ Salvador. HUCITEC/EDUFBA, 1996.
- JANCSÓ, István. *O “1798” Baiano e a Crise do Antigo Regime Português*. In: *II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia*. Academia de Letras da Bahia, Salvador, 1999.
- LEAL, Aurelino. *A.B.C*, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1915.
- LESSA, Clado Ribeiro de. *Vida e Obra de Varnhagen*. In: *RIHGB*, V. 254, Rio de Janeiro, 1954.
- LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta M (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. 7ª ed.- Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.
- LIMA, Oliveira. *O Combate*, 4 de junho de 1927.
- MACIEL, Neila. *Projeto de Mapeamento de Painéis e Murais artísticos de Salvador*. Segunda Etapa, Relatório Final. FUNCEB, Salvador, 2010.
- MATOS, Maria Teresa Navarro de Brito; ROSADO, Rita de Cassia Santana de Carvalho. *Memória do Arquivo Público da Bahia (1890-1984)*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, jul./dez. 2013.
- MATTOS, Wilson Roberto. *Valores civilizatórios afro-brasileiros, pesquisas educacionais e currículos escolares*. In: *Revista da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v.12, nº 19, 2003.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *A Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*. Ed. Itapuã, Salvador, 1969.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no Século XIX: itinerário de uma historiadora*. Ed. Corrupio, Salvador, 2004.
- MICELI, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo, Editora Contexto, 1988.
- MONIZ, Egas. *Uma Reivindicação Histórica: A Inconfidência Baiana (1798-1799)*. In: *A Tarde*. Salvador, 15, 18 e 26 de agosto de 1922.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1979.
- MOTA, Célio Souza. *A Face Parda da “Conspiração dos Alfaiates”: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII*. Dissertação de Mestrado, Feira de Santana-Ba, UEFS, 2010.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Viera. *Perfil e Presença da Mulher Baiana na Conspiração dos Alfaiates*. In: *Animai-vos Povo Bahiense! A Conspiração dos Alfaiates*. Salvador, Omar G. Editora, 1999.

- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História 10. Nº 10. Dez. PUC-SP, 1993.
- OLAVO, Antônio. *Calendário da Revolta dos Búzios de 1798*. Salvador. Portifolium Laboratório de Imagens, 2012.
- OLIVEIRA, Augusto de Sá. *Música e Cultura Popular: Olodum, Pelourinho e Imaginário*. FACOM/UFBA, s/d.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As festas que a República manda guardar*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4, 1989.
- OTÁVIO, Rodrigo. *Festas Nacionais*. In: *O Matto Grosso*, Cuiabá, 3 de junho de 1894.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. *Documentos do Recôncavo: Santo Amaro na Revolução de 1798 (Manuel Faustino dos Santos Lira)*, Imprensa Oficial, Santo Amaro-Ba, 1971.
- PESTANA, Maurício. *Revolta dos Búzios: Uma História de Igualdade no Brasil*. Salvador. Ed. Olodum, 2007.
- PINHEIRO, Joaquim C.F. *A Conjuração de João de Deus: narrativa dos tempos coloniais*. In: *Revista Popular*, tomo 8, out-dez, Rio de Janeiro, 1860.
- PINHO, Osmundo. *“O Mundo Negro”: Hermenêutica Crítica da Reafricanização em Salvador*. Salvador. Ed. Progressiva, Curitiba, 2010.
- PONTES, Kátia Vinhático. *Mulatos: políticos e rebeldes baianos*. Salvador. UFBA, Dissertação de Mestrado, 2000.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REIS, João José. *Domingos Sodré, um Sacerdote Africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.
- RODRIGUES, João Jorge Santos. *Olodum: Estrada da paixão*. Salvador: FCJA, Grupo Cultural Olodum, 1996.
- RUY, Affonso. *Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*. 2ª edição, Editora Nacional, São Paulo, 1978.
- SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, origens e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Tese de Doutorado, Salvador, UFBA, 2006.
- SILVA, Francisco C. C. *Invenções Negras na Bahia: pontos para discussão sobre o racismo à brasileira*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC-SP, 2008.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Conflitos Raciais e Sociais na Sedição de 1798 na Bahia*. In: *II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia*. Academia de Letras da Bahia, Salvador, 1999.

- SILVA, Kalina Vanderlei. *Biografias*. In: *Novos temas nas aulas de História*. Organização de Carla B. Pinsky, São Paulo, Contexto, 2010, p. 17.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.
- SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no Século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *As ideias dos Revolucionários Baianos de 1798*. In: *Cadernos de Cultura*. Salvador, 1955.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *O Movimento Revolucionário Baiano em 1798*. Tese para livre docência na Faculdade de Filosofia/UFBA, Imprensa Oficial, Salvador, 1960.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2003.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798: a conspiração dos alfaiates*. Pioneira Editora, 1975.
- TEIXEIRA, Marli Geralda. “*As Ideias de liberdade na Bahia de 1798*”. In: *Animai-vos Povo Bahiense! A Conspiração dos Alfaiates*. Salvador, Omar G. Editora, 1999.
- VALIM, Patrícia. *Corporações dos Enteados: tensões, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1798*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2012.
- VALIM, Patrícia. *Da Sedição dos Mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2007.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil*. Tomo Segundo, Casa de E. e H. Laemmert, Rio de Janeiro, 1857.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil*. 2ª Edição. Tomo Segundo, Casa de E. e H. Laemmert, Rio de Janeiro, 1871.
- VIANNA FILHO, Luís. *A Sabinada*. Salvador, EDUFBA/FGM, 2008.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador. Ed. Itapuã – Coleção Baiana, v. 02, 1969.
- VILHENA, Luís dos Santos. *Cartas de Vilhena. Notícias soteropolitanas e brasílicas*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1922.
- YAZBEK, Mustafa. *Triste Bahia*. São Paulo, FTD, 1989.

OUTRAS FONTES CONSULTADAS

Calendário da Revolta dos Búzios (2012).

Diário Oficial do Município de Salvador (2004)

Jornal Diário de São Paulo (1867).

Jornal A Estréia, Maceió (1878).

Jornal O Matto-Grosso (1894)

Jornal A.B.C (1915)

Jornal A Tarde (1922)

Jornal O Imparcial (1922)

Jorna O Combate (1927)

Jornal Folha de São Paulo (2009).

Revista Popular (1860).

RIHGB- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

RIGHB- Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1b/joadedeusdonascimento.jpg>

[http://jeitobaiano.atarde.uol.com.br/wp-content/uploads/2009/08/09/olodum-e-a-revolta-dos-buzios /](http://jeitobaiano.atarde.uol.com.br/wp-content/uploads/2009/08/09/olodum-e-a-revolta-dos-buzios/)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12391.htm

<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/709049.pdf>

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/3002>

DISCOGRAFIA

GARCIA, Romir Conde; GENTIL, Marcelo. *Búzios do Olodum*. Olodum, CD duplo Tambor Cidadão, interpretada por Rodrigo de Deus, da Banda Olodum Mirim, com participação de Tonho Matéria, 2007.

MENEGHEL, Germano. *Pelourinho, Cultura Africanizada*. Olodum, Disco: Da Atlântida a Bahia... O Mar é o Caminho, faixa 4, Continental, 1991.

SACRAMENTO, Reginaldo. *A Esperança de Um Povo*. Ilê Aiyê. Estúdio WR, CD: Canto Negro do Ilê Aiyê, faixa 2, 2003.